

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-graduação em Ciência Política



Dissertação

Quem concorre ao legislativo municipal? Um retrato dos candidatos a vereador nas
eleições de 2016 em Rio Grande – RS

Daniela de Bem

Pelotas, 2019

Daniela de Bem

Quem concorre ao legislativo municipal? Um retrato dos candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande – RS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto

Pelotas, 2019

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

H673q Hissayasu, Daniela Andrade Torres de Bem

Quem concorre ao legislativo municipal? Um retrato dos candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande – RS / Daniela Andrade Torres de Bem Hissayasu; Alvaro Augusto de Borba Barreto, orientador. — Pelotas, 2019.

145 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

1. Candidatos. 2. Vereador. 3. Política local. 4. Eleições 2016 em Rio Grande. 5. Atributos sociais e políticos. I. Barreto, Alvaro Augusto de Borba, orient. II. Título.

CDD: 324.6

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Daniela de Bem

Quem concorre ao legislativo municipal? Um retrato dos candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande – RS.

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 17/04/2019

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto (Orientador), Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof.Dr(a). Rosângela Marione Schulz, Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.Dr. Felipe Corral de Freitas, Doutor em Ciência Política pela Universidade Nacional de Brasília

Agradecimentos

O mestrado se tornou um grande desafio para mim. Após seis anos de formada em jornalismo, longe da vida acadêmica, decidi voltar à universidade para realizar um sonho que havia sido adiado. Por vezes, a insegurança surgiu, seja pela falta de tempo para dedicação integral ao curso, seja pelas lacunas na minha formação, por vir de uma área diferente. Apesar disso, se no início a pretensão era a de ser mestre, a vivência maior nesse mundo da pesquisa e do conhecimento me despertou a vontade de seguir essa trajetória acadêmica.

Foram dois anos intensos, que passaram muito rápido. Agradeço aos professores que tive durante o curso, sempre dispostos a instigar nossa reflexão. Em especial, agradeço ao meu orientador Alvaro Barreto, pelo seu trabalho atento e extremamente qualificado. Nas horas de dúvidas durante o desenvolvimento da dissertação, a sua atenção constante e o seu modo tranquilo de orientar fizeram toda a diferença. Também agradeço aos colegas de turma, pelos momentos que vivenciamos juntos nesses dois anos. Eles fizeram com que essa tarefa fosse bem mais leve.

Agradeço a minha família, pelo incentivo constante. Agradeço por terem sempre me proporcionado condições de estudar, mas muito mais que isso: por terem me ensinado a olhar para o lado e perceber o outro. O que sou hoje e as conquistas que tenho devo, em grande medida, a vocês. Ao meu pai, quero agradecer ainda mais, pelas revisões de texto, pela ajuda na transcrição das minhas entrevistas e pelas discussões políticas.

Ao meu companheiro de vida e de sonhos, meu amor Eduardo Hissayasu, meu muito obrigada por ser meu parceiro de todas as horas, por entender minhas ausências e por aprender a sonhar comigo. Obrigada por compreender as minhas loucuras, mesmo quando elas não fazem sentido pra ti. Nessa caminhada, foste peça fundamental para que eu chegasse até aqui.

Por fim, agradeço a Deus, por ter me dado a vida e pelo seu imenso amor. E é esse amor que me move, que dá sentido à minha existência e que me faz, a cada dia, querer transformar o mundo – pelo menos ao meu redor - em um lugar menos desigual e desumano.

Resumo

BEM, Daniela de. **Quem concorre ao legislativo municipal? Um retrato dos candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande – RS.** 2019. 145f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

A dissertação se insere no campo de estudos sobre a formação de elites políticas, com o enfoque no legislativo local. A pesquisa busca identificar quais são os atributos sociais e políticos dos candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande, no Rio Grande do Sul, além de fazer um comparativo entre os atributos encontrados nos candidatos eleitos e não eleitos. Primeiramente, traça o perfil social dos aspirantes a vereador por meio dos indicadores de sexo, idade, escolaridade, ocupação e raça. Para entender os vínculos partidários e a experiência político-partidária, apresenta dados sobre o tempo de filiação dos candidatos nos partidos pelos quais concorreram e o número de eleições que participaram. Por meio de entrevistas semiestruturadas com 52 candidatos, busca conhecer o background social, vínculos associativos, antecedentes pessoais e profissionais ligados à política. Entre os resultados obtidos, é possível perceber que as eleições em análise possuem uma diversidade de perfis maior do que a encontrada na literatura sobre o legislativo estadual e federal. No pleito, há a presença de candidatos com menor escolaridade e com ocupações mais populares. A maioria dos candidatos não têm vínculos fortes com os partidos pelos quais concorreram e nem experiência em eleições anteriores. As mulheres, principalmente as negras, e a juventude estão sub-representadas na disputa e, mais ainda, entre os eleitos. Apesar de se ter um contingente de eleitos com perfis diversificados e haver espaço para a eleição de novatos, a maioria dos vereadores é branca, do sexo masculino, tem ensino superior, está ligada a profissões com alta escolaridade ou já ocupa cargo político, disputou pelo menos uma eleição anterior e tem média de tempo de filiação maior que a dos demais candidatos. As entrevistas demonstram que há uma série de experiências, qualidades e recursos que impulsionam a candidatura dos postulantes. A disputa admite a presença de candidatos sem nenhum tipo de engajamento prévio, porém, os eleitos ou aqueles que conseguem obter uma votação mais expressiva possuem trajetórias de engajamento social ou político na comunidade.

Palavras-chave: candidatos; vereador; política local; eleições 2016 em Rio Grande; atributos sociais e político.

Abstract

BEM, Daniela de. **Who competes for the municipal legislature? A frame of candidates for councilman in the 2016 elections in Rio Grande – RS.** 2019. 145f. Dissertation (Master's Degree in Political Science) Federal University of Pelotas, Pelotas, RS, Brazil.

This master thesis investigates the formation of political elites, with a particular focus on local legislatures. The research seeks to identify the social and political attributes of candidates who ran in the 2016 elections for the City Council of Rio Grande, at the Rio Grande do Sul State, Brazil. Moreover, a comparison between the attributes of elected and no-elected candidates is also performed. To pursue these goals, firstly, we trace the social profile of aspiring councilors through features such as sex, age, schooling, occupation and race. In order to understand party ties and political party experience, we present data showing the candidates' party membership time and the number of elections they have participated previously. Through semi-structured interviews with the 52 candidates, we attempt to identify their social background, associative links, and, personal and professional antecedents related to politics. From the thorough examination of the data, it is possible to conclude that the analyzed election have a greater diversity of profiles than the elections for state and federal legislatures, according to the reports in the related literature. In the analyzed election, we could observe the presence of candidates with less education and with more popular occupations. Furthermore, most candidates do not have strong ties to their parties nor experience in previous elections. Women, especially black women, youth are underrepresented in the dispute and, even more so, among the elect. Although there is a contingent of the elect with diversified profiles, and room for the election of newcomers, the majority of councilors are white, male, highly educated, linked to highly qualified professions or already holding a political office, has disputed less than one earlier election, and has an average party membership time higher than the other candidates. The interviews demonstrate that there are a series of experiences, qualities, and resources that drive the candidates' candidacies. The dispute admits the presence of candidates without any previous experience. However, the elected, or those who manage to obtain a more significant number of votes, have trajectories of social or political engagement into the community.

Key-words: candidates; city councilor; local politics; elections 2016 in Rio Grande; social and political attribute.

Lista de Abreviaturas e Siglas

FEE	Fundação de Economia e Estatísticas
IBGE	Instituto Brasileiro de Economia e Estatísticas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Brasileiro
PEN	Partido Ecológico Nacional
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
REDE	Rede Sustentabilidade
SD	Solidariedade
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

Sumário

1 Introdução	8
2 Panorama geral da literatura sobre o tema	18
2.1 Delimitação do campo de investigação	18
2.2 Estudos sobre legislativo municipal	36
2.3 Síntese	46
3 O município de Rio Grande e o contexto das eleições de 2016	48
3.1 Cenário	48
3.2 O perfil dos aspirantes a vereador	53
3.2.1 A participação feminina	53
3.2.2 A participação de negros e pardos	61
3.2.3 Faixa etária	66
3.2.4 Escolaridade	70
3.2.5 Ocupação	73
3.3 Atributos políticos: tempo de filiação partidária e participação em eleições anteriores	79
4 Quem são os candidatos a vereador?	88
4.1 Trajetórias, experiências e recursos sociais de candidatos	88
4.2 Os perfis oriundos das entrevistas	90
4.3 Considerações sobre as entrevistas	118
4.3.1 Candidatos	118
4.3.2 Eleitos	120
5. Considerações Finais	125
Referências	133

1 Introdução

Os candidatos são figuras-chaves nas democracias representativas atuais. Durante as campanhas eleitorais, é através deles que os partidos são conhecidos pela população. Além de serem os representantes dos partidos políticos, é desse grupo que sairão os escolhidos pelos eleitores para desempenhar funções legislativas ou executivas nas esferas federal, estadual e municipal. Serão eles que terão a incumbência de elaborar leis e políticas públicas que influenciarão diretamente a vida dos brasileiros. Por isso, estudar quem são esses candidatos é de suma importância para a Ciência Política.

Nem todos os eleitores podem ser postulantes a cargos políticos eletivos. No Brasil, as instituições partidárias detêm o monopólio das candidaturas, ou seja, para concorrer a um cargo eletivo é preciso estar filiado a uma agremiação e ser por ela indicado em convenção. E se tornar candidato não depende apenas de vontade pessoal, mas também do modo como o indivíduo se relaciona e é visto pelo partido do qual faz parte.

A Constituição Federal traz exigências mínimas, em seu artigo 14, para que uma pessoa se torne candidata, tais como: filiação partidária, nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição em que ocorre o pleito e idade mínima a depender do cargo pretendido. Cabe salientar que o tempo de filiação partidária exigido foi alterado a partir das eleições de 2016, passando de um ano para seis meses.¹ Além dessas regras constitucionais, existem outros pré-requisitos determinados pela legislação eleitoral, como aquele que determina que os partidos políticos apresentem, no mínimo, 30% de candidaturas femininas nas eleições proporcionais². As instituições podem, ainda, estabelecer critérios próprios em seus respectivos estatutos.

Santos (1998), ao falar da realidade brasileira, chama atenção para o fato de que em um eleitorado estimado de 106 milhões de pessoas³, ao se deduzir aqueles que são analfabetos – por volta de 15% - e os que não são membros de um partido –

¹ Alteração prevista pela lei Nº 13.165, de setembro de 2015, conhecida como Reforma eleitoral 2015.

² A lei Nº 12.034, de 29 de setembro de 2009 estabelece que cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) das vagas para candidaturas de cada sexo nas eleições proporcionais.

³ Na eleição de 2008, o eleitorado era de 147,3 milhões. Havia 108 milhões no período em que o texto foi publicado.

aproximadamente 80% –, o universo de potenciais competidores se reduz para cerca de cinco milhões de pessoas. É desse grupo que serão escolhidos os candidatos dos partidos políticos nas eleições e, por fim, os representantes dos cargos eletivos pela população. Portanto, apesar de se dizer que é o eleitor quem escolhe os seus representantes, a afirmação não é de todo verdadeira, visto que existem diferentes filtros anteriores ao ato de votação nas urnas.

Estudar quem são os postulantes a cargos públicos eletivos é de suma importância para a Ciência Política. Por isso, o foco principal de investigação dessa dissertação está nos candidatos, mais especificamente, nos candidatos ao legislativo municipal. A partir de contribuições teóricas de estudos sobre formação de elites políticas – seleção de candidatos, recrutamento político, perfil de candidatos e eleitos, trajetória e carreiras políticas – a pesquisa analisa quem são os candidatos a vereador que participaram da corrida eleitoral de 2016 no município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Importante enfatizar que a escolha pelo legislativo local vem em decorrência da escassa produção acadêmica sobre os candidatos e eleitos a esse cargo. Os estudos de elite política costumam se concentrar em análises das assembleias legislativas e, sobretudo, da Câmara dos Deputados.

Porém, não é só isso. A política de âmbito local é mais rica e diversificada do que se possa pensar. Em 2016, de acordo com o TSE, 463.406 candidatos disputaram 57.942 vagas para as Câmaras municipais de todo o país.

O Brasil possui 5.570 municípios (IBGE, 2019). As eleições nas cidades acontecem, portanto, em contextos variados, o que pode explicar a menor incidência de pesquisas de Ciência Política no âmbito local. Os estudos centrados nos municípios, geralmente, são estudos de caso que não podem ter seus resultados estendidos a realidades diferentes. Altmann (2010) lembra que os trabalhos que envolvem a totalidade ou uma parte considerável de municípios são mais complexos e mais difíceis de operacionalizar. Segundo a autora, investigações que trabalham com dados agregados ou centradas em alguma variável institucional delimitada ajudam a minimizar essas limitações de abrangência.

Silva (2014) afirma que pouco sabemos sobre as eleições no plano municipal, quem são os candidatos que buscam uma vaga, quem são os eleitos e o como desempenham suas funções. Almeida e Carneiro (2003) salientam que, inicialmente,

as pesquisas retratavam o município como o local de frustração dos ideais democráticos.

No Brasil, durante bem mais de meio século, o município foi considerado o território onde se frustravam ou se pervertiam os projetos democráticos; o espaço da dura realidade do poder oligárquico, do patrimonialismo e das relações de clientela, enraizados na desigualdade da propriedade e das oportunidades econômicas. Pensadores políticos influentes deram forma a esse consenso sobre a natureza da política local. Escrevendo entre os anos 20 e o final dos 40, Oliveira Vianna viu no município mera projeção do poder privado do grande domínio rural e cenário das instituições políticas que cresceram à sua sombra: o partido do coronel, braço municipal do partido do governador; o juiz nosso, o delegado nosso, o eleitor de cabresto, o afillhado, o governista incondicional (Vianna, 1974, p.173). Vitor Nunes Leal (1947) mostrou como, sob o sistema representativo da Constituição de 1946, a combinação entre restrita autonomia municipal de jure face aos governos estaduais e federal, de um lado, e subordinação de fato do eleitorado rural aos proprietários de terras, de outro, prolongava a vida do poder privado em decadência e transformava o município em sua reserva de domínio. Muitos outros autores contribuíram para completar o retrato do município como antítese da polis (ALMEIDA; CARNEIRO, 2003, p. 125-126).

A valorização da política local se confunde com a transição da ditadura militar para a democracia. As propostas da oposição ao regime autoritário tinham um caráter descentralizador e viam o município como o centro de um sistema democrático renovado, que tornaria possível a participação ampliada e o controle dos cidadãos sobre os atos dos governantes (ALMEIDA; CARNEIRO, 2003).

A Constituição Cidadã de 1988 redefiniu a estrutura do Estado brasileiro. Por meio da Carta Magna, os municípios se tornaram entes federados, ao lado da União e dos Estados. Esse status deu a eles relativa autonomia político-jurídica e passaram a ter mais responsabilidades em relação às políticas sociais e ao desenvolvimento econômico local.

D'Ávila Filho (2008) afirma que a constituição dá garantia à cidade de se auto-organizar, a partir de sua Lei Orgânica. Dentro das limitações legais, o município possui capacidade de legislar, de escolher seus governantes, de gerir seus negócios. De acordo com o artigo 23 da Constituição Federal (CF), os três entes federativos têm competência comum nas áreas de saúde, assistência social, educação, cultura, habitação e saneamento, proteção do meio ambiente e do patrimônio histórico, artístico e cultural, combate à pobreza, integração social e educação para o trânsito. Já no artigo 30, a CF fala sobre as competências do município. Esse ente tem a responsabilidade de legislar sobre assuntos de interesse local, instituir e arrecadar

tributos, organizar os serviços públicos locais, manter programas de educação infantil e de ensino fundamental, prestar serviços de atendimento à saúde, realizar o ordenamento territorial e proteger o patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação federal e estadual.

A política local é, sem dúvida, aquela que mais está presente no dia a dia da população. É no município que são entregues os serviços públicos que atenderão os moradores. É, também, onde os eleitores estão mais próximos aos seus representantes, além de, em época de campanhas eleitorais, ser o espaço onde se vive mais intensamente as discussões políticas.

A Câmara de Vereadores é o poder legislativo da cidade. Os vereadores têm a função de legislar sobre seus vencimentos e do prefeito e, também, sobre uso do solo urbano. Podem, por exemplo, apresentar matérias sobre tributos, alterar o orçamento, propor políticas públicas. Além disso, possuem a função de fiscalizar o poder executivo, de julgar infrações político-administrativas do prefeito, vice-prefeito ou de vereador e de administrar a organização da Câmara Municipal.

Dentro da estrutura da carreira política no Brasil, o cargo de vereador é a base, considerado “a posição eletiva de menor prestígio político” (MIGUEL, 2003, p. 116). Maluf (2010) afirma que o sistema político brasileiro conta com dez cargos de natureza popular e remunerados. Seis são executivos – prefeito, governadores, presidente e os seus respectivos vices –, além dos cargos de vereador, deputado estadual, deputado federal e senador.

A maior oferta de cargos de natureza popular está no município, mais especificamente nas Câmaras de Vereadores. Ao se passar para as demais esferas – estadual e federal – o número de cargos vai se reduzindo, existindo um grande afunilamento (MALUF, 2010, p. 126). Os mandatos de vereador, deputados estadual e federal são os que se colocam mais ao alcance dos interessados, ainda que em ordem crescente de dificuldade (MALUF, 2010).

A trajetória na carreira política não é rígida, nem se dá de forma ascendente e linear. Nem sempre para atingir patamares mais altos, o político necessita ter sido vereador, assim como um legislador local nem sempre tem a pretensão de habilitar-se a cargos mais altos. Segundo Maluf (2006), é mais frequente que os vereadores iniciem e concluam suas carreiras ocupando a mesma posição, pois raramente obterão êxito eleitoral na disputa para ocupar vaga nas Assembleias ou na Câmara dos Deputados.

Sobre isso, Lima e Barreto (2013) revelaram que a maioria dos vereadores do Rio Grande do Sul que participaram das eleições para deputado estadual ou federal, em 2002, 2006 e 2010, apresentou uma candidatura eleitoralmente inviável. Os autores concluem que, geralmente, os vereadores disputam essas eleições para ajudarem as legendas a ter candidaturas em diferentes regiões ou, ainda, para garantir visibilidade do seu nome com vistas à renovação do mandato nas eleições municipais. O fato do vereador, para concorrer a deputado, não precisar se licenciar e nem perder o mandato minimiza os custos envolvidos nesse processo. A tendência daqueles que são vereadores e querem se manter no mundo da política é tentar permanecer no mandato, ou seja, concorrer à reeleição.

Desse modo, busca-se entender quem são os indivíduos que se lançam nessa disputa eleitoral. A que grupos sociais pertencem aqueles que pretendem representar a população de Rio Grande na Câmara de Vereadores? Quais são as características representadas nesse grupo? Há homogeneidade ou existe uma diversidade de perfis entre os aspirantes ao legislativo local? São pessoas sem nenhum contato prévio com o mundo político? Já ocuparam cargos eletivos? Possuem algum tipo de engajamento social ou político? O que distingue os eleitos dos não eleitos?

A partir dessas inquietações iniciais, chega-se ao objetivo pretendido pelo trabalho: investigar quais são os atributos sociais e políticos dos candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande, além de fazer um comparativo dos atributos identificados entre os eleitos e os não eleitos. Assim, a pesquisa contribui para um melhor entendimento de quem faz a política no município, trazendo pistas sobre quem são os grupos sociais representados na disputa, quais características são sub ou sobrerrepresentadas, qual o grau de diversidade desse território político e quem são aqueles que conseguem obter o êxito eleitoral.

Cabe ressaltar que o intuito desse trabalho não é o estudo do sistema eleitoral e nem do sistema partidário, tampouco o modo como essas instituições escolhem seus representantes. O foco de análise está centrado nos postulantes ao cargo de vereador na Câmara Municipal do Rio Grande, com a intenção de aprofundar o conhecimento sobre seus perfis e trajetórias.

A eleição de 2016 em Rio Grande contou com a participação de 23 partidos⁴ e teve, ao todo, 409 candidaturas homologadas – excetuando indeferimentos e

⁴ Os partidos que estiveram presentes na disputa foram: PCdoB, PDT, PEN, PHS, PMDB, PMN, PP, PPS, PR, PRB, PROS, PSB, PSC, PSD, PSDB, PSDC, PSOL, PT, PTdoB, PTB, PV, REDE e SD.

renúncias – na disputa por 21 cadeiras. O município gaúcho, escolhido para o desenvolvimento da pesquisa exploratória, é o berço do Rio Grande do Sul e abriga a Câmara de Vereadores mais antiga do estado, possuindo relevância histórica e política na região. Apesar disso, ainda é pequena a quantidade de pesquisas de Ciência Política sobre a cidade. Ademais, a curiosidade acadêmica surge da relação que a pesquisadora tem com o município. É o lugar onde reside e onde acompanha mais de perto as dinâmicas políticas.

Para alcançar o objetivo pretendido por essa dissertação, primeiramente, foi traçado o perfil social dos 409 candidatos a vereador, através dos dados disponíveis no site do TSE, notadamente no Sistema de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais (DivulgaCand). Quanto aos atributos sociais, a pesquisa segue as variáveis mais presentes na literatura: gênero, idade, profissão e escolaridade (MARQUES, 2007; KERBAUY, 2005; DAMIN; REBELLO, 2009; BRAGA; VEIGA e MIRÍADE, 2009; PERISSINOTO; MIRÍADE, 2009; PERISSINOTO; COSTA e TRIBESS, 2009; ALTMANN, 2010; LEAL, 2010; PERISSINOTO; BOLOGNESI, 2010; VALENCIANO, 2011; ANASTASIA; CORREA e NUNES, 2012; PRATTI, 2013; SILVA, 2014; SILVA; SILVA, 2015). Mas além dessas, inclui a categoria raça, informada pelo TSE somente a partir de 2014, o que pode explicar a sua ausência na maioria das análises sobre formação de elites políticas. Para essa variável, o estudo se vale de trabalhos como o de Campos e Machado (2017, 2015; 2014) e Campos (2015), que se dedicam a investigar a representação de negros e pardos na política brasileira.

Com o intuito de avaliar a experiência político-partidária e os vínculos entre os aspirantes ao cargo e essas instituições, a pesquisa coletou informações sobre o tempo de filiação dos candidatos nos partidos pelos quais concorreram e a sua participação em eleições anteriores. Os dados referentes ao tempo de filiação foram acessados por meio do aplicativo FiliaWeb, disponível pelo site do TSE. Através deles, é possível identificar o tipo de vínculo que os candidatos possuem com os partidos e quais são as suas experiências nesse universo. O tempo dispensado para a participação em um partido pode significar experiência em militância e em campanhas eleitorais e uma maior proximidade com um mundo da política (MARENCO DOS SANTOS, 2001; FERREIRA, 2012).

Em relação a eleições anteriores, foram consideradas as disputas legislativas das três esferas a partir de 2004. Essas informações estão contidas no perfil dos candidatos na plataforma DivulgaCand do TSE. A análise, inspirada em Altmann (2010)

e Marques (2007), permite saber se os postulantes a uma vaga no legislativo municipal eram novatos em disputas eleitorais ou se já haviam concorrido a um ou mais pleitos.

Para compreender mais profundamente o universo social e político dos candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande, foram realizadas 52 entrevistas semiestruturadas com candidatos, 40 delas com não eleitos e 12 com eleitos.

O número de entrevistas não foi definido a priori. Inicialmente, a primeira busca foi por aqueles que não tinham sido eleitos. Apesar de a escolha ter se dado de modo aleatório, foi tomado o cuidado de escolher candidatos e candidatas de diferentes agremiações partidárias.

A princípio, a procura foi feita por meio das redes sociais. Também foi solicitado aos partidos políticos que enviassem telefone ou e-mail dos concorrentes, mas apenas duas agremiações disponibilizaram a lista completa dos postulantes ao cargo de vereador em 2016. A dificuldade foi maior porque alguns partidos menos organizados foram contatados por meio do diretório estadual.

À medida que se obtinha o retorno, iniciaram-se as tentativas para marcar as entrevistas pessoalmente. A maioria delas foi realizada na cafeteria da Livraria Vanguarda, no centro da cidade, por sugestão da pesquisadora. Alguns encontros foram feitos na casa ou no trabalho do candidato. Os que se elegeram e estavam no exercício do mandato foram entrevistados em seus gabinetes, na Câmara de Vereadores.

Em diferentes ocasiões, entrevistas tiveram que ser reagendadas mais de uma vez. Além disso, alguns candidatos marcaram, mas não apareceram ao encontro. Outros não retornaram as solicitações ou não demonstraram interesse em participar da pesquisa. Três entrevistados, apesar de se mostrarem solícitos, não tinham disponibilidade de tempo para a reunião pessoal. Nesses casos, as perguntas foram feitas e respondidas por e-mail ou por WhatsApp.

A entrevista foi bem aberta, apesar de haver um roteiro inicial que a guiava. As perguntas foram elaboradas com a intenção de conhecer informações sobre: como se deu o processo de entrada na política, os vínculos partidários, a participação em movimentos e organizações sociais, a experiência em cargos públicos e a candidatura em 2016. Ao longo da conversa, porém, iam surgindo assuntos paralelos. A diferença de tempo entre elas é bem significativa. Há encontros que duraram apenas dez minutos e outros que levaram mais de duas horas. Todos os entrevistados se

mostraram receptivos para responder aos questionamentos. Não houve nenhuma resistência que tenha prejudicado o bom andamento das entrevistas.

O processo de coleta dessas informações durou, aproximadamente, dois meses. Com praticamente todas as entrevistas já realizadas, houve a decisão de ainda conversar com mais eleitos, para que pelo menos 50% deles participassem da pesquisa. A conquista das 52 entrevistas, com as informações que traziam, foram avaliadas como satisfatórias para o alcance do objetivo pretendido.

É importante ressaltar que as entrevistas possuem valor qualitativo dentro da pesquisa. Ao aplicar o cálculo amostral para o grupo de 409 candidatos, com margem de erro de 2%, o resultado demonstra que seria necessário realizar 351 entrevistas para obter uma amostra com valor estatístico. Essa quantidade de encontros, certamente, inviabilizaria o desenvolvimento da dissertação.

Todas as conversas foram gravadas em áudio, com autorização prévia dos participantes. Eles também permitiram ser citados por seus nomes originais, sem a necessidade de ocultamento dessa informação. Paralelamente aos encontros, as entrevistas foram sendo transcritas na íntegra, com o auxílio de mais duas pessoas.

Após a transcrição, as entrevistas foram analisadas, uma a uma, e foram selecionados os trechos que respondiam aos objetivos pretendidos. A ordem que elas aparecem na dissertação tem relação com as experiências descritas pelos candidatos. Os postulantes foram agrupados pelos diferentes tipos de trajetória e engajamento identificados e apresentados ao longo do capítulo 3. No capítulo 2, ao se analisar as variáveis políticas e sociais com base nas informações do TSE, também foram apresentadas algumas falas dos candidatos para ilustrar os dados.

A ideia de que candidatos a vereador não têm experiência nem sempre é verdadeira. Pesquisas têm apontado para a existência de trajetória política prévia entre postulantes e membros do legislativo municipal, em muitos casos, fora dos partidos, o que origina a aproximação com a política partidária e impulsiona as candidaturas (CORADINI, 1998; KUSCHNIR, 2000; MARQUES, 2007; LEAL, 2008, 2010; ALTMANN, 2010; VALENCIANO, 2011). Essas experiências podem ser de diversos tipos. Marques (2007) salienta que o treinamento pode se dar, por exemplo, por meio de trabalhos comunitários, assessoramento político, participação em partidos e em filantropia.

Entre os resultados, espera-se que haja heterogeneidade no perfil de candidatos, com a predominância de indivíduos com ensino médio completo de

escolaridade e a presença de trabalhadores assalariados. Outra hipótese é a de que há uma presença reduzida de negros, de jovens e de mulheres entre aqueles que se lançam ao pleito e, mais ainda, entre os que se elegem. Sobre a trajetória, a vida política dos postulantes ao cargo de vereador não está, necessariamente, ligada a partidos. A participação em sindicatos, movimentos religiosos, vínculos associativos com a comunidade local, por meio de associações de bairros ou de trabalho social, também está presente. Acredita-se, ainda, que a maior parte dos candidatos a vereador não tem experiência em eleições e nem em ocupação de cargos públicos eletivos e possui pouco tempo de filiação no partido pelos quais concorreu em 2016. Entre os eleitos, há mais experiência na disputa dos pleitos e a reeleição é um trunfo importante.

A dissertação está estruturada em três capítulos. Em um primeiro momento, fez-se a revisão da literatura que dá subsídio teórico ao trabalho. São diferentes pesquisas inseridas no campo de estudos sobre formação de elites políticas que servem de embasamento teórico para o desenvolvimento dessa dissertação. Embora essas contribuições sirvam de norteadoras para a realização desse estudo de caso, é importante ressaltar que, em alguns momentos, o diálogo com a literatura é dificultado pela diferença de contexto e de objetivos.

Após a revisão bibliográfica, o segundo capítulo se dedica a fazer uma breve contextualização histórica da política em Rio Grande, com ênfase nas eleições de 2016. Em seguida, apresenta a construção do perfil dos candidatos a partir dos indicadores de gênero, raça, idade, escolaridade e ocupação. Além disso, a pesquisa investiga a experiência e os vínculos políticos ao destacar o tempo de filiação dos candidatos nos partidos pelos quais concorreram e a participação deles em eleições anteriores. Os atributos dos candidatos não são apenas descritos, mas analisados a partir da conversação constante com a literatura disponível sobre o tema.

No decorrer do estudo, há o comparativo entre os atributos sociais e políticos identificados entre os candidatos eleitos e os não eleitos, a fim de entender quais as diferenças entre os dois grupos. Perissinotto e Miríade (2009) afirmam que somente conhecendo os atores disponíveis nas listas partidárias é possível afirmar que determinado grupo é prejudicado ou não consegue ascender a um cargo eletivo. Pratti (2013) observa que a partir de um estudo sobre todos os candidatos, eleitos e não eleitos, é possível verificar que grupos estão de fora da política, quais são sobrerrepresentados e sub-representados nos legislativos e no executivo. Ao fazer

essa comparação, é possível perceber que indivíduos têm mais ou menos chances de vencer uma eleição e o quão diversificado é o território político.

O terceiro e último capítulo se dedica a apresentar as informações recolhidas por meio das entrevistas realizadas com 52 candidatos. O objetivo é aprofundar o conhecimento sobre os atributos sociais e políticos dos postulantes ao cargo de vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande. A partir desse método, a pesquisa investiga se o candidato é um novato na política, se tem atuação em movimentos religiosos, sindicais ou em outros tipos de associação, experiência em cargos da administração pública. É possível analisar o background social dos candidatos, conhecer melhor a suas trajetórias, seus recursos sociais, suas experiências político-partidárias e, também, para além dessas instituições. Desse modo, a abordagem permite uma riqueza maior de dados, que não seria possível de se alcançar apenas com métodos quantitativos. Os relatos ajudam, ainda, a enriquecer e ilustrar os dados quantitativos trazidos na pesquisa.

Dessa forma, acredita-se que a pesquisa consegue, ainda que de forma incompleta, adentrar no mundo dos candidatos e conhecer as características sociais e políticas daqueles que disputaram uma vaga de vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande e, também, dos que, efetivamente, obtiveram êxito eleitoral. Apesar da impossibilidade de generalização desse estudo de caso, a dissertação se junta a outros esforços de pesquisa, a fim de auxiliar na construção de um acúmulo de conhecimento sobre o tema.

2 Panorama geral da literatura sobre o tema

Nesse capítulo, será apresentado o suporte teórico que dará embasamento ao desenvolvimento do presente estudo exploratório. São variadas análises, inseridas dentro dos estudos sobre formação de elites políticas, que subsidiarão essa dissertação. Ainda que apresentem diferenças, em muitos casos, substanciais com os objetivos pretendidos, essas pesquisas se interseccionam e auxiliam na construção do caminho dessa proposta de trabalho

Em um primeiro momento, há uma explicação das diferentes nomenclaturas e áreas inseridas nesse campo. Vencida essa etapa, há um panorama dos estudos de seleção de candidatos, recrutamento, perfis e trajetórias políticas nas esferas legislativas estaduais e federal, com a indicação dos principais resultados obtidos por cada autor. Por fim, o capítulo se dedica a apresentar as pesquisas que tratam, especificamente, do legislativo local e, portanto, têm uma aproximação maior com o objeto de estudo dessa dissertação.

2.1 Delimitação do campo de investigação

Dentro do grande campo de estudos sobre a formação das elites políticas, há pesquisas que se dedicam a investigar diferentes enfoques, como seleção de candidatos, recrutamento político, perfil de candidatos e de eleitos, profissionalização, trajetórias e carreiras políticas. Para indicar esse tipo de estudo, entretanto, não existe uma única nomenclatura.

Massia (2013) chama a atenção para a utilização de uma infinidade de termos que, muitas vezes, são usados como sinônimos. Recrutamento político, recrutamento legislativo, seleção de lideranças políticas, seleção de candidatos, seleção ou recrutamento partidário são alguns deles.

Para Barreto (2015), essa profusão de nomenclaturas sinaliza a falta de consolidação do próprio campo, com agendas, delimitações de objetos, objetivos e marcos teóricos diferentes, ainda que com intersecção. Bolognesi (2009) salienta que há uma linha tênue na diferenciação entre pesquisas de recrutamento político, partidário, legislativo e, ainda, seleção de candidatos. No entanto, todos os termos fazem parte do processo mais geral de formação das elites políticas.

O recrutamento político se refere a um conceito mais amplo que envolve todas as etapas de formação das elites. De acordo com Czudnowski (1975), tem delimitações extensas, que vão desde o processo de socialização, envolvendo experiências familiares e educacionais, à passagem por diferentes instituições até o início da carreira política propriamente dita. As etapas desse recrutamento seriam, assim, os passos que o indivíduo dá até chegar ao cargo político.

Bolognesi (2009) resume quais seriam os modelos empíricos originados das principais teses sobre recrutamento político. Ao comparar o perfil de aspirantes e filiados com a população em geral é possível perceber que grupos estão se lançando na política. Já a diferença entre o perfil de aspirantes e de candidatos joga luz sobre o processo de seleção dentro dos partidos. E a comparação entre candidatos e eleitos pode refletir a dinâmica eleitoral e como o eleitor se comporta ao votar, se privilegiando ou não determinados segmentos da sociedade.

Os estudos de seleção ou recrutamento partidário são os que buscam compreender como os partidos atraem seus filiados. Já os de seleção ou recrutamento de candidatos focam em investigar como as instituições partidárias escolhem, entre uma gama de aspirantes, aqueles que as representarão na disputa eleitoral. Além de investigarem os métodos utilizados pelos partidos na escolha, essas pesquisas apresentam, também, o perfil daqueles que se lançam na disputa.

O processo de seleção é entendido como o meio pelo qual um partido político decide quais dos seus membros, legalmente elegíveis para ocupar um cargo eletivo, serão designados para figurar na lista partidária (Ranney, 1981, p. 75). Para Rahat e Hazan (2001), a seleção é apenas um aspecto dentro do quadro que abrange todo o processo de recrutamento de candidatos. Esses métodos de escolha refletem na natureza do partido e afetam a política partidária.

Ranney (1981) resumiu os principais métodos de seleção que os partidos políticos – em 24 países democráticos – utilizam na escolha de candidatos para a legislatura nacional e para a chefia do executivo. O autor ressalta a importância da seleção de candidatos e o papel que elas desempenham nas eleições democráticas. Segundo o autor, é a natureza desse processo que define a natureza do partido. Ao se entender como e por quem os candidatos são escolhidos no interior dos partidos, o processo de seleção se torna, ainda, uma das melhores formas de observar a distribuição de poder dentro das agremiações partidárias (RANNEY, 1981, p. 102). A possibilidade de nomeação dos candidatos é o que diferencia os partidos políticos de

grupos de pressão ou outras formas de organização política, que nunca poderão escolher seus próprios candidatos. Esses, por sua vez – mais do que os militantes, a plataforma ou os manifestos partidários – constituem a face pública dos partidos políticos (Ranney, 1981, p. 103).

Nas eleições democráticas modernas, uma infinidade de pessoas se encaixaria nos pré-requisitos legais para se tornar candidata. Entretanto, a seleção de candidatos dentro dos partidos políticos é que estabelece aqueles que, de fato, poderão ser votados nas urnas pelos eleitores. Além disso, ao fazerem campanhas e apresentarem seus candidatos, os partidos políticos estruturam o voto. Assim, de acordo com Ranney (1981), os eleitores não precisam conhecer todas as qualidades e as posições defendidas pelo concorrente, eles podem votar no candidato ou na lista do partido que preferirem. Para o autor, a seleção de candidatos pelos partidos determina tanto as escolhas estabelecidas antes dos eleitores quanto a composição dos partidos de governo e de oposição que interagirão no parlamento, essência do governo democrático moderno.

Rahat e Hazan (2001) construíram um quadro analítico de investigação sobre o tema, resumido nas seguintes questões: Quem pode ser selecionado? Quem seleciona? Onde os candidatos são selecionados? Como os candidatos são nomeados? Ao estudar quem pode ser selecionado, os autores procuram compreender quem pode se apresentar como candidato de um partido político em uma eleição. Essa investigação leva ao questionamento da existência ou não de requisitos que os filiados precisam ter para fazerem parte da lista partidária. A partir do conhecimento das exigências impostas, é possível saber quão restritivos são os partidos políticos e como essas restrições afetam a natureza do tamanho do conjunto de candidatos.

Já ao se investigar quem seleciona, busca-se saber se os métodos de seleção utilizados pelo partido são mais ou menos inclusivos e quais são os responsáveis por escolher os candidatos. Em um extremo mais inclusivo, o eleitorado tem direito de votar na seleção dos candidatos, já no extremo oposto, a nomeação é feita apenas por um líder.

Quanto à onde são selecionados, os autores buscam responder se essa escolha é nacional, regional ou local e se os candidatos são escolhidos como representantes de grupos ou setores sociais. Essa informação está ligada ao grau de centralização dos partidos políticos. Quando os candidatos são escolhidos apenas

nacionalmente, o método de seleção é centralizado. Quando são selecionados por meio das agremiações locais, o método é considerado descentralizado.

Sobre a nomeação, essa última categoria de análise busca entender se os candidatos passam por um processo de votação para serem aceitos ou se, simplesmente, são nomeados. Caso as listas partidárias sejam definidas por votação, o processo garante a participação ativa dos membros do partido. Por outro lado, quando há apenas as indicações, a participação mais ampla dos filiados é excluída e os líderes partidários cumprem a tarefa de definir quem são os candidatos. Os autores afirmam que esses estudos não devem ser generalizados, sendo aplicados em um partido particular e em um país específico. Essa generalização só pode ser feita na medida em que, em um mesmo país, diferentes partidos se utilizem de métodos de seleção similares ou que um mesmo partido repita, por um certo período, os mesmos métodos.

Entre as razões da importância dessas investigações, Rahat (2007) afirma que os métodos de seleção influenciam na composição do parlamento e no comportamento de seus membros, mostram como o poder é distribuído dentro dos partidos e, também, ajudam a entender o crescimento de candidatos personalistas. A representação é, segundo o autor, amplamente determinada pela seleção, pois quando os partidos escolhem seus candidatos, podem influenciar, por exemplo, no aumento da presença de determinados grupos no parlamento, mesmo antes das eleições.

Norris (1997) se dedicou a pesquisar o recrutamento legislativo. A autora ressalta que em eleições democráticas competitivas em todo mundo, eleitores selecionam líderes políticos que influenciarão os rumos futuros dos seus países. Os candidatos que entram na disputa e, aqueles que ocupam o legislativo, dependem de um processo de recrutamento anterior, entendido como os passos que o indivíduo dá até a entrada na carreira legislativa. Para analisar esse processo em diferentes países, a autora organiza uma estrutura conceitual comum para o recrutamento, dividindo-a em quatro níveis de análise.

O primeiro nível de análise do recrutamento legislativo é o sistema político, responsável por estruturar as oportunidades de candidatura. Aqui estão contidas as regras legais, o sistema partidário e eleitoral, que determinam as oportunidades dos candidatos dentro do mercado político. O segundo nível seria o processo de recrutamento, mais especificamente, o grau de democracia interna dos partidos e as

regras de seleção de candidatos. Já o terceiro, refere-se à oferta de candidatos para exercer o cargo em disputa, com suas motivações e capital político e, por último, a demanda dos selecionadores, aqueles que irão escolher, dentre um conjunto de aspirantes, os que se tornarão candidatos pelos partidos.

Cada um dos níveis desenvolvidos por Norris (1997) pode ser entendido como um funil de causalidades. A oferta e a demanda funcionam dentro do recrutamento partidário e esse último, por sua vez, é moldado pelo sistema político mais amplo. Para Norris (1997), é preciso levar em conta tanto o contexto institucional – regras do partido, legislação – como os processos informais. O foco apenas nas regras formais obscurece as atitudes dos selecionadores e, também, a motivação, o background e as experiências dos candidatos.

Conforme a autora, o recrutamento determina a composição dos parlamentos e se as legislaturas refletem a sociedade. Entre o largo *pool* de aspirantes interessados em concorrer a um cargo, apenas um grupo menor será escolhido e um outro, menor ainda, será, efetivamente, eleito. Na filtragem realizada dentro dos partidos políticos, alguns caem e outros são bem-sucedidos. Esse sucesso depende de fatores como serviço partidário, qualificações formais, experiência legislativa, habilidades organizacionais e de fala, recursos financeiros, conexões políticas, rede de contatos, ambição pelo cargo. Os critérios mais relevantes podem variar de um país para o outro (NORRIS, 1997, p. 6).

Em uma revisão da literatura sobre recrutamento, Norris (2013) identifica os principais fatores que influenciam o recrutamento de candidatos, sugerindo três estágios sucessivos desse processo: a certificação, a indicação e, por fim, a eleição. No processo de certificação, além das regras do sistema eleitoral e das exigências legais para poder se eleger, normas sociais informais e valores culturais definem as candidaturas. A indicação envolve a nomeação dos candidatos, a partir da oferta de candidaturas elegíveis e das demandas dos selecionadores e, por fim, a eleição, que é o que determinará ou não o ingresso na carreira política.

Os valores culturais e as normas sociais variam em cada país, definindo quais seriam os candidatos mais adequados para ocupar uma vaga no legislativo. Treinamento profissional jurídico, experiência com políticas públicas ou no governo local podem ser habilidades consideradas valiosas para se tornar candidato. A autora ressalta que “embora as percepções informais de elegibilidade sejam muito difíceis de estabelecer com qualquer evidência sistemática, elas provavelmente selecionam

quem segue adiante e quem é preterido na busca de uma carreira legislativa” (NORRIS, 2013, p. 13).

Os atributos dos aspirantes – o lado da oferta – e a percepção dos selecionadores em relação a suas habilidades e experiências – a demanda – são determinantes para a elaboração das listas partidárias. Os partidos, geralmente, não apresentam requisitos formais muito exigentes e, dentro disso, escolhem seus candidatos tendo em vista um bom resultado eleitoral.

Norris e Lovenduski (1997) investigaram o recrutamento dos partidos conservador e trabalhista no parlamento inglês. Os autores analisam o background social dos candidatos que influenciam tanto a oferta quanto a demanda no recrutamento político. As características e recursos sociais investigados são educação, gênero, raça, idade, tempo, recursos financeiros, experiência política, rede de contatos, ambição política e persistência. Eles destacam, por exemplo, que as ocupações predominantes no parlamento são as de jornalista, advogados, homens de negócio, consultores financeiros e professores universitários, pois oferecem habilidades de fala, segurança, flexibilidade e renda suficientes para a aposta na carreira política. Já em relação à educação, os selecionadores valorizam os mais bem-educados, como sinal de habilidade e status, enquanto que a escolaridade alta pode servir com um motivador para o aspirante arriscar o ingresso na vida pública.

Álvares (2010), ao apresentar resultados de estudos de caso nas eleições paraenses de 2002, 2004 e 2006 para Assembleia Legislativa e para Câmara dos Deputados, avalia o papel das lideranças partidárias na escolha de candidatos aos cargos, os tipos e funções desses líderes e quais os critérios de indicação utilizados. A autora afirma que a seleção de candidatos para os cargos legislativos acontece em dois níveis: o formal e o informal. O plano formal é composto pelas variáveis partidárias e legais, que estabelecem requisitos para se tornar candidato. Já a parte informal do processo, considera a influência/controla das lideranças dos partidos na escolha e os antecedentes sociais dos aspirantes. Do lado da demanda, as lideranças têm a responsabilidade de escolha dos candidatos, enquanto na oferta, a autopercepção do potencial de representatividade política induz os aspirantes à disputa eleitoral.

[...] As lideranças são responsáveis por suprir o mercado eleitoral, amoldando suas demandas por votos, através da escolha ou designação de candidatos/as com perfil prospectivo, baseados em vários critérios de

inclusão, entre estes, os antecedentes sociais dos aspirantes e candidatos/as, os acordos com as conexões e os arranjos com a base coligada. Quanto a self-selection (oferta), esta atitude de auto-reconhecimento do potencial de representatividade política induz os aspirantes ao desejo de concorrer, submetendo-se às regras estatutárias e eleitorais. Estes procedimentos materializam o processo de recrutamento de candidaturas (ÁLVARES, 2010, p. 3).

A autora apresenta resultados de 63 entrevistas com lideranças dos partidos que competiram nas eleições parlamentares paraenses de 2002 e 2006, para Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados, e nas eleições para a Câmara de Vereadores de 2004. Entre os achados, ressalta que 80% desses entrevistados confirmam que há a existência de uma pré-seleção, ou seja, os integrantes do partido precisam ter uma ideia prévia – antes da decisão final – de quem será indicado para concorrer. A pesquisadora mostra quais critérios informais foram ressaltados como importantes na escolha de um bom candidato. Ter uma trajetória pessoal, pontuada por recursos políticos, pessoais ou profissionais, é valorizado por 74% dos líderes. Ter uma história no partido é um critério destacado por 52% deles e ter notabilidade, por 27%. Esses critérios também foram separados por blocos ideológicos. Destacam-se a qualidade da notabilidade no bloco de centro – 64% – e, nas esquerdas, a qualidade privilegiada é ter uma história no partido – 39% (ÁLVARES, 2010).

Conforme Álvares (2010), a seleção dos candidatos dentro das organizações partidárias extrai, dentre os filiados, aqueles que apresentam uma trajetória com recursos de capital político construído por antecedentes pessoais – familiares, profissionais ou políticos. A presença de filiados em padrões de ativismo é indicativo do início de trajetória pessoal movida pela política, pelo envolvimento na área sindical e/ou pela participação em organizações voluntárias, que podem ser o capital social com que se apresentam para disputar uma vaga nas listas partidárias (ÁLVARES, 2010, p. 31). A trajetória política de um aspirante ou de um candidato à reeleição, a sua tradição familiar e o nível de representatividade profissional influenciam na hora de selecionar os competidores (ÁLVARES, 2007, p. 37).

Com o enfoque no gênero, Álvares (2008) investiga três estatutos partidários – PT, PMDB e PP – para avaliar se o processo de seleção formal dessas agremiações tem interferência no acesso das brasileiras aos cargos legislativos ou se há outras barreiras que resultam na redução da representação feminina no parlamento. Ademais, a autora verifica se os partidos analisados registram uma pré-seleção de candidaturas parlamentares e qual o tipo formal de selecionador.

A motivação e o capital político – tempo, dinheiro, experiência, conexões políticas – estimulam os aspirantes à competição eleitoral. Por sua vez, a escolha depende da percepção dos selecionadores quanto às habilidades, experiências e qualificações dos aspirantes (ÁLVARES, 2008, p. 899). A autora salienta que não há nenhuma regra formal que sirva de empecilho para candidaturas femininas. Caso o partido verifique que há força nominal de uma candidata, há demanda partidária para candidaturas de mulheres. No entanto, o que se verifica, devido ao contexto sociocultural que por muito tempo excluiu a mulher da política, é que elas possuem menos recursos pessoais e políticos valorizados na seleção de candidatos. A falta de experiência política enfraquece a motivação para concorrer e também a avaliação do partido quando faz a prospecção da força eleitoral.

Na trajetória política, a representatividade profissional e o ativismo político favorecem a exposição pessoal e a dimensão da atividade exercida, o que evidencia a popularidade do filiado e resulta, por fim, na seleção do seu nome para a lista partidária. Contudo, esses espaços sempre foram, predominantemente, masculinos. A motivação para a competição e a experiência com as coisas da política são obstáculos para uma presença mais equilibrada dos gêneros nas listas partidárias.

As experiências advindas dessa trajetória político-eleitoral são as que mais enredam os homens e se tornam obstáculos à presença da mulher: a baixa integração desse gênero ao partido, sua ausência no ativismo partidário e nos cargos estatutários mais evidentes, e a baixa competição aos cargos eletivos. Tornam-se fatores dessa emblemática relação mulher e política eleitoral: o tempo de exclusão da cidadania política; o acúmulo de papéis domésticos, que acarretam falta de tempo para as práticas políticas, ou *brokerage occupations* (Offerlé, 1999) a marca do preconceito (direto e indireto) ao “que fazer” feminino; a visão equivocada sobre a ascensão feminina ao cargo político (ÁLVARES, 2008, p. 929-930).

Braga, Veiga e Miríade (2009) examinaram o processo de seleção dos candidatos a deputado federal realizado pelos partidos PP, PFL (DEM), PMDB, PSDB e PT, nas eleições de 2006, bem como o perfil social dos candidatos e dos eleitos. Apesar de encontrarem diferenças entre os partidos em relação aos métodos de recrutamento, há uma tendência de homogeneização do perfil dos eleitos. Há mais diferenciação entre os partidos quando se compara o perfil de seus candidatos do que quando se olha para o perfil dos eleitos. Os vitoriosos possuíam uma certa uniformidade: em geral eram homens, com grau elevado de escolaridade e patrimônio, já com carreira política ou tinham como atividade profissional serem funcionários

públicos, engenheiros, médicos e advogados. As autoras observaram, ainda, que determinadas candidaturas tendem a receber mais recursos financeiros para a campanha, o que facilitaria a sua eleição frente aos outros candidatos do mesmo partido.

Ao pesquisar sobre o resultado do processo de seleção, fazendo um comparativo entre a composição total das listas partidárias e a dos candidatos eleitos, Perissinoto e Miríade (2009), afirmam que, para além das instituições, as características dos jogadores importam nesse processo. Ou seja, eles partem do pressuposto de que se faz necessário conhecer as características das elites políticas para compreender o funcionamento do sistema. A partir das variáveis idade, sexo, ocupação, escolaridade e gasto com a campanha eleitoral, analisaram as eleições de 2006 para o cargo de deputado federal. Eles concluíram que indivíduos com posições sociais mais elevadas foram encontrados, principalmente, nos partidos de direita. Nos partidos de esquerda e de centro, havia um maior nível de escolaridade, e nos de esquerda, os candidatos tendiam a ser mais jovens. As diferenças se repetiam na comparação com os eleitos, entretanto, ser político profissional foi a variável que mais pesou no sucesso eleitoral, em todos os campos ideológicos.

Carneiro (2009) investigou a seleção de candidatos a deputado federal no estado do Rio de Janeiro na eleição de 2006, analisando o processo nos principais partidos brasileiros – PFL (DEM), PMDB, PSDB e PT – e em dois considerados pequenos – PCdoB e PSC. Além dos aspectos formais do processo, realizou 31 entrevistas com lideranças partidárias integrantes dos diretórios estaduais do Rio de Janeiro para apresentar os critérios informais que guiaram a escolha dos candidatos e traçou o perfil dos selecionados nas eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006.

Em relação aos atributos que guiam a escolha de candidatos, independentemente do partido, as lideranças priorizam o apelo eleitoral, os recursos financeiros, a experiência eleitoral ou política. Em uma eleição para deputado federal, portanto, dificilmente haverá espaço para novatos. No PT e no PCdoB, são destacadas, ainda, a trajetória em movimentos sociais. Quanto ao perfil dos selecionados, a conclusão é que, em geral, os que disputam o cargo de deputado federal são homens, com nível superior completo, principalmente médicos, advogados, parlamentares e empresários.

O perfil dos selecionados é, porém, influenciado pela posição ideológica dos partidos. No bloco de esquerda, há mais professores, servidores públicos e mulheres,

e uma menor incidência de empresários e advogados. Os partidos do centro possuem a maior quantidade de candidatos com nível superior. Já no bloco de direita, há o menor índice de candidatos com nível superior e o maior com ensino fundamental completo. A autora conclui, portanto, que “os partidos se diferenciam no recrutamento de candidaturas, pois indivíduos de determinados setores sociais e de determinados grupos ocupacionais têm mais chances em um ou outro partido” (CARNEIRO, 2009, p. 180).

A seleção de candidatos a deputado federal em 2010 no DEM, PMDB, PSDB e PT foi objeto de investigação de Bolognesi (2013). Entre os resultados, o autor aponta que os principais requisitos para a candidatura no PT são recursos partidários, com laços de lealdade fortes. Os demais partidos tendem a lançar mão de recursos advindos de outras esferas que não só o partido, focando, essencialmente em atributos pessoais ou características pessoais (BOLOGNESI, 2013, p. 131).

Perissinoto e Bolognesi (2010) estudaram o processo de recrutamento dos deputados federais nas eleições de 1998, 2002 e 2006 com o objetivo de identificar quais as variáveis que afetam as chances de sucesso eleitoral, comparando os candidatos eleitos e não eleitos nos três pleitos. Analisaram, ainda, o impacto das variáveis políticas, demográficas e societárias quando se leva em consideração as posições ideológicas dos partidos políticos.

Os autores ressaltam que, em comparação ao grupo de candidatos, há uma sub-representação de comerciantes entre os eleitos. Os servidores públicos civis, estaduais e federais, também não tiveram sucesso eleitoral. Por outro lado, há um predomínio de economistas, engenheiros, médicos e políticos do poder legislativo entre aqueles que conseguem se eleger. A sobrerrepresentação de profissões técnicas e de políticos, em detrimento das ocupações economicamente relevantes, apontam para um processo de profissionalização do campo (PERISSINOTO; BOLOGNESI, 2010, p. 14).

Os políticos são a classe mais representada entre os deputados federais eleitos nos três pleitos analisados. Segundo os autores, a participação deles aumenta consideravelmente em cada uma das disputas. Se nas eleições de 1998 um candidato político tinha seis e meia vezes mais chance de ganhar eleição, essas chances aumentaram para 13 vezes nas eleições de 2006. Quanto ao gênero e à escolaridade, os dados revelam resultados semelhantes aos de outros estudos aqui já apresentados: sobrerrepresentação de homens com escolaridade alta.

Os dados de Perissinoto e Bolognesi (2010) revelam diferenças entre os partidos. Industriais e empresários estão mais presentes nos partidos de direita e de centro, enquanto metalúrgicos e bancários estão ligados aos partidos de esquerda. No que se refere ao gênero, mesmo que a sub-representação feminina seja a regra em todos os partidos, os autores destacam que ela é mais acentuada em partidos de direita. Quanto ao nível de escolaridade, há predomínio daqueles que possuem ensino superior, maior entre os partidos de direita, seguidos pelo de esquerda e, em menor grau, pelos de centro.

Apesar das diferenças, também há semelhanças entre as três posições ideológicas. Em todos os espectros, a porcentagem de economistas, engenheiros e médicos eleitos é maior que entre os não eleitos. Ter o ensino superior representa impacto positivo nas chances de sucesso eleitoral em todos os partidos. Além disso, a profissionalização política é a variável que mais incide sobre as possibilidades de êxito nas eleições. Para os autores, a exigência de profissionalização é resultado da dinâmica eleitoral institucionalizada.

No Brasil, os estudos de seleção de candidatos são, em sua maioria, inspirados nas metodologias de Norris e de Rahat e Razan. Apesar de ainda não serem tão significativas em termos numéricos em relação a outras áreas da Ciência Política, as análises sobre candidatos já acumulam vários trabalhos (ÁLVARES 2007, 2008, 2010; MARQUES, 2007; BRAGA, PRAÇA, 2007; BRAGA; MIRÍADE, 2009; BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009; BOLOGNESI, 2009, 2013; PERISSINOTO; MIRÍADE, 2009; PERISSINOTO; COSTA; TRIBESS, 2009; CARNEIRO, 2009; ALTMANN, 2010; BRAGA; BOLOGNESI, 2013; SILVA; SILVA, 2015; ROEDER; BOLOGNESI; CRUZ, 2017).

Altmann (2010) ressalta que essas pesquisas têm demonstrado que os partidos políticos possuem importância e controle sobre o processo de seleção, ainda que de formas e intensidades diferentes. Além disso, é possível constatar uma falta de padronização quanto aos métodos de seleção utilizados. Barreto (2015) afirma que há muitas variações nos métodos e um mesmo partido pode se servir de diferentes procedimentos em uma mesma eleição, o que exige um acúmulo de estudos de caso para compreensão de como o processo se desenvolve.

Diferentemente do enfoque dado aos candidatos nos estudos sobre o processo de seleção, pesquisas sobre recrutamento se dedicam a investigar o perfil político, socioeconômico ou profissional daqueles que já foram eleitos. Mais que do que se

preocupar em desvendar o modo como os partidos selecionam os seus candidatos, esses estudos buscam entender quem são os selecionados.

Em sua tese de doutorado, Marengo dos Santos (2000) investigou os padrões de recrutamento dos deputados federais brasileiros de 1946 a 1988, abrangendo ao todo 14 legislaturas. Inspirada em Bourdieu, a pesquisa foi realizada a partir do exame dos dados biográficos desses políticos. O autor reconstituiu os padrões de recrutamento dos deputados a partir da análise da experiência política na carreira pública anterior à entrada no legislativo federal e dos vínculos de lealdade partidária firmados por eles. Dessa forma, privilegia a experiência e a trajetória política, os vínculos com as organizações, em detrimento do background social dos representantes.

O autor ressalta dois padrões de ingresso na atividade legislativa: o endógeno e o lateral. O primeiro seria realizado após um longo treinamento prévio, a partir da vida partidária e da ocupação de cargos públicos. Por outro lado, o padrão lateral permitiria a entrada para a política de pessoas com escassa experiência na atividade, breve trajetória e vínculos de lealdade partidária precários. Enquanto no primeiro padrão os recursos eleitorais de que dispõem são oriundos da organização partidária, no segundo, os parlamentares conquistam êxito por meio de recursos individuais, reconvertendo o capital social em trunfo político.

A estabilidade no recrutamento parlamentar sugere a presença de um padrão endógeno, em que o êxito na conquista de um posto eletivo depende do acesso a recursos distribuídos pela liderança partidária, como contrapartida à lealdade previamente firmada. Em contraste, renovação acentuada indica uma dispersão de recursos eleitorais, quando o sucesso de uma candidatura não depende do apoio emprestado exclusivamente pelas organizações partidárias, podendo acionar recursos gerados fora de uma atividade estritamente política ou legislativa, como a notoriedade associada à atividade profissional, relações pessoais ou o vínculo a comunidades territoriais, esportivas ou religiosas. Como decorrência, oferece oportunidade para um recrutamento lateral, com trajetórias rápidas e descontínuas, sem a aquisição de uma experiência política, como subproduto gerado pela carreira (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p. 56).

Os resultados do estudo de Marengo dos Santos (2000) apontam evidências de um padrão de recrutamento lateral na Câmara dos Deputados. As taxas contínuas e elevadas de renovação parlamentar estão presentes em todas as siglas partidárias e os políticos que permanecem por seguidos mandatos representam um grupo residual em cada bancada. No decorrer das legislaturas analisadas, há um declínio

no ingresso de novos deputados com longa carreira prévia, abrindo espaço para indivíduos que não foram treinados nesse universo. Ou seja, o ingresso no parlamento, nesses casos, depende mais de recursos pessoais do que recursos propriamente políticos. Quanto aos vínculos partidários, o estudo mostrou que a média de tempo de filiação partidária nos partidos de esquerda é superior à dos demais.

Ainda em pesquisa sobre recrutamento, Marengo dos Santos e Serna (2007) investigaram os padrões de recrutamento legislativo de deputados eleitos no Brasil, na legislatura de 2002, no Chile, na legislatura de 2001 e no Uruguai, na de 2004. O objetivo foi o de compreender as variações de ingresso na carreira, existentes entre os partidos de esquerda e de direita. O levantamento foi realizado por meio de dados biográficos, levando em consideração a origem social, a ocupação profissional, as redes sociais e o capital associativo, a experiência e a carreira política dos deputados. Nesse trabalho, foi possível estabelecer uma relação mais direta entre a ideologia dos partidos e os padrões de recrutamento legislativo, que influenciam no perfil social dos políticos e no tipo de carreira construída.

A participação dos parlamentares em associações coletivas antes de terem acesso à cadeira legislativa é uma característica importante das bancadas dos partidos de esquerda. Mais de 70% dos deputados participaram de algum tipo de associação coletiva, enquanto 60% dos deputados de partidos conservadores nunca havia participado dessas associações. Os pesquisadores argumentam que uma das hipóteses explicativas é a de que os partidos de esquerda utilizam mais recursos coletivos para constituir bases sociais, enquanto os de direita dependem mais do capital e dos recursos individuais de dirigentes políticos (MARENCO DOS SANTOS; SERNA, 2007, p. 98).

Em relação ao padrão de recrutamento, os partidos conservadores apresentaram carreiras mais laterais, com trajetórias partidárias tardias e menos contínuas. Nesse caso, há preferência pelos recursos e capitais sociais individuais em detrimento do capital associativo. Em contrapartida, os deputados dos partidos de esquerdas dependem mais de recursos coletivos, construindo a carreira com base em trajetórias longas e fidelidade partidária, com forte enraizamento nas suas bases sociais de apoio (MARENCO DOS SANTOS; SERNA, 2007, p. 108-109).

As diferenças nos tipos de ocupação dos deputados brasileiros são perceptíveis ao fazer a comparação entre os blocos ideológicos. Enquanto os políticos conservadores são recrutados, sobretudo, das profissões liberais, das categorias de

propriedade e controle de empresas e das categorias de produção agroindustrial e comércio, os deputados de esquerda são, em sua maioria, formados em ciências econômicas e humanistas, oriundos da classe média e da classe trabalhadora (MARENCO DOS SANTOS; SERNA, 2007, p. 96).

Os achados de Marengo dos Santos e Serna (2007) em relação à origem social dos deputados eleitos são parecidos com os encontrados por Rodrigues (2002). Esse pesquisador realizou uma investigação sobre as ocupações dos deputados federais brasileiros e o perfil ideológico dos partidos políticos. Rodrigues (2002) analisou a composição sócio ocupacional da 51ª legislatura da Câmara dos Deputados, eleita em 1998, por meio de seis partidos: PPB, o PFL, o PMDB, o PSDB, o PDT e o PT. Entre as constatações, o autor ressalta que há um aumento da proporção de empresários, de comerciantes e de pessoas da classe alta nos partidos de direita. Em contrapartida, quando se caminha do centro para a esquerda, há um aumento da presença de profissões de classe média, e, em menor medida, da classe trabalhadora. Ou seja, foi encontrado um perfil mais elitizado, do ponto de vista econômico, entre a direita e um perfil de renda média entre parlamentares da esquerda. Os partidos de centro, por sua vez, possuíam maior heterogeneidade ocupacional.

Perissinoto, Costa e Tribess (2009) testaram a hipótese de Rodrigues (2002) na realidade da Assembleia legislativa do Paraná no período de 1995 a 2006 e não encontraram correlação entre a ideologia partidária e a composição sócio ocupacional nas bancadas do legislativo estadual. Além disso, eles traçaram o perfil socioeconômico dos parlamentares. Os autores encontraram um grau de participação feminina inferior à média de 12,5% das assembleias legislativas estaduais. Para o período analisado, a presença média das mulheres no parlamento paranaense foi de 4,3%. Em relação ao gênero e à raça os parlamentares apresentam certa homogeneidade, pois são, majoritariamente, homens e brancos. Já com relação à escolaridade, existe uma diversidade maior: 59,4% possuem ensino superior completo, 26,1% superior incompleto, 8,7% ensino médio completo e os 5,7% restantes estão entre os níveis médio incompleto, fundamental completo e fundamental incompleto. Segundo os pesquisadores, no caso estudado, ser homem e branco é mais decisivo para a carreira política do que ter ensino superior completo.

Entre os parlamentares do Paraná, são maioria os funcionários públicos, profissionais liberais, comunicadores, advogados e jornalistas (42,9%). Essas profissões são aquelas que exigem habilidades próximas da atividade política, como

a escrita e a oratória, além de flexibilidade de tempo e menor risco de perda da carreira caso a vida política não dê certo. Os políticos são, em sua maioria, recrutados da classe média, há ainda representantes da classe alta – grandes proprietários, executivos e altos cargos públicos – e, em menor grau, as camadas baixas, com pequenos proprietários urbanos e rurais.

Ainda sobre legislativos estaduais, Anastasia, Correa e Nunes (2012) analisaram o perfil e trajetória política dos deputados das Assembleias do Ceará, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, eleitos em 1990, 1994, 1998 e 2002. Em relação ao perfil desses deputados, salientam a presença majoritária de homens, com educação superior, formados, majoritariamente, nas áreas de direito, medicina e administração/economia. Os perfis dos deputados estaduais nas três assembleias, conforme a pesquisa, são muito distantes das características da população brasileira.

Damin e Rebello (2009) pesquisaram o perfil dos candidatos a deputados estaduais pelo Rio Grande do Sul em 2006, levando em consideração o recorte de gênero. De acordo com os autores, homens com mais de 40 anos e com alta escolaridade representam o perfil da maioria dos candidatos à Assembleia Legislativa. Em relação às profissões, destacam a presença de políticos entre os concorrentes e a escassa representação de assalariados urbanos e funcionários públicos. Ressaltam, ainda que os padrões patrimoniais dos aspirantes a deputado revelam uma diferenciação entre partidos de direita e de esquerda – principalmente quando se excluem da análise as pequenas siglas. Os candidatos de direita apresentam níveis maiores de patrimônio em relação aos de esquerda. Quanto ao gênero, a representação de mulheres no parlamento gaúcho não chegou a representar nem um décimo das cadeiras na Assembleia.

Ferreira (2012) analisou o perfil de recrutamento político-partidário nas eleições de 2010 para deputado federal do Rio Grande do Sul. O trabalho leva em consideração o sistema e a legislação eleitoral brasileiros, tentando entender quais são as suas implicações nas práticas de partidos e de candidatos. Ao analisar o tempo de filiação dos candidatos em onze partidos, o autor ressalta a consistência de vínculos partidários no PT, já bem consolidada pela literatura⁵, como também a do PMDB e do PP, muito em virtude da própria trajetória regional desses dois partidos no

⁵ Estudos como o de Marengo dos Santos (2000), Marengo dos Santos e Serna (2007), Marques (2007), Altmann (2008), Bolognesi (2013) apontam para um maior tempo médio de filiação partidária entre candidatos e/ou eleitos no Partido dos Trabalhadores.

Rio Grande do Sul. Foi nesses três partidos, também, que o pesquisador encontrou a concentração de candidatos mais experientes.

A pesquisa enfatiza, ainda, a presença de capital associativo entre as organizações partidárias – recurso mais mobilizado pelas agremiações de esquerda –, contrariando a ideia de que as candidaturas dos políticos são forjadas apenas por recursos individuais em um contexto de personalização da política. Além disso, o trabalho demonstrou um peso maior da profissionalização política na carreira legislativa. Apesar de apenas 20% dos candidatos terem a política como atividade principal, 77% dos eleitos para a Câmara dos Deputados se declararam políticos.

Pratti (2013) pesquisou o perfil social e a trajetória política dos deputados estaduais do Espírito Santo. A autora destaca a importância de se avaliar a participação em instituições diversas, que socializam o indivíduo na vida pública e nas funções burocráticas. Para a análise, Pratti considerou a participação nos seguintes segmentos: movimentos religiosos, movimentos sindicais, movimentos estudantis, organizações/associações de classe, entidades civis. A conclusão é que, apesar de não poder se menosprezar a experiência política, as características pessoais assumem importância na construção da carreira, muitas vezes, sobrepujando às demais.

Em outra abordagem teórica – alinhada ao campo da antropologia política – alguns pesquisadores se dedicam a investigar como relações e recursos sociais de outros campos são reconvertidos em capital político e transformados em trunfos para essa carreira. Investigam-se, assim, os recursos e o capital de relações sociais acumulados que estão na origem do recrutamento das elites políticas.

Nessa linha, Coradini (2001) busca compreender a relação entre origens e trajetórias sociais e princípios de legitimação usados para ocupação de cargos públicos. O autor ressalta que essas características não são diretamente usadas como legitimadoras da entrada na esfera política. A reconversão da origem ou da trajetória social em recurso de legitimação eleitoral é dependente de códigos culturais e políticos inseridos em determinadas condições históricas e sociais. Os princípios de legitimação podem se referir tanto a esferas sociais a que os candidatos se vinculam no presente ou àquelas que se vincularam no passado.

Em análise das candidaturas a eleições gerais no Rio Grande do Sul em 1998, Coradini (2001) elenca uma diversidade de bases de recursos eleitorais utilizadas, ligadas a diferentes esferas sociais e princípios de legitimação. Dentre as mapeadas,

o autor selecionou as cinco mais utilizadas: o sindicalismo, as organizações de empresários, as igrejas e organizações filantrópicas, os cargos públicos anteriormente ocupados e as relações estabelecidas no exercício profissional.

Em outra pesquisa, Coradini (2007) estudou os vínculos sociais de deputados federais, senadores e ministros atuantes entre 1994 e 2003 e constatou o crescimento contínuo desses políticos com o engajamento em associações/sindicatos. O autor examinou as relações entre esse crescimento com as trajetórias sociais e as posições no espaço político. Em relação aos deputados federais, enquanto em 1979, 85,6% deles não possuíam vínculos com associações ou sindicatos, esse índice caiu para 44,9% em 2003. Os principais tipos são as associações/sindicato de empresários, trabalhadores urbanos e rurais, funcionários públicos, professores e profissionais com formação superior.

Os deputados federais, senadores e ministros que não possuíam nenhuma vinculação com essas instituições entre 1994 e 2002 representavam 45% do total. Em relação ao perfil desses políticos, a trajetória política está menos próxima do universo escolar e está mais associada, em termos profissionais, à propriedade ou à gestão de empresas. Os políticos sem vínculos associativos se destacam, também, por terem menor tempo de filiação partidária, apresentando uma frequência elevada de trocas de partido.

Outra conclusão de Coradini (2007) é a de que o reforço do capital político associativo está ligado à expansão do PT, uma das instituições partidárias que concentra a maior quantidade de políticos com recursos associativos. Os resultados presentes nessa pesquisa permitem concluir, segundo o autor, que houve um aumento da utilização do capital associativo como recurso eleitoral nas eleições nacionais.

Ainda sobre o engajamento associativo no recrutamento de políticos, Coradini (2011) analisou as diferentes modalidades de relação com sindicatos e associações dos deputados federais que assumiram no período de 1999 a 2007. Além disso, confrontou essas relações com outros tipos de recursos, como a escolaridade, o patrimônio, à filiação partidária e às trocas de partido político.

Entre os resultados, os filiados ao PT e ao PCdoB apresentaram vinculação, majoritariamente, com associações/sindicatos de professores, de trabalhadores urbanos, rurais e funcionários públicos. A ocupação predominante é a de professor e a de trabalhadores da produção de bens e do comércio e prestação de serviços. Em geral, são deputados com apenas uma filiação, com predomínio para os formados em

cursos das ciências humanas ou sem curso universitário e com patrimônio na faixa de 50 a 500 dólares.

Em contrapartida, os filiados a DEM, PP, PMDB, PL e PSDB, estão mais ligados ao engajamento em associações/sindicatos de empresários e, em menor grau, aos clubes esportivos e assemelhados e as organizações de prefeitos, vereadores ou políticos em geral. Esses possuem de três a cinco filiações partidárias, tem patrimônio na faixa de mais de um milhão de dólares, as principais ocupações profissionais são a administração de empresas privadas e a formação superior mais comum é a de direito.

Nessa mesma filiação teórica, Bordignon (2013) examinou as relações entre recursos de posição social – ocupação de origem e escolaridade –, cargos em disputa e as chances de sucesso eleitoral nas eleições gerais de 1998 e 2010, com o objetivo de entender quais as condicionantes sociais que estruturam as possibilidades de participação na disputa eleitoral e a relação disso com a estruturação do espaço político. A análise abrangeu um total de 36.603 candidatos de nível estadual e federal.

O pesquisador ressalta que as categorias ocupacionais com maior representação no espaço de concorrência eleitoral são as ligadas a posições sociais elevadas, como as profissões de médico, engenheiro, advogado e professor universitário. Assinala, ainda, que a ocupação prévia em atividades da burocracia pública ou o exercício de função de representação política tem peso nas chances de ingresso na disputa.

Ainda em relação à ocupação, o autor registra mudanças no recrutamento de candidatos de 1998 para o de 2010. Enquanto há um aumento de empresários, ocupantes de cargos públicos eletivos ou por comissão e professores de ensino médio e fundamental, há uma diminuição da participação de comerciantes, médicos, engenheiros, advogados e professores universitários.

Quanto à escolaridade dos candidatos, mais de 80% possuem, pelo menos, o ensino médio completo, o que indica o significado social da titulação escolar para as chances de ingresso na corrida eleitoral. Entre os concorrentes, existe sobrerrepresentação das classes mais altas e sub-representação das classes mais baixas. Para o autor, isso evidencia a possibilidade de reconversão de formas de legitimidade social em legitimidade frente ao espaço de concorrência eleitoral.

Conforme Bordignon (2013), ao observar o recrutamento político por partidos, as categorias ocupacionais mais elevadas estão associadas ao PFL/DEM, PMDB,

PPB/PP e ao PSDB. Por sua vez, o PT e demais partidos de esquerda estão relacionados a categorias localizadas em posições mais baixas da estrutura social. Os primeiros estão mais diretamente associados com empresários, médicos, engenheiros e advogados. Já nos partidos de esquerda, há predomínio de funcionários, técnicos e trabalhadores em geral, professores de ensino fundamental e médio e estudantes. Na eleição de 2010, há, ainda, aumento do número de candidatos que eram ocupantes de cargos públicos eletivos ou em comissão.

Foram detectadas diferenças no recrutamento, também, em relação aos cargos disputados. O autor assinala que, para os cargos de governador e vice, senador e deputado federal, as ocupações dos candidatos indicam posições sociais mais altas e nível superior completo de escolaridade. Por outro lado, os candidatos a deputado estadual tendem a ter níveis menores de escolaridade e ocupações que indicam posições sociais mais baixas.

Quando o olhar se volta para os eleitos, os resultados da pesquisa apontam que ter o ensino superior completo influencia nas chances de eleição. No que se refere à ocupação e ao sucesso eleitoral, há uma mudança de 1998 para 2010. Os médicos e engenheiros veem suas chances eleitorais serem reduzidas, o título de advogado passa a não ter mais efeito na possibilidade de eleição, enquanto agricultores, pecuaristas e ocupantes de cargos públicos têm as chances aumentadas. De acordo com o autor, ter ocupado posições de mediação entre estado e sociedade eleva as chances de candidatura e, também, as possibilidades de vitória no pleito.

2.2 Estudos sobre o legislativo municipal

A partir da apresentação desse quadro geral, é possível perceber que o campo de pesquisas sobre formação das elites políticas no Brasil tem se desenvolvido ao longo dos últimos anos. Entretanto, a maior parte do que é produzido tem como objeto de pesquisa candidatos e eleitos a deputados federal e estadual. São poucos os esforços empreendidos para investigar a política local, com ênfase na esfera legislativa, o que não permite saber com profundidade se o modo como o fenômeno se apresenta em outras esferas se reproduz na escala municipal (ROEDER; BOLOGNESI; CRUZ, 2017; GUEDON, 2017; SILVA, SILVA, 2015; SILVA, 2014; ALTMANN, 2010; LEAL, 2008, 2010; BRAGA, VEIGA, 2009; BRAGA; PRAÇA, 2007;

MARQUES, 2007; KERBAUY, 2005, CORADINI, 1998). A seguir, serão apresentadas diferentes pesquisas sobre o legislativo municipal, que se aproximam mais da análise empreendida por essa dissertação.

Ao investigar o processo de seleção de candidatos de sete partidos (PP, PFL, PL, PMDB, PSDB, PSB e PT) à Câmara Municipal de São Paulo em 2004, Braga e Praça (2007) apresentam os critérios levados em conta pelas agremiações nessa escolha. Os requisitos, identificados por meio de entrevistas com lideranças partidárias e com os postulantes às candidaturas, variam de acordo com o espectro ideológico. As autoras afirmam que PP, PFL, PL, PMDB e PSDB baseiam seus critérios em características socioeconômicas como recursos financeiros, apoio familiar, capacidade de comunicação, nível de escolaridade e potencial eleitoral. Já as instituições mais à esquerda, PT e PSB, destacam a relação do postulante com o partido e o seu ativismo, dando preferência a candidatos com mais tempo de filiação e de militância.

Resultados semelhantes foram encontrados na pesquisa de Braga e Veiga (2009). Eles investigaram por quem e como foram selecionadas as listas partidárias de PT, PMDB, PSDB, DEM, PDT, PSB e PP, nas eleições de 2008 para a Câmara dos Vereadores em São Paulo, Curitiba e Salvador. Em entrevistas com dirigentes partidários, encontraram os seguintes critérios utilizados para escolher quais dos filiados postulantes irão compor as listas das agremiações políticas: o potencial de voto dos aspirantes; o compromisso que ele apresenta com o partido, a ideologia ou o grupo que representa; ser um filiado ativo no partido; ser comunicativo; ter apoio da família e muita disposição para a campanha.

Os partidos apresentam entre si diferenças de exigências na seleção de candidaturas. Em São Paulo, por exemplo, PMDB, PSDB, PDT, PP e DEM, dão mais valor às características socioeconômicas e próprias das carreiras políticas. Já o PT e o PSB, buscam candidatos que tenham um grau de organicidade e de ativismo maior. Em Curitiba, os partidos foram unânimes em valorizar candidatos que demonstram potencial eleitoral. Há, também, tendência a prestigiar os membros já filiados aos partidos. O PMDB e o DEM destacaram a característica de ser comunicativo. Ter afinidade ideológica, compromisso com uma causa, foram critérios ressaltados pelo PSB, PT, PDT, PMDB, DEM, PP e PSDB. Em Salvador, o aspecto mais citado foi, também, o potencial eleitoral. Além disso, já ter um tempo de militância foi um critério

mencionado pelo PT, ter compromisso e fidelidade partidária, pelo PP e proximidade com lideranças, pelo PSDB.

Roeder, Bolognesi e Cruz (2017) investigaram a seleção de candidatos a vereador em Curitiba nas eleições de 2016. Os autores realizaram um survey com 781 candidatos de 34 partidos políticos com o objetivo de analisar como a estrutura partidária determina o processo de seleção.

As agremiações políticas foram classificadas de acordo com sua força organizacional quanto a sua infraestrutura (presença de diretório ou comissão provisória, número de filiados na cidade, complexidade organizacional e quantidade de membros na estrutura local) e a sua idade em três categorias: fraca, média ou forte. Os candidatos foram apresentados, majoritariamente, por partidos de média força organizacional (44,1%), seguidos por partidos de fraca infraestrutura (41,2%) e, em menor grau, pelos partidos fortes (14,7%).

Quanto aos métodos de seleção, os resultados apontam que os partidos, independentemente da estrutura organizacional, selecionam os candidatos por meio de líderes ou por meio de entidades ligadas ao partido, seguido pela seleção por meio dos filiados e, por último, pelos delegados. A maioria das indicações dentro das agremiações partidárias é feita por líderes, o que aponta para uma vida intrapartidária não ativa antes das eleições. Os candidatos tendem a ser indicados, sendo pouco utilizada a votação como forma de seleção. Os autores concluem que os níveis de democracia dos partidos analisados tendem a ser baixos em comparação ao nível nacional. Além disso, afirmam que as instituições utilizam diferentes métodos para a escolha dos candidatos.

Ao levar em consideração os requisitos informais da seleção, os resultados do survey evidenciam que todos os partidos – sejam fortes, médios ou fracos – privilegiam características personalistas como critérios importantes para obtenção de sucesso eleitoral. A resposta “ter uma boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida pública” foi a mais escolhida entre os candidatos dos três grupos de partido. Contabilizando a reputação pessoal, com possuir recursos financeiros próprios e domínio da oratória, essas características somam de 45% a 50% das respostas nos partidos fortes, médios e fracos. Em resumo, conforme enfatizam os pesquisadores, os partidos políticos de Curitiba listam os candidatos de forma pouco democrática e, ao fazerem a seleção, privilegiam características pessoais e locais em detrimento da ideologia e da vinculação partidária.

Marques (2007) pesquisou o processo de seleção de candidatos a vereador do PT e do PSDB nas eleições de 2000 e 2004 na cidade de São Carlos, interior do estado de São Paulo. Ao comparar as duas agremiações partidárias, o autor demonstra diferenças na composição social dos candidatos selecionados.

Com relação à ocupação, os selecionados pelo PSDB são, em sua maioria, profissionais liberais e empresários. Entre os profissionais liberais, estão em quantidade mais expressiva os advogados, engenheiros e médicos. No PT, a maioria dos candidatos é oriunda de categorias ocupacionais populares e da classe de professores.

A escolaridade dos candidatos, de maneira geral, aumentou na eleição de 2004, com ambos os partidos apresentando crescimento no número de graduados no ensino superior. Mesmo assim, o PSDB apresenta candidatos com maior nível de escolaridade do que o PT. Em 2004, 54% dos postulantes a vereador do PSDB possuíam ensino superior, enquanto no PT a representação desse grupo ficou em 40%. Já a faixa etária dos candidatos é comum a ambos os partidos: a maior parte possui de 41 a 50 anos.

Em relação ao gênero, nas eleições de 2004, devido à legislação eleitoral, houve um aumento significativo de candidatas nas duas instituições. No entanto, enquanto as candidatas do PT fazem parte, ativamente, da organização partidária e conseguem êxito eleitoral, o PSDB reserva os espaços de influência do partido para os homens e as mulheres possuem um desempenho eleitoral irrisório.

O número de candidatos estreados em eleições é expressivo, mas a vitória eleitoral é reservada, majoritariamente, aos que já se candidataram. Segundo autor, há preferência para políticos que já possuem visibilidade e maior legitimidade junto ao eleitorado. Tanto o PSDB quanto o PT dão preferência a candidatos que tenham experiência em eleições anteriores e que tenham obtido votação expressiva.

De acordo com o autor, a filiação partidária é mais valorizada no PT, enquanto não parece ser um critério relevante para a seleção de candidatos no PSDB. A maioria dos candidatos desse partido era recém-chegada. Por fim, tanto no PT quanto no PSDB, há uma busca por candidatos que apresentem cacife eleitoral. Para a seleção, leva-se em conta o desempenho nas últimas eleições e a possibilidade de angariar votos em determinado bairro ou grupo comunitário.

Já Altmann (2010) analisou o processo de seleção de candidatos a vereador do PP, PDT, PMDB e PT nas eleições de 2008 no município de Pelotas. A autora

utilizou, além da base de dados do TRE-RS e da justiça eleitoral, entrevistas semiestruturadas com dirigentes partidários e com candidatos.

A pesquisadora observa que, em todos os partidos, há uma tendência de as convenções partidárias servirem apenas como legitimadoras de candidaturas que já haviam sido definidas por lideranças partidárias ou por correntes internas de partidos. As votações nesses espaços serviram para legitimar decisões previamente acordadas. Diferentemente dos outros partidos, as listas partidárias no PT foram realizadas por grupos internos, enquanto nos demais, sua elaboração estava concentrada na figura dos dirigentes.

Assim como nas esferas estadual e federal, houve reduzida participação de mulheres e de jovens. Porém, a autora aponta que há maior diversidade de atividades profissionais entre os candidatos, contemplando a de assalariados urbanos, autônomos e donas de casa. Altmann (2010) salienta, ainda, que possuir capital escolar elevado não foi requisito significativo para ter acesso às listas. Em relação à trajetória política e aos vínculos partidários, a maioria dos candidatos nunca foi filiada a outra legenda e tinha um histórico breve no partido. Dessa forma, a consolidação de vínculos partidários e a experiência político-eleitoral não foram os maiores trunfos nesse processo.

A partir das entrevistas, a autora detectou recursos sociais importantes entre os aspirantes à vereança, como a participação em associações, ser uma liderança comunitária, ter inserção na mídia ou em grupos religiosos, pertencer a alguma categoria profissional forte. Esses recursos se tornaram atrativos no processo de escolha dos candidatos. Além disso, também registrou aqueles que tinham recursos relacionados à política, como já ter sido vereador, o que os tornava mais conhecidos por parte do eleitorado. O trabalho da autora conclui que houve a utilização de uma diversidade de métodos de seleção para a escolha dos candidatos, e que muitos foram os recursos que os tornaram atrativos aos partidos.

Leal (2008, 2010) pesquisou o perfil social e político dos vereadores do Rio Grande do Sul na legislatura 2005-2008, indicando diferenças e semelhanças entre partidos e entre municípios. Os cinco partidos analisados foram PT, PDT, PMDB, PTB e PP. A pesquisadora constatou que o porte da cidade tem maior poder de interferência sobre o perfil da classe política do que o partido em si.

Os municípios pequenos tendem mais à direita, enquanto os maiores tendem à esquerda. Quanto ao perfil social, a escolarização e a idade, todos esses requisitos

aumentam em cidades grandes. Ademais, entre as ocupações, há mais agricultores vereadores nos municípios pequenos. Quanto maior o município, mais chances de se encontrar profissionais da política, seja pelo número de mandatos, seja por não ter atividade paralela.

Entre os seus achados, a influência partidária também está presente, detectando-se relação entre desempenho eleitoral e fidelidade partidária. A ocupação é a diferença mais notável entre os partidos. Servidores públicos e agricultores são as ocupações dominantes em todos eles, mas aparecem com mais frequência no PT, enquanto nos demais cedem espaço para vereadores oriundos do comércio e de profissões liberais. Outra constatação importante é a de que a participação em organizações sociais foi considerada a principal forma de construção de capital político dos vereadores em todos os partidos e municípios.

Silva e Silva (2015) se dedicaram a investigar o papel da ideologia partidária na composição social dos candidatos a vereador nas eleições municipais de Curitiba em 2012. Os autores destacam que há um predomínio de candidatos trabalhadores urbanos (35,7%), seguidos pelos empresários (20,7%) e profissionais liberais (17,5%). Quando se observa as ocupações por blocos ideológicos, na esquerda, há maior concentração de trabalhadores urbanos, profissionais liberais e do magistério. O centro é composto por mais empresários/comerciantes e, também, por trabalhadores urbanos e profissionais liberais. Já na direita e nos partidos indefinidos, há um número expressivo de trabalhadores urbanos, seguidos de empresários.

Quando se observa o patrimônio, mais de 70% dos candidatos estão nas duas faixas mais baixas, não havendo grandes diferenças entre os blocos ideológicos. As informações sobre escolaridade apontam que os candidatos a vereador possuem, em sua maioria, ensino superior completo (41,7%) e ensino médio completo (27%), sendo que há maior permanência escolar entre os candidatos a vereador dos partidos de esquerda.

Em resumo, os dados revelam que a eleição municipal – em comparação com resultados de pesquisas sobre o legislativo federal – é mais popular, tanto em relação à ocupação dos candidatos, quanto à formação educacional. Sobre a educação, a ideologia esteve relacionada com o nível de escolaridade. Enquanto os candidatos com formação superior estavam mais concentrados em partidos de esquerda, nas agremiações de direita há mais espaço para candidatos com baixa escolaridade.

A relação entre variáveis de perfil de candidatos sobre o sucesso eleitoral dos vereadores do Rio de Janeiro foi estudada por Guedon (2017). Ele investigou o perfil dos candidatos a vereador nas eleições de 2012 e 2016 nesse município, analisando se há privilégio de determinados perfis ocupacionais, se existem diferenças de recrutamento entre os partidos e se os recursos de campanha e o patrimônio dos candidatos influenciam no sucesso eleitoral. As variáveis analisadas são: ocupação, situação de eleição, patrimônio, gasto de campanha, partido, sexo e ideologia.

Na corrida por uma vaga no legislativo carioca, a maior parte dos candidatos são trabalhadores urbanos, presentes em todos os partidos. Os comerciários e empresários têm maior presença nos partidos de direita, mas também aparecem entre os candidatos de esquerda. Os profissionais liberais estão bem representados em todos os espectros ideológicos e os funcionários públicos estão, sobretudo, nos partidos de direita. Em comparação à população da cidade, os candidatos a vereador possuem alto nível de escolaridade, maior nos partidos de centro. As agremiações de esquerda e de direita possuem quantidades semelhantes de postulantes a vereador com ensino superior completo.

Apesar da abertura da competição eleitoral para a diversidade de perfis, entre os candidatos que obtiveram êxito eleitoral há uma predominância daqueles que possuem ensino superior completo. Segundo o autor, os eleitos são recrutados, sobretudo, das categorias de políticos profissionais e do funcionalismo público. Por outro lado, os trabalhadores, os eclesiásticos e os aposentados são os grupos que apresentaram o menor sucesso nas eleições.

O patrimônio declarado pelos candidatos não influencia, conforme Guedon (2017), nas chances de sucesso eleitoral. Entretanto, o mesmo não pode ser dito do investimento nas campanhas eleitorais. As categorias dos políticos profissionais e dos funcionários públicos foram as que, de maneira geral, tiveram os maiores recursos financeiros – próprios e partidários –, unindo posição privilegiada na estrutura social com recursos organizacionais e financeiros.

Ademais, os gastos de campanha por gênero apontam para diferenças entre o financiamento de candidaturas de homens e mulheres. Segundo o autor, as candidaturas masculinas tendem a atrair mais recursos financeiros, que influenciam decisivamente no resultado das eleições. Apesar de haver o registro de aumento significativo de candidatas, isso não se reverteu em aumento de vereadoras. Em 2012

e 2016, a porcentagem de sucesso eleitoral das candidatas no pleito para vereador no Rio de Janeiro ficou em 1,6% e 1,5%, respectivamente.

Com o intuito de investigar quem compõe a elite política local de Maringá – município paranaense – Valenciano (2011) verificou quais os atributos relevantes para o recrutamento dos vereadores desse município. A análise levou em consideração a origem familiar, o perfil socioprofissional e de classe, a escolaridade, a trajetória política e os vínculos institucionais dos vereadores de quatro legislaturas, de 1997 a 2012.

Entre os vereadores que estiveram na Câmara Municipal de Maringá nas quatro legislaturas, 54,5% têm ensino superior. O autor afirma que, se contabilizados os que ainda cursam uma graduação ou os que não concluíram, o percentual chega a 66,7%. Ao levar em conta os legisladores locais que possuem, pelo menos, o ensino médio completo – o percentual é de 89,6%. A maioria dos vereadores é recrutada da categoria profissionais liberais – médicos, advogados e professores – e funcionalismo público. Há um predomínio de formados em direito (21,1%). Além disso, 25% dos vereadores fazem dessa função a sua principal atividade profissional.

Em relação ao vínculo institucional, 63,2% dos vereadores de Maringá participam de alguma instituição. Ademais, desse percentual, 24,5% possuem vínculos com mais de uma categoria institucional. A participação em clubes de serviços e entidades assistenciais (27,5%), em associações classistas/sindicais (19,7%), no campo religioso (17,7%) e em clubes de futebol (11,7%) são as mais frequentes. Valenciano (2011) salienta que os vereadores são integrantes da elite institucional da cidade, assumindo, na maior parte das vezes, cargos de direção nas entidades que participam.

Entre os resultados apresentados sobre a trajetória política dos 57 vereadores pesquisados, 14% se elegeram na primeira disputa que participaram 33,3% já haviam disputado duas eleições e 22,9%; três. Em termos de filiação partidária e mudança de partido, 52,6% dos vereadores nunca trocaram de partido e 22,9% mudaram apenas uma vez. Entre os eleitos, a fidelidade partidária é um fator de destaque.

Quanto à permanência no legislativo municipal, o tempo médio de ocupação do cargo é de oito a 12 anos. Em média, os vereadores ingressam na carreira na faixa etária de 41 anos e encerram sua participação aos 60 anos. Em relação à totalidade dos vereadores, 13 já haviam exercido mandato anterior na Câmara antes do período estudado e 14 deles já tinham ocupado cargos no executivo municipal.

Na linha da antropologia política, Coradini (1998) apresenta, em estudo sobre o processo eleitoral do município gaúcho de descendência italiana Nova Palma, a origem social dos candidatos a prefeito e a vereador nas eleições. Nele, o autor aponta os diferentes recursos e lógicas sociais que são reconvertidos como trunfo eleitoral.

A partir da apresentação da origem social dos 21 candidatos a vereador e dos quatro candidatos a prefeito e vice-prefeito, a pesquisa demonstra que a quase totalidade dos postulantes já possuía uma inserção política anterior à disputa. Os poucos candidatos que participavam da eleição pela primeira vez, apesar de nunca terem disputado um cargo eletivo, tinham envolvimento anterior com a atuação política e em outras esferas sociais que puderam ser reconvertíveis em recursos eleitorais. Há, ainda, as bases eleitorais, que possuem um significado de liderança sobre determinado segmento populacional com o qual o candidato tem vínculo prévio. Os princípios que definem e circunscrevem essas bases eleitorais dos postulantes ao legislativo municipal remetem às mais diferentes lógicas e campos sociais.

Para além das relações com cargos e candidaturas – ou seja, dos recursos reconhecidamente político-eleitorais – o pesquisador ressalta que é preciso considerar um conjunto de relações e recursos sociais que podem se reverter em capital político e em recursos, propriamente, eleitorais. O trabalho político eficaz, segundo o autor, é aquele que consegue transformar os recursos sociais, as relações estabelecidas por meio das bases eleitorais, em acumulação de capital político. Os diferentes recursos sociais mapeados por Coradini (1998) são: as relações de parentesco, de liderança cooperativa em sindicatos, de ação ético-religiosa ou filantrópica, de identidade étnica, de vizinhança e afinidades pessoais e de estilo de vida, além das relações estabelecidas por meio da ocupação de cargos públicos. Essas relações que explicam a entrada na política e se revertem em recurso eleitoral não são, com exceção da última, definidas como políticas.

Pelo exposto acima, é possível perceber que as pesquisas sobre o legislativo municipal, em sua maioria, são estudos de caso. Isso acontece devido à dificuldade de abranger todas as cidades brasileiras e trabalhar com uma base tão grande de dados. Um dos estudos que faz esse esforço e traz informações sobre a composição da totalidade das Câmaras de Vereadores do país é de Kerbauy (2005). A autora apresenta a composição social e político-partidária dos legislativos municipais do Brasil entre os anos de 1996 e 2004.

Repetindo a realidade do Congresso e das Assembleias legislativas, a composição do parlamento local é predominantemente masculina. No período de tempo analisado por Kerbauy (2005), a quantidade de vereadoras oscilou em torno dos 10%. Ao levar em consideração as diferenças regionais, constatou maior número de vereadoras nas regiões norte, nordeste e centro-oeste.

Outro achado interessante trazido pela autora é a relação entre a escolaridade e a região de origem dos vereadores. No Norte, Nordeste e Centro-oeste, a maioria possui, no máximo, o segundo grau (ensino médio) completo ou o primeiro grau (ensino fundamental) incompleto. Já no Sul e no Sudeste, a quantidade de vereadores que tem ensino fundamental completo é maior que a dos que tem o ensino médio, além de ser nessas duas regiões que existe a maior taxa de vereadores com ensino superior incompleto e completo. Apesar das diferenças pontuadas, em todas as eleições, a maioria dos eleitos tinha ao menos o segundo grau completo.

Segundo Kerbauy (2005), os vereadores brasileiros estão concentrados na faixa etária de 30 a 50 anos. Quanto à ocupação, o trabalho aponta que quase todos são trabalhadores rurais, servidores públicos, empresários da indústria, do comércio e de serviços, trabalhadores de atividades não-manuais de rotina, profissionais de escritório, profissionais liberais e empresários do setor primário (KERBAUY, 2005, p. 343). Se comparado aos estudos já apresentados sobre os legislativos estadual e federal, as Câmaras Municipais possuem uma presença significativa de atividades com menor prestígio social, como a de trabalhadores rurais, e um nível de escolaridade mais baixo, ainda que se mantenha em percentuais semelhantes a predominância masculina.

A pesquisa de Silva (2014) apresenta dados relacionados a todos os candidatos e eleitos ao cargo de vereador no Brasil nas eleições municipais de 2000, 2004, 2008 e 2012. A sua intenção é analisar se os aspirantes a vereador e a efetiva composição social das câmaras municipais reflete a realidade social da população brasileira.

O autor demonstra que os candidatos a vereador se diferem do eleitorado: em média, são mais escolarizados, possuem ocupações de maior prestígio social e são homens. A diferença se acentua em relação aos eleitos. Quanto à escolaridade, o nível educacional dos vereadores se distancia do nível da população ao longo do tempo, sendo que, na última eleição, atinge-se a maior diferença média entre a escolaridade dos eleitos e do eleitorado. De maneira geral, em relação à população, há sub-representação de indivíduos com menos que o primeiro grau completo (ensino

fundamental) e sobrerrepresentação dos demais níveis educacionais nos legislativos locais.

O trabalho destaca, ainda, as diferenças existentes em decorrência do porte dos municípios. Quanto maior a população da cidade, maior a disparidade entre eleitorado e representantes no que se refere a ao menos a ter iniciado o ensino superior. Nos municípios com mais de 500 mil habitantes, há entre os eleitos uma sub-representação daqueles que têm até o segundo grau completo. As ocupações dos vereadores se diferem, também, quando se atenta para o tamanho da localidade. Em municípios com menos de dez mil habitantes, tanto os candidatos quanto os eleitos são oriundos, majoritariamente, de ocupações elementares. Já nos que possuem mais de 500 mil moradores, a maior parte dos recrutados são profissionais com formação universitária ou com ocupações de alto escalão do setor público ou do privado.

2.3 Síntese

Nesse capítulo, foram apresentados diferentes estudos sobre formação de elites políticas no Brasil, com enfoque para os legislativos federal, estaduais e municipais. De forma breve, foi dado ênfase aos recortes analíticos realizados pelas pesquisas e aos principais resultados encontrados pelos autores.

A partir do esboço, é possível notar que os estudos que se propõem a investigar os candidatos, têm-se dedicado, principalmente, a entender como se dá a seleção no interior dos partidos políticos, bem como a identificar quais os requisitos formais e informais que estão envolvidos nesse processo. As variáveis comumente analisadas para construir o perfil social desses candidatos são o gênero, a idade, a escolaridade, a ocupação e, em menor grau, os gastos de campanha e o patrimônio declarado.

Foram apresentadas, também, as pesquisas que se dedicam a entender quem são os eleitos. De maneira geral, os estudos identificaram modos de recrutamento da elite parlamentar e as diferenças entre os partidos, as trajetórias dos políticos, seus vínculos partidários e associativos, experiências políticas, perfil social e recursos sociais convertidos em capital político.

Em relação ao legislativo municipal, no processo de seleção de candidatos, requisitos como recursos financeiros, capacidade de comunicação, potencial eleitoral, filiação partidária e ativismo são alguns dos mais destacados em diferentes estudos

de caso. A filiação partidária e o ativismo aparecem mais associados aos partidos de esquerda. A capacidade de angariar votos e o potencial eleitoral parece ser uma preocupação que norteia a decisão de todos os partidos no processo de montagem das listas partidárias.

Entre os candidatos a vereador, as pesquisas demonstram a presença de trabalhadores assalariados urbanos e rurais, autônomos, comerciários/empresários, profissionais liberais, funcionários públicos, professores. Em resumo, tem-se indicado que as disputas eleitorais para o cargo de vereador contam com maior participação de candidatos que possuem menos recursos (de diversas ordens) do que aqueles apresentados pelos equivalentes nas disputas para deputado. De modo geral, há uma diversidade maior de níveis de escolaridade e de ocupação, ainda que não haja, na maior parte dos casos apresentados, diferenças expressivas relacionadas à idade e à participação de mulheres. Isso reflete na composição dos parlamentos: os legislativos estaduais e federal tendem a ser mais elitistas que o legislativo local, com maior nível de escolaridade e com profissões de maior prestígio social.

Estudos apontam, ainda, que a escolaridade e a ocupação se tornam de mais prestígio a medida que a análise se desloca para os municípios com maior número de habitantes. Embora a experiência e a carreira política dos candidatos a vereador seja, majoritariamente, pequena, os resultados encontrados na literatura permitem afirmar que esses aspirantes, de modo geral, possuem vinculações associativas que se revertem em capital político.

Esses achados servirão como norteadores da análise empírica que será realizada nos próximos capítulos, com o objetivo de compreender quais são os atributos sociais e políticos dos candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande. Ainda que sejam importantes para o embasamento teórico, os estudos apresentam diferenças de método, de contexto e de objetivos em relação à dissertação. Por isso, o diálogo com a literatura pode ser dificultado em alguns momentos.

3 O município de Rio Grande e o contexto das eleições de 2016

Primeiramente, esse capítulo trará uma breve contextualização da política no município gaúcho de Rio Grande, enfatizando as eleições de 2016. Após a apresentação de informações referentes à disputa para o executivo e o legislativo, inicia-se mais, especificamente, a análise empírica a que a pesquisa se propõe.

Assim, a investigação passa a se concentrar em identificar os atributos sociais e políticos dos candidatos a vereador. Isso será feito por meio dos indicadores sociais de gênero, raça, idade, escolaridade e ocupação, e das variáveis políticas tempo de filiação e participação em eleições anteriores.

3.1 O cenário

Rio Grande é um município gaúcho, localizado no extremo sul do estado. É a cidade mais antiga do Rio Grande do Sul, fundada em 1737. Em 2016, a população estimada, de acordo com o IBGE, era de 208.641 habitantes. Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul para 2015, a cidade possui um PIB de R\$ 7.274.579,59 (mil), o décimo maior do estado, perfazendo um PIB per capita de R\$ 34.997,50. Suas principais atividades econômicas são o setor de serviços e a indústria (FEE, 2015).

O município teve um total de 154.595 eleitores na eleição de 2016 (BRASIL. TSE, 2018). Por conta desse quantitativo, a cidade não possui segundo turno na escolha para o executivo, pois a legislação define que essa etapa das eleições ocorra apenas em locais com mais de 200 mil habitantes. A disputa para prefeito, portanto, é decidida em turno único com maioria simples, ganhando o candidato mais votado, sem que seja exigida a obtenção de nenhum percentual de votos predefinido.

Durante a ditadura civil-militar, a cidade foi considerada área de segurança nacional, devido a sua posição geográfica e ao Porto de Rio Grande, um dos mais importantes do país. Por esse motivo, a população ficou mais de 20 anos sem escolher seu administrador, governada por interventores nomeados pelos militares. A primeira eleição direta para prefeito, aconteceu em 1985 (CARVALHO, 2013).

Nas eleições de 2016 em Rio Grande, houve o lançamento de sete candidaturas para a prefeitura, sendo que a do PSOL foi impugnada⁶. Participaram da disputa eleitoral, portanto, seis concorrentes. O PT buscava a reeleição – em coligação com PPS-PV-PCdoB-PTdoB – com o então prefeito Alexandre Lindenmeyer, que já havia sido vereador e deputado estadual. O PMDB lançou a candidatura do vereador Thiago Gonçalves, em coligação com PDT-PSDB-PROS. O ex-vereador e ex-deputado federal Cláudio Diaz se candidatou pelo Partido Progressista, em coligação com SD-PRB-REDE-PSC-PTN-PR-PMN-PEN. Também participaram do pleito, três candidatos que não possuíam nenhuma experiência em eleições, são eles: Álvaro Ávila, do PSB, em coligação com o PHS, Helder Salvá, do PTB, em coligação com PSD, e Marcelo, do PSDC.

Tabela 1 – Resultado das eleições de 2016 para o executivo em Rio Grande

Candidato	Partido/Coligação	Votação	%
Alexandre Lindenmeyer (PT)	PT-PPS-PV-PCdoB-PTdoB	58.114	52,19
Thiago Gonçalves (PMDB)	PMDB-PDT-PSDB-PROS	24.051	21,60
Cláudio Diaz (PP)	SD-PRB-Rede-PSC-PTN-PR-PMN-PEN	18.125	16,28
Helder Salvá (PTB)	PTB-PSD	6.880	6,18
Álvaro Ávila (PSB)	PSB-PHS	3.912	3,51
Marcelo Santos	PSDC	274	0,25
Total		111.356	100,01

Fonte: TSE

O Partido dos Trabalhadores garantiu a vitória nas urnas com 58.114 votos, mais que o dobro do segundo colocado, do PMDB, que fez 24.051. Em terceiro lugar, ficou o candidato do PP, Cláudio Diaz, com 18.125 votos, em quarto; Helder Salvá, com 6.880, Álvaro Ávila em quinto, com 3.912 e, em último, Marcelo Santos, com 274 votos.

⁶ O registro de candidatura da chapa do PSOL ao executivo foi indeferido pela justiça eleitoral. Segundo a decisão, obtida por meio de pesquisa ao processo no TRE, a impugnação da chapa aconteceu porque o candidato a vice-prefeito, Flávio Ravara, não cumpria a exigência de possuir domicílio eleitoral na cidade por, pelo menos, um ano.

Quadro 1 – Prefeitos eleitos em Rio Grande (1985-2016)

Prefeito Eleito	Partido	Ano
Rubens Emil Côrrea	PDS	1985
Paulo Vidal	PT	1988
Alberto Leite	PSDB	1992
Wilson Mattos Branco	PMDB	1996
Fábio Branco	PMDB	2000
Janir Branco	PMDB	2004
Fábio Branco	PMDB	2008
Alexandre Lindenmeyer	PT	2012
Alexandre Lindenmeyer	PT	2016

Fonte: TRE-RS

PT e PMDB – atual MDB – desde a democratização, tradicionalmente, lançam candidaturas na disputa ao executivo local. A corrida eleitoral de 2016 foi marcada pela polarização entre os dois partidos, o que vem ocorrendo desde as eleições de 2000. No pleito, os dois candidatos somaram 73,8% dos votos válidos.

A cidade foi governada de 1996 até 2012 pelo PMDB, mais especificamente, pela família Branco: Wilson Mattos Branco (1997-2000), Fábio Branco (2001-2004), Janir Branco (2005-2008) e, novamente, Fábio Branco (2009-2012). Wilson morreu no exercício do cargo e abriu caminho para o início da trajetória política do seu sobrinho Fábio e do seu filho Janir. Em 2012, Alexandre Lindenmeyer, do PT, derrotou Fábio Branco na sua tentativa de terceiro mandato e, em 2016, se reelegeu.

Em relação à eleição proporcional, o pleito de 2016 apresentou a maior quantidade de candidatos na disputa, pelo menos desde 1996⁷. Enquanto Rio Grande teve 409 concorrentes – excluídas as renúncias e os indeferimentos – Pelotas, a cidade vizinha com 343.651 habitantes⁸, teve 320 candidaturas.

Ao todo, foram 23 partidos que participaram da corrida eleitoral, são eles: PCdoB, PDT, PEN (atual Patriota), PHS, PMDB (atual MDB), PMN, PP, PPS, PR, PRB, PROS, PSB, PSC, PSD, PSDB, PSDC, PSOL, PT, PTdoB (atual Avante), PTB, PV, Rede e SD⁹. Para o legislativo, houve as seguintes coligações: PSB-PHS, SD-PP-PSC, Rede-PR-PMN, PSD-PTB e PV-PTdoB. As demais instituições partidárias concorreram sozinhas.

⁷ Nas eleições de 1996, houve 219 candidatos. Em 2000, foram 273 postulantes a vereador. Em 2004; 185, em 2008; 159 e em 2012; 337. Informações retiradas do site do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, subtraindo renúncias e indeferimentos.

⁸ População estimada pelo IBGE em 2016.

⁹ De acordo com os dados do TSE, o número de partidos presentes na disputa ao legislativo municipal aumentou consideravelmente em relação às duas eleições que precederam a de 2016. Em 2012, foram 18 partidos que concorreram ao pleito e, em 2008, foram 15.

Tabela 2 – Quantidade de candidatos a vereador aprovados pela Justiça Eleitoral por partido ou coligação nas eleições de 2016, em Rio Grande

Partido/Coligação	N
PCdoB	26
PDT	22
PEN	31
PSB-PHS	28
PMDB	29
REDE-PR-PMN	30
SD-PP-PSC	31
PPS	32
PRB	30
PROS	27
PSD-PTB	23
PSDB	27
PSDC	13
PSOL	4
PT	31
PV-PTdoB	25
Total	409

Fonte: TSE

Conforme a Lei 13.165/2015, os partidos podem registrar candidatos no total de até 150% do número de cadeiras no legislativo municipal. A disputa de 2016 era por 21 vagas¹⁰ na Câmara de Vereador, portanto, cada partido ou coligação poderia lançar uma lista partidária com 32 candidatos. Apesar da quantidade expressiva de candidatos, a maioria dos partidos não apresentou o número máximo permitido (levando em consideração a nominata final, após indeferimentos e renúncias).

Apesar do grande contingente de concorrentes na eleição para vereador em 2016, o que se pode notar, a partir da tabela acima, é que apenas o PPS apresentou o número máximo de candidatos permitido. Por outro lado, o PSOL foi a agremiação que registrou a menor quantidade de candidaturas – apenas 4 das 32 possíveis. Caso todos os partidos/coligações tivessem atingido o limite estipulado pela lei, a eleição de 2016 teria contado com 512 postulantes. Ou seja, os partidos e coligações concorrentes lançaram 79,9% do número máximo possível de candidaturas.

Entre os candidatos, para se eleger a vereador, não basta apenas garantir a maior quantidade de votos. De acordo com as regras do sistema eleitoral brasileiro, os votos do eleitor para cargos proporcionais determinarão quantas cadeiras cada partido ou coligação ocupará. Definido isso, os candidatos mais votados ocupam o número de cadeiras a que os partidos têm direito.

¹⁰ A composição da Câmara de Vereadores em Rio Grande nem sempre foi essa. O número de vereadores foi reduzido em 2004 e em 2008 para 13 e retornou a 21 nas eleições de 2012.

O quociente eleitoral é calculado pelo total de votos válidos dividido pelo número de vagas a preencher e é o que determina se o partido terá representação na casa, pois ele atua também como cláusula de exclusão. Já o quociente partidário é calculado pela divisão entre o total de votos válidos que o partido/coligação recebeu e o quociente eleitoral. Esse último cálculo apresenta o número de vagas conquistadas pelo partido/coligação, a ser ocupado pelos seus candidatos mais bem votados.

Em 2016, o quociente eleitoral em Rio Grande foi de 5.261 votos. Houve 110.496 votos válidos. Alguns candidatos, apesar de fazerem votação expressiva, não foram eleitos porque as agremiações não alcançaram o quociente eleitoral. É o caso, por exemplo, dos candidatos Ângelo Ribeiro (PCdoB), que obteve 1.320 votos, e José Bonilha Mendes (PR), com 1.105 votos. Essas votações foram mais expressivas que a de eleitos como Andrea Westphal (PEN), com 815 votos, e Rafael Ceroni (PPS), com 813. Esses dois vereadores não ficaram nem no grupo dos 30 mais bem votados.

Na eleição para Câmara de Vereadores em 2016, dos 23 partidos concorrentes, oito alcançaram representação. Em relação às coligações, a PSB/PHS obteve duas cadeiras, enquanto as coligações PSD/PTB e SD/PP/PSC conquistaram apenas uma. Entre os 21 eleitos, os partidos representados no legislativo local, com o respectivo número de vagas foram: PT, com seis vereadores, PMDB, com cinco; PEN, com dois; PSB com dois; e SD, PSD e PSDB, com um. A tabela abaixo apresenta os candidatos eleitos com suas respectivas votações.

Quadro 2 – Vereadores eleitos em 2016, em Rio Grande

Candidato	Partido	Votação
Benito Metalúrgico	PT	3.248
Repolhinho	PSDB	2.780
Giovani Moralles	PEN	2,589
Rogério Gomes	PPS	2.439
Filipe Branco	PMDB	2.016
André Lemes	PT	1.910
Charles Saraiva	PMDB	1.836
Júlio Cezar	PMDB	1.685
João da Barra	PRB	1.635
Spotorno	PT	1.451
Vavá	PMDB	1.357
Laurinha	PMDB	1.271
André Batatinha	PSD	1.203
Professora Denise	PT	1.162
Claudio Costa	PT	1.075
Claudio de Lima	PSB	967
Jair Rizzo	PSB	961
Rovam Castro	PT	960
Flávio Vigilante	SD	921
Tia Déia	PEN	815
Rafa Ceroni	PPS	813

Fonte: TSE

A seguir, será construído o perfil social e político dos candidatos, a partir dos dados quantitativos já mencionados anteriormente.

3.2 O perfil dos aspirantes a vereador

3.2.1 A participação feminina

A primeira das variáveis a ser analisada para se construir o perfil dos candidatos é o gênero. De 409 candidatos, havia 274 homens e 135 mulheres, o que corresponde, em porcentagem, a 67% de candidaturas masculinas e 33% de candidaturas femininas. Ao se considerar o universo total de candidatos na disputa a uma vaga na Câmara de Vereadores de Rio Grande em 2016, os dados apontam para a ainda reduzida participação feminina.

Ainda aquém de alcançar a paridade dos sexos na disputa eleitoral, o percentual atingido em 2016 é consequência direta da lei eleitoral. O Brasil vem, ao longo das últimas décadas, elaborando legislações com o intuito de garantir maior representação feminina na vida política nacional. A primeira lei de cotas eleitorais –

Lei 9.100/1995 – estabelecia que cada partido ou coligação deveria reservar 20% das vagas de candidaturas para as mulheres, especificamente, nas eleições municipais. Ao mesmo tempo, os partidos poderiam aumentar de 100% para 120% a proporção de candidatos em relação ao número de vagas na Câmara dos Vereadores.

Após dois anos, a Lei 9.504/1997 aumentou o percentual mínimo de vagas de candidatos por sexo, passando de 20% para 30% e fixou que a reserva de vagas valeria para os cargos proporcionais de todos os níveis da federação. Além disso, possibilitou que os partidos pudessem apresentar uma lista partidária maior, determinando que a quantidade de candidatos correspondia a até 150% do número de vagas a serem preenchidas.

Essas duas legislações, entretanto, falavam em reserva de vagas, mas não obrigavam os partidos a preencherem essa porcentagem. Em 2009, uma nova lei, a 12.034, trouxe uma mudança na redação da regra, o que garantiu a obrigatoriedade do cumprimento das cotas pelos partidos. Em substituição à previsão de reserva de vaga, ficou determinado, no art. 10, parágrafo terceiro, que “cada partido ou coligação **preencherá** o mínimo de trinta por cento e o máximo de 70 por cento para candidaturas de cada sexo” (BRASIL. Lei 12.034/2009, grifou-se).

Desde a primeira lei de cotas, é possível notar que houve um aumento gradativo da participação feminina na corrida eleitoral do município. A porcentagem de 2016 foi a maior do período, o que demonstra um aumento, ainda que lento, da participação feminina nas disputas. No entanto, apesar de a legislação de 1997 já falar em mínimo de 30% e máximo de 70% para cada sexo na composição das listas partidárias, as mulheres passaram a ocupar 30% dessas vagas apenas quando a regra se tornou obrigatória. Ademais, nas eleições de 2016, o número de candidatas que participaram da disputa foi apenas três pontos percentuais maior que o mínimo exigido por lei, ainda que seja a maior participação feminina até então.

Quadro 3 – Percentagem de candidaturas femininas nas eleições de Rio Grande (1996-2006)

Eleição	%
1996	19,18
2000	19,41
2004	25,94
2008	25,79
2012	30,86
2016	33,00

Fonte: TRE-RS

Por muito tempo, a sociedade considerou a política como um espaço totalmente masculino. Enquanto o homem sempre esteve historicamente ligado a atividades econômicas e políticas, dedicando-se a suas trajetórias profissionais, ocupando espaços públicos, a mulher se dedicava a atividades da vida privada, responsável pelo cuidado da casa e dos filhos. De acordo com Araújo (1998), na organização da vida social moderna, a construção do conceito de cidadania em relação às mulheres foi restritiva. No Brasil, apenas na década de 1930 as mulheres conquistaram seus direitos políticos, em relação ao voto e à representação¹¹. Conforme a autora, porém, esses direitos não foram suficientes para reverter a desigualdade de gênero em relação à participação política e ao acesso aos espaços de decisão.

Para Peixoto, Goulart e da Silva (2016), a exclusão da cidadania feminina fez com que a mulher fosse vista como um sujeito passivo, desprovido dos requisitos para interferir na esfera pública. A histórica negação dos seus direitos como cidadã é, segundo os autores, responsável pela dificuldade de acesso das mulheres aos postos da vida pública.

Norris e Lovenduski (1997) argumentam que a divisão desigual do trabalho na família e a segregação no mercado de trabalho fazem com que as mulheres tenham menos tempo, dinheiro e menos ambição política, influenciando na oferta de aspirantes desse gênero nas disputas políticas.

Miguel (2010) salienta que a ausência feminina na esfera pública contribui para a perpetuação da política como território masculino. Ao defender que os interesses a serem representados nos espaços de poder são construções sociais, o autor argumenta que a ausência de mulheres na política influencia o modo como elas enxergam a sua posição no mundo social e, por consequência, os seus próprios interesses, o que pode reforçar ainda mais o seu afastamento. Ainda segundo Miguel, existem diversos obstáculos para efetiva participação feminina na política:

¹¹ No código eleitoral de 1932, em seu artigo segundo, ficou estabelecido que era eleitor o cidadão com mais de 21 anos, de ambos os sexos. O artigo 121 afirmava que o exercício do voto era facultativo às mulheres. Barbosa e Machado (2011) lembram, entretanto, que ainda com esse código o direito de votar era restrito, pois as mulheres casadas precisavam da permissão do marido, e as viúvas e solteiras só poderiam votar se possuíssem renda própria. Na constituição de 1934 – artigo 109 – o voto se tornou obrigatório apenas para as mulheres que exerciam função remunerada e a idade do eleitor foi modificada para 18 anos. O voto das mulheres se tornou obrigatório em 1946.

A participação política das mulheres é limitada por fatores materiais e simbólicos, que prejudicam sua capacidade de postular candidaturas, reduzem a competitividade daquelas que se candidatam e atrapalham o avanço na carreira política daquelas que se elegem. Principais responsáveis pela gestão das unidades domésticas e pelos cuidados com as crianças, as mulheres dispõem de menos tempo livre, que é o recurso crucial para a ação política. Também tendem a receber salários menores e a controlar uma parcela inferior de recursos econômicos. Ao mesmo tempo, o universo da política é construído socialmente como algo masculino, o que inibe o surgimento da ambição política, ou seja, da vontade de disputar cargos, entre elas (MIGUEL, 2010, p. 25-26).

Bolognesi (2012, p. 124) argumenta que a posição social de exclusão, a responsabilidade em relação às tarefas domésticas, a falta de prestígio no trabalho e o domínio masculino na política “relega às mulheres uma percepção de autoexclusão, onde elas não se sentem devidamente aptas a exercer cargos políticos”. Durante as entrevistas realizadas para a dissertação, muitas falas de candidatas corroboram com o entendimento da política como um universo predominantemente masculino. A vereadora reeleita em 2016, Andréia Westphal – Tia Déia (PEN), argumenta que a figura feminina ainda não é valorizada dentro do ambiente político.

Nós ainda não damos credibilidade para as mulheres na política. Em outros segmentos também, mas estamos falando da política. Vejo que sempre que o homem diz parece ter mais força do que o que a mulher diz. Às vezes a gente fala alguma coisa e parece que ninguém escutou, aí vem um homem e diz exatamente o que tu disse - concordo com o vereador. Acho que o homem tem mais credibilidade na política (WESTPHAL, Andréa, informação verbal).

Para a vereadora professora Denise Marques, reeleita em 2016 pelo PT, mesmo em partidos considerados de esquerda existe machismo e falta de incentivo para a formação de lideranças mulheres.

[...] As mulheres não se sentem à vontade para colocar o nome à disposição, muitas delas. Por que? Porque mais do que concorrer, tem que ter apoio dentro do partido e também tem a questão financeira que implica muito. [...] Eu ainda acho que mesmo o meu partido, que avançou muito, nós temos poucas mulheres se colocando à disposição para concorrer. [...] Fora a questão financeira, existe uma resistência da sociedade e o partido, por mais de esquerda que seja, tem muitas cabeças machistas. Esse universo do machismo é muito presente ainda, a gente foi votar muito tarde. Então, a gente tem que desconstruir tudo, todos os dias, todo dia tu tens que provar que sabe fazer, que tu podes estar onde quiseres [...], que tu podes concorrer pra isso ou pra aquilo (MARQUES, Denise, informação verbal).

A candidata Mariza Mirapalheta, do PP, atenta para a falta espaço para construção efetiva de mulheres na política.

As mulheres não querem saber de participar, porque elas só têm que ter a obrigação de repente chegar lá no período eleitoral e colocar lá o seu nome pra tu fazer a cota de 30%, então assim, quem é que tem vontade de participar? Outra coisa que eu te digo, os líderes, os cabeças dos partidos, eles têm que aprender que eles têm que dividir sempre qualquer situação de decisão, qualquer coisa, com todos que estão, principalmente, os mais chegados. Não vir sempre com aquela mania de trazer tudo pronto, largar na reunião e foi assim que foi decidido e pronto [...]. Infelizmente, tudo que é partido é assim. Olha que eu já passei por três, infelizmente, é assim.

[...] Acho que tem muitas mulheres que não querem se envolver nisso. Infelizmente, acho que ainda é uma visão muito machista, sei lá. As mulheres acham: não é pra mim. Pelo amor de Deus, tanta mulher inteligente, tanta mulher que poderia desenvolver um baita trabalho, mas aí tem uma série de coisas, eu fico pensando justamente na questão dos partidos políticos. Não te dá espaço, de tu poder te expor, ser respeitada e serem ouvidas as coisas que tu diz, sempre vem pronta as coisas pra ti, aí tu te sente nada. Aí porque eu vou participar, porque eu vou me desgastar? Não tem porque! (MIRAPALHETA, Mariza, informação verbal).

O objetivo central da política de cota de sexo nas eleições não é garantir apenas a participação das mulheres na disputa, mas contribuir para o crescimento da representação feminina nos espaços de poder. Porém, ao fazer um comparativo entre os candidatos eleitos e não eleitos, a porcentagem de mulheres cai drasticamente. Em um total de 21 vereadores eleitos em 2016¹², apenas três eram mulheres. Ou seja, apesar de se garantir 33% de candidatas, a presença feminina no legislativo municipal é de 14,28%.

Quadro 4 – Percentagem de vereadores eleitos por sexo, nas eleições de Rio Grande (1996-2006)

Eleição	Masculino	Feminino
1996	85,71	14,28
2000	95,24	4,76
2004	92,3	7,7
2008	92,3	7,7
2012	85,71	14,28
2016	85,71	14,28

Fonte: TRE-RS

Como se pode notar por meio do quadro, o aumento gradual na porcentagem de candidatas desde as eleições de 1996 não se converteu, automaticamente, em aumento de mulheres no legislativo. Com uma queda expressiva da presença de

¹² Vale lembrar que, ao longo do tempo, houve uma variação no número de vereadores na Câmara de Rio Grande. Nas eleições de 2004 e 2008, foram eleitos apenas 13. Nas duas ocasiões, apenas uma mulher conseguiu se eleger.

mulheres vereadoras nas eleições de 2000, o patamar alcançado em 1996 volta em 2012 e permanece o mesmo em 2016.

Esse não é um caso isolado. Diversas pesquisas têm apontado que a inclusão de mais candidatas nas listas partidárias não tem significado, necessariamente, aumento proporcional de mulheres eleitas nos legislativos federal, estadual e municipal (ARAÚJO, 2009; BOHN, 2009; BOLOGNESI, 2012; PINTO; MORITZ; SCHULZ, 2013; SILVA, 2014; PEIXOTO; GOULART; DA SILVA, 2016, 2017; ANDRADE; MACHADO, 2017).

A candidata Renata Negalho, do PTB, ressalta que a presença na lista partidária não resulta, necessariamente, na abertura de espaço político efetivo para as mulheres.

As mulheres estão na política? Estão. Hoje a composição da lista de um partido tem que ter, no mínimo, 30% de mulheres. Só que a gente sabe que esses 30% não são verdade, é uma nomenclatura, é só porque tem que ter 30% de mulheres. Então, assim, a gente vai lá na vila e pergunta: - Fulana, queres? Vem -. Mas não vão preparar aquela pessoa, não vão escutar os projetos que ela tem, não vão escutar as ideias. Não. É só pra preencher os 30%. E isso eu acho muito ruim, porque as mulheres podem contribuir muito e elas têm muitas ideias (informação verbal).

Miguel e Queiroz (2006) observam que muitas candidaturas femininas são lançadas sem chances de competitividade eleitoral, apenas para transparecer algum esforço partidário no cumprimento da lei. A necessidade de preencher as cotas gera a criação de candidatas laranjas, nomes colocados apenas para completar o quadro de candidatos (SABINO; LIMA, 2015).

A Lei de Cotas para o preenchimento de cadeiras pouco alterou a composição do legislativo por gênero, de modo que é difícil atribuir qualquer aumento marginal como seu efeito. A lei é totalmente contornável ao se apresentarem candidaturas femininas que, na prática, não são competitivas. Ou seja, regras institucionais que supostamente incentivariam os partidos a lançar mais candidaturas fazem com que eles somente as registrem; aparentemente, não há incentivos ou razões estratégicas fortes para os partidos investirem nas mulheres candidatas do mesmo modo como investem nos homens (MERLO, 2016, p. 33).

Ao analisar a participação feminina em eleição anterior à política de cotas – federais e estaduais de 1994 – e em três posteriores – federal e estaduais de 1998, 2002 e 2006 – Bolognesi (2012) afirma que a cota de gênero pouco alterou a

composição social das candidaturas e das elites políticas¹³. Segundo o autor, a candidatura de mulheres não é prioridade para os partidos. A inclusão de mulheres nas listas partidárias não significa sucesso eleitoral, é necessário que haja investimento dos partidos políticos nessas candidaturas para que se amplie a representação feminina no parlamento (BOLOGNESI, 2012, p. 125).

Outro ponto a ser considerado é o aumento do número de candidatos nas listas partidárias. Como já explicitado anteriormente, ao mesmo tempo em que houve a criação das cotas, a legislação abriu a possibilidade para que os partidos ou coligações pudessem apresentar mais nomes na disputa. Na prática, a medida permite que haja a manutenção da proporção de candidaturas masculinas, com apenas uma acomodação para incluir mais mulheres. É o que alerta Thiago Costa:

Numa localidade cujo parlamento possuísse 100 assentos, por exemplo, um partido qualquer podia anteriormente lançar 100 candidaturas. Se as cotas fossem aplicadas sem aumentar o número de candidaturas, o partido teria que lançar no máximo 70 homens e no mínimo 30 mulheres na disputa eleitoral. Com a ampliação do número de candidaturas possíveis para 150% dos assentos nos parlamentos, na mesma localidade um partido passou a poder lançar 150 candidatos. Destes, 105 podem ser homens (70%) e 45 mulheres (30%). Ou seja, o partido pode lançar 5 homens a mais que anteriormente, sem ter que obrigatoriamente lançar a candidatura de nenhuma mulher. A inclusão dessas alterações na legislação eleitoral minimizou os efeitos das cotas e permitiu a acomodação dos candidatos que possivelmente teriam que ser deslocados das listas partidárias para que os percentuais mínimos de mulheres fossem preenchidos (COSTA, 2008, p. 66).

Em Rio Grande, é possível observar que muitas candidatas que participaram da disputa não possuíam força eleitoral. Das sete candidaturas que não fizeram nenhum voto, todas eram femininas. Entre as que somaram menos de 30 votos, estão 50 mulheres e 17 homens. Porém, ao se olhar para o topo da lista, apenas 84 candidaturas alcançaram mais de 300 votos, dessas havia 72 homens e apenas 12 mulheres. Quando se consideram os candidatos com mais de 800 votos, a diferença também é visível: 30 homens e apenas 4 mulheres atingiram essa margem. Entre os candidatos que compõem as listas partidárias, há uma minoria que possui viabilidade eleitoral e ela está composta, majoritariamente, por homens.

¹³ É preciso salientar, porém, que as eleições analisadas pelo autor aconteceram antes da lei de 2009, que estabeleceu a obrigatoriedade do cumprimento da cota de gênero pelos partidos políticos.

Tabela 3 – Votação por sexo do candidato a vereador nas eleições de 2016, em Rio Grande

Votos	Masculino	Feminino	% em relação ao total	
			Masculino	Feminino
Zero	0	7	0	5,2
< de 30	17	50	6,2	37
> de 300	72	12	26,3	7,8
> de 800	30	4	11,0	2,6

Fonte: TSE

Pode-se notar, portanto, que 42,2% das mulheres que participaram da disputa eleitoral de 2016 fizeram menos de 30 votos. Ou seja, quase metade das mulheres candidatas não possui nenhuma expressividade eleitoral. Isso corrobora a ideia de que muitos nomes femininos são incluídos nas listas partidárias apenas para cumprimento da legislação de cotas, sem efetividade concreta. E essa situação é reconhecida por quem participou da disputa de 2016, como é o caso de André Leitzke, candidato pelo PTdoB.

Até pessoas que nem queriam se candidatar, só se candidataram para preencher essa quantidade de vagas. Muitas pessoas do partido. [...] Muitas das mulheres, os maridos, alguém do partido pedia para colocar o nome para ter a quantidade mínima de mulheres, mas depois era só pra ter junto ao partido. Algumas se candidataram só pra se candidatar (LEITZKE, André, informação verbal).

Mestre Cristiano Rocha, candidato pelo PRB, também descreve situação parecida.

Tu não quer participar, daqui a pouco eu estou precisando de ti lá, eu converso contigo pra estar ali dentro e daqui a pouco tu vai, mas tu vai estar ali só por estar. Têm mulheres do nosso partido que fizeram quinze votos, vinte e poucos votos, entendeu? Talvez nem a família tenha votado nela. Eu conheço uma que fez dois ou três (ROCHA, Cristiano, informação verbal).

Desse modo, pode-se perceber que a participação das mulheres nas eleições de 2016 para o legislativo municipal em Rio Grande foi a maior desde o pleito de 1996, fruto direto da política de cotas de gênero. Ao se comparar o número de candidatas com o número de eleitas, porém, constata-se que esse aumento não resultou em maior representação feminina na Câmara de Vereadores. Mais de 40% das candidaturas femininas que concorreram ao pleito em 2016 tiveram um desempenho eleitoral pífio. Além disso, os trechos de entrevistas apresentados demonstram a prática dos partidos políticos de apresentar candidatas apenas para cumprimento da legislação, sem se preocupar com a efetividade da política pública.

Como visto a partir da análise da literatura, o caso de Rio Grande corrobora o resultado de diferentes trabalhos sobre a participação feminina na política, que demonstram a ainda reduzida presença das mulheres em cargos públicos eletivos, resultantes de décadas de exclusão dos espaços de poder. No Brasil, tanto os aspirantes aos cargos públicos quanto à elite política são compostos, majoritariamente, por homens.

3.2.2 A participação de negros e pardos

Entre os 409 candidatos a vereador, 82 se declararam pretos ou pardos, o que representa 20% do total. Em um primeiro momento, o dado pode transparecer uma reduzida participação de pretos e pardos (denominados aqui como não brancos) nas eleições em análise. Entretanto, é necessário que se leve em consideração as características da população local.

O Rio Grande de Sul é um estado que, reconhecidamente, tem uma das menores populações de não brancos do país. O Censo 2010 realizado pelo IBGE aponta que 16,13% da população gaúcha é composta por pretos e pardos, enquanto isso, a população brasileira é composta por 50,74% de pretos e pardos e alguns estados, como Bahia e Rio de Janeiro, a maioria é de não brancos – 76,3% e 51,7%, respectivamente.

Quando se olha para o município de Rio Grande, o percentual de não brancos é de 19,39% da população total. Levando em consideração apenas os habitantes com mais de 18 anos, que seriam aqueles aptos a se candidatarem ao cargo de vereador, a proporção de pretos e pardos na cidade é de 18% (IBGE, 2010). Portanto, a taxa de 20% de candidatos com essa característica reflete, praticamente, a mesma proporção encontrada na população riograndina.

Ao atentar para o resultado das eleições, vê-se que pretos e pardos ocupam quatro dos 21 assentos na Câmara Municipal de Rio Grande. Ou seja, 19% dos vereadores em exercício são pretos e pardos. Não há, como se pode ver, uma diferença significativa entre a proporção de candidatos e de eleitos, diferentemente do que acontece no caso das mulheres. A raça dos candidatos passou a ser informada pelo TSE apenas em 2014. Por esse motivo, não há como fazer um paralelo entre o número de candidatos não brancos da eleição de 2016 e o de eleições municipais

anteriores para saber se essa representação foi um ponto fora da curva ou se a tendência se repetiu em outros anos.

Apesar desse resultado do estudo de caso em análise, é essencial salientar que a política nacional é, majoritariamente, comandada por homens brancos e que os negros, assim como as mulheres, foram historicamente alijados dos espaços de decisão. Pesquisas anteriores a 2014 sobre a representação política desse grupo utilizaram métodos para superar a falta de dados oficiais, tais como a heteroclassificação das fotos dos candidatos e a busca de informações junto aos partidos ou aos políticos.

Campos e Machado (2015) investigaram a representação política dos não brancos nas eleições para vereador de 2012 em São Paulo e no Rio de Janeiro, com o intuito de elucidar o que os afasta da política. Embora tenham encontrado algum grau de defasagem entre a quantidade de candidatos pretos e pardos com a encontrada na população, os autores argumentam que as barreiras para não ascensão desse grupo estão concentradas na diferença entre o número de candidatos e o número de eleitos. Enquanto 37,8% dos candidatos a vereador da cidade do Rio de Janeiro eram não brancos, apenas 9,8% dos eleitos integravam esse grupo. Já em São Paulo, havia 31,6% de candidatos nessa categoria e somente 16,4% eleitos.

Ao se analisar os cargos de deputado estadual e federal, a baixa representação política de não brancos é a regra. Ollie Johnson III (2000) afirma que entre 1995 e 1999, dos 513 membros da Câmara de Deputados, os negros eram em número de 15 (2,92%). Entre 1983 e 1987, o percentual de negros na Câmara foi de 0,84% e, entre 1987 e 1991, atingiu 2,05%. Em 1991, os pretos e pardos representavam 47% da população. O autor salienta que para alcançar essa mesma proporção na Câmara dos Deputados, deveria haver 236 deputados negros.

Em balanço realizado pela União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) em 2011, há o registro de 30 deputados estaduais e 25 deputados federais negros eleitos. Em 2010, o número era de 43 deputados federais e 39 deputados estaduais eleitos, o que corresponde a 8,4% e 3,7% respectivamente (UNEGRO, 2011).

Em estudo com dados mais recentes, Campos e Machado (2014), em posse do levantamento da cor/raça dos candidatos realizado pelo TSE, puderam avaliar a proporção de não brancos já nas listas partidárias nas eleições de 2014 para deputado federal. Assim como no estudo das eleições para vereador no Rio de Janeiro e em São Paulo, os pesquisadores argumentam que a sub-representação de não brancos

não se explica pela escassa oferta de candidatos nas listas partidárias, já que a defasagem entre a proporção nas listas e na população não é tão expressiva quanto a encontrada entre a proporção de candidatos e de eleitos não brancos.

Apesar de não integrar os objetivos do presente trabalho, é interessante apresentar alguns dos achados que tentam explicitar as causas da sub-representação de pretos e pardos. Em sua investigação sobre os candidatos a vereador no Rio de Janeiro e em São Paulo, Campos e Machado (2015), afirmam que os candidatos não brancos possuem menos instrução e patrimônio que os brancos, recursos simbólicos eleitoralmente valorizados. A porcentagem de não brancos sem patrimônio ou com patrimônio médio e com nível de instrução menor é parecida com a de brancos. No entanto, nos estratos mais altos de instrução e patrimônio, os não brancos estão sub-representados. Nas faixas onde se concentram as candidaturas com maiores chances eleitorais, há uma redução significativa de candidatos pretos e pardos. Os autores reforçam que as democracias representativas atuais, em boa medida, são uma imagem invertida da estrutura social.

Por conta desse elemento aristocrático das democracias representativas, as chances de sucesso eleitoral estão condicionadas à capacidade de acesso de um dado grupo social a uma elite de candidatos competitivos. Não basta apenas que uma parte considerável das candidaturas seja de não brancos ou que as desigualdades prejudiciais a eles sejam pequenas para a maioria dos candidatos. Os eleitos permanecem sendo aqueles que estão no topo tanto em termos da distribuição de recursos de campanha como nos últimos estratos de votação. Noutros termos, não basta apenas ter maior acesso médio a recursos e votos para se eleger, é preciso ter acesso ao seletivo grupo com mais recursos do que todos os demais (CAMPOS; MACHADO, 2015, p. 144).

Campos e Machado (2014), ao analisarem as eleições para deputado federal e estadual em 2014, apontam para a tendência de os partidos menores apresentarem uma quantidade mais expressiva de candidatos não brancos. A baixa participação de pretos e pardos em partidos grandes ou de porte médio diminui as chances de sucesso eleitoral desses grupos. Para os autores, parece haver um viés racial na distribuição de oportunidades eleitorais pelos partidos (CAMPOS; MACHADO, 2014, p. 72).

Qual seria, então, a explicação para a não sub-representação de pretos e pardos nas eleições de 2016 em Rio Grande? Uma questão importante a ser considerada é que o cargo de vereador é o mais baixo na carreira política (MIGUEL, 2003). Pesquisando sobre a participação das mulheres na disputa pelos legislativos

municipais, Simone Bohn argumenta que as eleições locais são as mais permeáveis a grupos, tradicionalmente, excluídos da política.

Nos mais diferentes contextos nacionais, as eleições locais representam uma importante chave de acesso da mulher à representação política. Uma vez que ocorrem numa das menores unidades políticas existentes na maioria dos países essas eleições tendem a ser comparativamente menos custosas, sobretudo em termos financeiros. Do ponto de vista dos candidatos, o menor tamanho dos distritos facilita a tarefa de divulgação de seu nome e plataforma – o que também tende a diminuir os custos de informação para o eleitor (JACOBSON, 1980). Por essas razões, o legislativo municipal representa o primeiro passo na escada de ambição política da maior parte dos indivíduos interessados em perseguir uma carreira política e uma grande oportunidade para grupos sociais tradicionalmente sub-representados na arena política (BOHN, 2009, p. 65-66).

Estudos sobre candidatos a vereador revelam que há maior penetração de concorrentes advindos das classes mais baixas, com níveis de escolaridades mais diversificados e com ocupações menos valorizadas socialmente do que nas disputas estaduais e federais (MARQUES, 2007; ALTMANN, 2010, SILVA; SILVA, 2015). Cabe ressaltar que a pesquisa citada acima, que apresenta sub-representação de vereadores não brancos nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, não possui parâmetros de comparação com o presente estudo de caso. As duas capitais são os maiores colégios eleitorais do país, o que acirra a competitividade da eleição e, em consequência, influencia o perfil dos aspirantes ao cargo.

Ainda que não seja a intenção discutir o tema em profundidade, é importante ressaltar que quando se olha para a raça levando em consideração também o gênero, as mulheres negras possuem ainda mais dificuldades de se inserir na vida pública. Nas eleições de 2016 em Rio Grande, apesar de haver semelhança entre a porcentagem de negros no município com a porcentagem deles representados em candidaturas e entre os eleitos, quando se leva em consideração o recorte de gênero, a situação se modifica.

Em relação à população do município, entre os não brancos, 50,85% são mulheres e 49,15% são homens (IBGE, 2010). Porém, quando a análise se concentra na participação de negros e pardos na eleição, dos 82 candidatos desse grupo, apenas 25 são mulheres (30,5%) e 57 são homens (69,5%). A desigualdade é acirrada quando o foco se torna o grupo de candidatos eleitos: a representação de negros e pardos no legislativo local é, estritamente, masculina. Nenhuma mulher não branca obteve sucesso eleitoral.

Essa realidade se confirma nos legislativos estaduais. Ao analisar a representação desse grupo nas Assembleias Estaduais na legislatura 2011-2014, Lima (2015) afirma que as negras são as atrizes mais sub-representadas em todas as regiões do país. Em relação ao total de deputados estaduais, há 13,03% de mulheres e 89,96% de homens. Das 138 deputadas estaduais eleitas, 115 são brancas, 20 são negras e três são indígenas. Levando em consideração a participação em todas as assembleias, o índice de representatividade das mulheres negras é de 7,44%. Dos 27 estados da federação, 14 não possuem nenhuma deputada negra. A autora, em sua investigação, ressalta que essa sub-representatividade não se dá pela falta de negras na população dos estados. Um exemplo citado é o da Bahia. Enquanto a população é composta de 38,58% de negras, elas representam apenas 3,17% do legislativo estadual.

Ribeiro (2008) afirma que, na maioria dos países da América Latina, as mulheres conquistaram mais espaço de representação política. Entretanto, esse aumento progressivo da participação feminina não incluiu as mulheres negras. A ausência nos espaços de poder é derivada, entre outros fatores, da marginalização social desse grupo.

De acordo com Lima (2015), essas mulheres sofrem dois tipos de opressão: a do racismo e a do sexismo. Historicamente, estiveram ligadas a papéis sociais subalternos, sendo negado a elas até mesmo os estereótipos da figura feminina.

A figura do homem branco como medida de todas as coisas, estruturou um ordenamento vertical que situou a mulher branca na fachada da vida social, a esposa, a mulher sensível e incapaz que necessitava da figura masculina para mantê-la segura e controlada. Nesse desenho, o casamento torna-se um mecanismo de manutenção desta função social. A mulher negra foi situada nos fundos da vida social, a escrava, descaracterizada em sua humanidade. A não feminina e quando inserida na vida privada restrita à cozinha e ao quarto, objeto sexual e responsável pelos serviços domésticos. Pela herança simbólica da escravidão lhe foi atribuída uma força natural, a mulher negra não é frágil, não precisa de segurança, mas precisa ser controlada, e no caso, seu controle se dá através da violência sexual, psíquica, simbólica e econômica. Caracterizou-se a mulher negra como figura detentora de um saber essencial e determinante, o saber doméstico, que incluía especialmente os saberes da cama e da culinária, ou seja, construiu-se no imaginário coletivo uma visão sobre a mulher negra relacionada à servidão e a lugares sociais de subalternização (LIMA, 2015, p. 23).

As mulheres negras estão abaixo dos homens brancos, das mulheres brancas e dos homens negros em quase todos os fatores socioeconômicos. Segundo Lima (2015), elas são as maiores beneficiárias das políticas governamentais de

transferência de renda, são a maioria no emprego doméstico e possuem uma renda mais baixa entre os grupos de sexo e de raça.

Para além das desvantagens socioeconômicas, elas também são atingidas pela violência simbólica. Artigo produzido pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em parceria com o Programa Interagencial para a Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Sistema Nações Unidas no Brasil, em 2010, destaca a associação das mulheres negras a imagens negativas quanto ao intelecto, à aparência física ou ao comportamento. Esses estereótipos afetam as oportunidades políticas, tornando-as pouco atraentes para os partidos políticos, já que o êxito eleitoral depende também da identificação positiva do eleitorado com a candidata.

Ribeiro (2008) afirma que essas mulheres podem sofrer maiores dificuldades no momento de seleção de candidaturas. Isso porque, segundo a autora, existe uma cultura política dominante que confere maior legitimidade para ocupar os cargos públicos a homens, brancos e ricos. Ademais, pela desvantagem de possuir menos recursos financeiros e apoio partidário, o financiamento das campanhas se torna outro fator de desigualdade de acesso para as mulheres negras na política (RIBEIRO, 2008, p. 129).

Em relação à participação de negros e pardos na disputa legislativa de 2016 em Rio Grande, pode-se concluir que tanto o número de candidatos quanto o de eleitos reflete o percentual de não brancos na população da cidade. O resultado difere do cenário encontrado na política nacional, em Assembleias Legislativas e, também, em Câmaras de Vereadores como a paulista ou a carioca, onde a regra é a sub-representação dos não brancos na política.

Por outro lado, quando se faz a intersecção entre gênero e raça, descobre-se que mulheres negras foram sub-representadas na disputa eleitoral analisada e estão ausentes na Câmara de Rio Grande. Quando se olha para a população de mulheres negras no Brasil, elas estão localizadas nas camadas mais pobres da população e são o grupo com menor representação na política, em relação a homens e mulheres brancos e a homens negros.

3.1.3 Faixa etária

Entre os que se lançaram à disputa por uma cadeira no legislativo municipal, há uma participação pequena de jovens. Esse trabalho segue a mesma classificação

da categoria usada por Altmann (2010), que define os jovens como os candidatos de 18 a 30 anos. Aqui, eles representam 10,3% do universo total (42 candidatos). Já os grupos de candidatos entre 41 e 50 anos e entre 51 e 60 anos representam somados 56,24% dos concorrentes, cada um com 28,12% (115 candidatos).



Gráfico 1 – Faixa etária dos candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande, em percentuais

Fonte: TSE

Ao se fazer um paralelo entre a faixa etária dos candidatos e a proporção delas na população de Rio Grande observa-se que a juventude possui uma presença bem reduzida na disputa eleitoral do município, ao mesmo tempo que todas as demais faixas estão sobrerrepresentadas.

Enquanto, de acordo com o Censo de 2010, a população do município é de 21,86% de pessoas de 18 a 30 anos, apenas 10,3% dos candidatos tinham esse perfil. Em contrapartida, as listas partidárias estão representadas, majoritariamente, por pessoas entre 41 a 60 anos (56,24%) e a população total tem 25,4% de habitantes nessa idade. Interessante ressaltar, ainda, que a participação de idosos com mais de 61 anos é superior a de jovens.

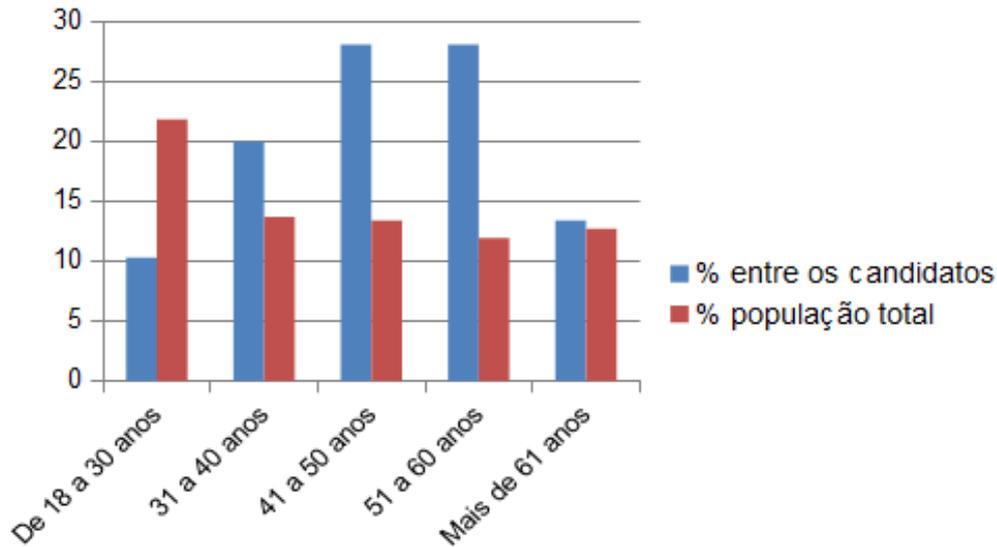


Gráfico 2 – Faixa etária dos candidatos a vereador de Rio Grande em 2016 em relação à faixa etária da população do município.

Fonte: IBGE/TSE

A reduzida participação de jovens nas disputas ao legislativo municipal também é demonstrada por Altmann (2010) quando aponta que 10,8% dos candidatos a vereador de Pelotas em 2008 estavam nessa faixa etária. Noll e Leal (2008), encontram um percentual ainda mais baixo em outras cidades: 6,6% em Fortaleza, 7,5% em Porto Alegre e 9,1% em São Paulo. Entre as eleições de 1996 a 2004, Kerbauy (2005) aponta que a maior parte dos vereadores brasileiros eleitos tinha entre 30 e 50 anos.

A concentração de candidatos de meia idade em Rio Grande não difere dos resultados trazidos por pesquisas anteriores, não só para o cargo de vereador, mas para os de deputado estadual e federal (KERBAUY, 2005; MARQUES, 2007; BOLOGNESI, 2009, 2013; BRAGA, VEIGA, MIRÍADE, 2009; CARNEIRO, 2009; DAMIN; REBELLO, 2009; PERISSINOTO; MIRÍADE, 2009; ALTMANN, 2010; FERREIRA, 2012; PRATTI, 2013).

Bolognesi (2009) afirma que a média de idade do indivíduo tornar-se candidato é, em diferentes países, de 35 a 40 anos. Por sua vez, Ferreira (2012) ressalta que a concentração de idade dos candidatos em torno de 45 anos é a tônica das disputas aos cargos legislativos brasileiros.

Diferentes pesquisadores afirmam que essa faixa etária entre os candidatos aos cargos eletivos públicos está atrelada ao acúmulo de experiência política prévia (CARNEIRO, 2009; BOLOGNESI, 2009, 2013; DAMIN; REBELLO, 2009; PRATTI,

2013; MASSIA, 2013). Outra hipótese que pode explicar essa tendência é que essa idade pressupõe uma maior maturidade e o alcance de uma vida mais estável, o que pode significar mais disponibilidade para participar da política (MARQUES, 2007).

Refletir sobre os critérios informais de seleção dos partidos políticos para o cargo de vereador pode ajudar no entendimento da baixa participação de jovens em disputas eleitorais. Alguns estudos apresentados no capítulo anterior, destacam requisitos informais valorizados pelos partidos na escolha dos postulantes ao cargo. Entre esses critérios – que, em muitos casos, variam conforme as ideologias partidárias – podem-se encontrar: reputação profissional e pessoal, potencial eleitoral, recursos financeiros (BRAGA; PRAÇA, 2007; BRAGA; VEIGA, 2009).

Marques (2007) afirma que, em São Carlos, nas eleições de 2000 e 2004, tanto o PT quanto o PSDB valorizaram aspirantes com visibilidade e legitimidade frente à comunidade, além de experiência em eleições anteriores. Altmann (2010), por sua vez, listou recursos sociais dos candidatos a vereador no pleito de 2008 em Pelotas, ressaltando, entre outros, vínculos associativos, visibilidade na mídia e liderança comunitária.

O que se pode observar com nitidez é que a maior parte desses requisitos não são facilmente conquistados. São recursos, qualidades ou experiências construídas ao longo dos anos. E isso pode explicar porque, majoritariamente, as pesquisas apontam que a faixa etária desses candidatos está na casa dos 40 anos.

Em relação aos eleitos, nota-se uma queda ainda maior da participação de jovens e há, também, expressiva diminuição do número de idosos. 4,76% dos vereadores têm até 30 anos e 4,76% têm mais de 61 anos (1, em cada categoria). A maior concentração está na faixa etária entre 41 e 50 anos, com 42,86% (9 casos), seguido por 23,8% de vereadores entre 31 e 40 anos e 23,8% de 51 e 60 anos (5 ocorrências em cada faixa).

Braga, Veiga e Miríade (2009), ao investigarem o processo de recrutamento e seleção à Câmara dos Deputados em 2006, afirmam que a faixa etária com a maior quantidade tanto de candidatos quanto de eleitos é entre 46 e 55 anos. Ferreira (2012) pesquisa esses dados na esfera estadual, demonstrando que 54,8% dos eleitos do Rio Grande do Sul à Câmara dos Deputados em 2010 tinham entre 46 e 55 anos. Na disputa legislativa para a Assembleia do Rio Grande do Sul em 2006, Damin e Rebello (2009) afirmam que mais de $\frac{3}{4}$ ou 77,10% dos candidatos têm mais de 40 anos.

Embora a maioria dos vereadores eleitos em 2016 em Rio Grande também esteja nessa faixa etária, o que se pode perceber é que essa eleição ainda parece ser mais diversa em termos de idade que a dos legislativos estaduais e federal.

Bolognesi (2009) sugere que o alto grau de homogeneidade da idade pode pressupor institucionalização da carreira e dificuldades para que os indivíduos acessem ao cargo sem passar por estágios iniciais. Essa parece ser a melhor explicação para os cargos de deputado estadual e, principalmente, federal, mas não necessariamente para o legislativo local.

O autor também sugere que a entrada de pessoas mais velhas na vida política pode significar uma elite mais permeável, em que há a possibilidade de eleição sem uma carreira política consolidada, o que parece ser verdade nesse caso em análise. Dos 21 vereadores eleitos, nove ingressaram em seu primeiro mandato. Desses, 77,78% têm de 31 a 50 anos, sendo que um deles tem mais de 60 anos.

Em resumo, nas eleições de 2016 em Rio Grande, há uma sub-representação da juventude e sobrerrepresentação das demais faixas etárias entre os candidatos, em relação à população do município. Quanto aos eleitos, a participação dos jovens fica ainda mais restrita e, também, há uma redução da participação dos idosos. Os dados relativos aos jovens e à faixa etária de maior concentração de candidatos e de eleitos corroboram os resultados encontrados na literatura. Ainda que a disputa para legislativo local tenda a ter uma maior porcentagem de candidatos de diferentes idades, os legislativos brasileiros, de modo geral, têm pouco espaço para os jovens.

3.2.4 Escolaridade

Nos estudos sobre recrutamento e seleção de candidatos, os pesquisadores têm apontado para a escolaridade como um recurso social valorizado nas listas partidárias. Isso porque um grau elevado de escolaridade denotaria mais habilidade, capacidade e maior prestígio social (NORRIS; LOVENDUSKI, 1997; RANNEY, 1965).

Os dados relativos ao Brasil corroboram a análise internacional e apontam que candidatos com nível superior são a maioria nas eleições legislativas federal e estadual (RODRIGUES, 2002; BRAGA, VEIGA e MIRÍADE, 2009; PERISSINOTO; MIRÍADE, 2009; CARNEIRO, 2009; BOLOGNESI, 2009, DAMIN; REBELLO, 2009; BORDIGNON, 2013). Perissinoto e Miríade (2009) demonstram que os candidatos ao legislativo federal com ensino superior em 2006 eram 52,9% do total. Carneiro (2009)

afirma que mais de 50% dos candidatos a deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro tinham essa mesma escolaridade. Já Bolognesi (2009), ao estudar o recrutamento de candidatos a deputado federal e estadual no PT e no PFL em 2006, argumenta que a exclusão de pessoas de baixa escolaridade acontece antes mesmo do recrutamento dentro do partido, elas já seriam excluídas do mundo político.

Em análise das relações entre recursos de posição social – ocupação e escolaridade – investimento financeiro em campanhas e resultados das disputas dos candidatos às eleições municipais de 2004 e gerais de 2006, Coradini (2012) demonstra que o nível de escolaridade aumenta à medida que o cargo em disputa é hierarquicamente mais elevado. Entre o grupo de candidatos não eleitos, há forte associação dos candidatos a, por ordem, Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e a Prefeito com o curso superior completo. Os candidatos a prefeito estão em uma situação intermediária, com mais incidência daqueles que têm superior incompleto. Já ao se analisar os candidatos a vereador, eles estão associados a categorias dos que apenas leem e escrevem, dos que possuem fundamental incompleto e, com menor incidência, dos que possuem superior incompleto.

A associação se torna ainda mais intensa quando se analisa o grupo de candidatos eleitos. Apenas 16,19% dos candidatos eleitos a vereador e 40,95% dos eleitos a prefeito possuíam ensino superior completo, enquanto 73,8% dos senadores, 70,59% dos governadores, 81,42% dos deputados federais e 67,32% dos deputados estaduais eleitos tinham esse nível de escolaridade. Conforme o autor, “há uma relação direta entre o grau de escolarização e o nível do cargo em disputa” (CORADINI, 2012, p. 113).

Silva e Silva (2015) analisaram o processo de recrutamento dos vereadores em Curitiba nas eleições de 2012, destacando o predomínio de candidatos com ensino superior completo (41,7%) e ensino médio completo (27%). Contudo, os pesquisadores apontam que os números são inferiores aos apresentados em âmbito federal, o que “reforça a ideia de que a disputa municipal é mais permeável para os diferentes perfis sociais” (SILVA; SILVA, 2015, p. 362).

Os dados do trabalho de Altmann (2010) nas eleições de Pelotas em 2008, revelam, que diferentemente de Curitiba, há um maior índice de candidatos com ensino médio completo ou superior incompleto (30,5%). Em relação à diversidade escolar, a eleição de Pelotas demonstra relativo equilíbrio entre os tipos de capital

escolar, incluindo desde aqueles com ensino fundamental incompleto até os com ensino superior completo.

A exclusão de pessoas com menor nível de escolaridade não parece acontecer nas listas partidárias de eleições legislativas locais. Em Rio Grande, assim como em Pelotas, a maior parte dos aspirantes tem ensino médio completo ou superior incompleto – 39,85% (163) –, mas outros níveis de escolaridade estão contemplados. O índice de candidatos com ensino superior completo é de 22,74% (93), seguido por 20,3% com ensino médio incompleto ou fundamental completo (83), 15,4% com ensino fundamental incompleto (63) e, por último, 1,71% (7) de candidatos que sabem ler e escrever.

Apesar de haver uma diversidade maior de capital escolar em relação às eleições legislativas estaduais e federal, essa diversidade reduz significativamente quando olhamos para os vereadores eleitos. Entre esse grupo, há sobrerrepresentação de indivíduos com ensino superior completo, chegando a 52,38% (11 casos). Também em Rio Grande, na eleição analisada, conforme estudos relativos aos cargos de deputado, a educação superior é uma credencial importante para se alcançar postos da elite política (PERISSINOTO; MIRÍADE, 2009).

Tabela 4 – Escolaridade dos candidatos a vereador nas eleições de 2016, em Rio Grande, em percentuais

Escolaridade	Candidato	Eleitos
Superior completo	22,74	52,38
Médio completo	39,85	14,28
Fundamental completo/Médio incompleto	20,3	14,28
Fundamental incompleto	15,4	14,28
Lê e escreve	1,71	4,76
Total	100	100

Fonte: TSE

Embora haja expressiva quantidade de eleitos com nível elevado de instrução, a proporção fica aquém da encontrada em cargos estaduais e federais. Em 2006, por exemplo, 80,5% dos deputados que se elegeram para a Câmara dos Deputados possuíam ensino superior (PERISSINOTO; MIRÍADE, 2009).

A diferença, porém, não está apenas entre cargos hierarquicamente mais baixos ou mais elevados. O tamanho da cidade também parece influenciar no grau de instrução dos vereadores.

Leal (2008) apresenta o perfil social dos vereadores eleitos em 2004 no Rio Grande do Sul levando em consideração o tamanho da cidade. Enquanto naquelas

com até 10 mil habitantes, a maioria dos vereadores tinham ensino fundamental, as de 10 a 20 mil possuem mais vereadores com ensino médio. A partir daí vereadores com ensino superior passam a ser maioria, chegando a 62,6% em municípios com mais de cem mil habitantes. Em relação a esse dado, Rio Grande, que tinha população estimada de 208.641 habitantes (IBGE, 2016) no ano da eleição analisada, está abaixo da média encontrada pela pesquisadora.

No estudo de caso analisado, portanto, os candidatos estão representados em diferentes níveis de escolaridade. A maior parte dos postulantes à Câmara Municipal de Rio Grande – 39,85% – possuía o ensino médio ou superior incompleto. Entre os eleitos, essa diversidade é reduzida, pois mais da metade dos vereadores possui o ensino superior completo. Ainda assim, a diversidade de escolaridade continua mais elevada que a encontrada nos parlamentos federal e estaduais.

3.2.5 Ocupação

Assim como houve espaço para aspirantes a vereador que não possuíam elevado nível de escolaridade, na disputa eleitoral de 2016, em Rio Grande, houve, também, espaço para profissões não tão prestigiadas política e socialmente.

Entre os candidatos, existe uma diversidade de ocupações, tanto aquelas com mais reconhecimento social – professor, funcionário público, advogado – até atividades profissionais que não exigem formação acadêmica e que não são, comumente, ligadas à política – empregada doméstica, agricultor, pescador. Ocorre, portanto, entre os aspirantes, uma heterogeneidade ocupacional, também apontada em outras investigações sobre legislativo local (MARQUES, 2007; ALTMANN, 2010; SILVA; SILVA, 2015; GUEDON, 2017).

Com o objetivo de facilitar a análise – já que há uma infinidade de profissões declaradas pelos candidatos, optou-se por agrupar as profissões em categorias. A classificação apresentada foi inspirada em Altmann (2010).

Tabela 5 – Ocupação dos candidatos a vereador nas eleições de 2016, em Rio Grande, em percentuais

Ocupação	%
Assalariado Urbano	19,07
Empresário/Comerciante	10,76
Profissional de formação superior	9,53
Trabalhador autônomo	8,80
Aposentado	8,56
Profissional de formação técnica	6,85
Professor	4,16
Funcionário público	3,91
Dona de Casa	3,42
Estudante/bolsista/estagiário	2,93
Policial militar/militar reformado	1,95
Vereador	1,95
Pecuarista/ Produtor Agropecuário	1,22
Agricultor/trabalhador rural/pescador	1,47
Comunicador	0,73
Outros	14,67
Total	100

Fonte: TSE

Ocupação dos candidatos a vereador em percentuais

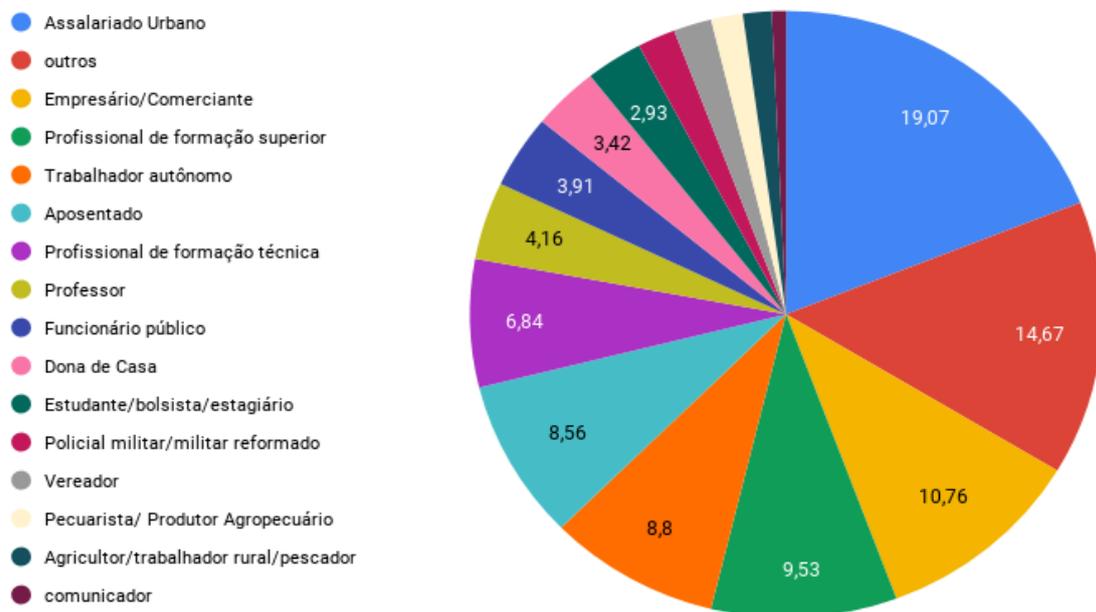


Gráfico 3 – Ocupação dos candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande, em percentuais.

Fonte: TSE

A principal categoria ocupacional presente nas listas partidárias foi a dos trabalhadores assalariados urbanos¹⁴, com 19,07% (78 casos). Entre as categorias mais representativas: 14,67% (60) dos candidatos se registraram em “outros”, seguidos de 10,76% (44) que se declararam empresários/ comerciantes, 9,53% (39), profissionais de formação superior, 8,80% (36) trabalhadores autônomos¹⁵, 8,56% (35) aposentados e 6,85% (28) profissionais de formação técnica.

É interessante, ao analisar a ocupação dos candidatos, levar em consideração a realidade do município. Como já citado anteriormente, as principais atividades econômicas são o setor de serviços e o de indústria (FEE, 2015). Há na cidade, por exemplo, o porto mais importante do estado, refinaria de petróleo, indústria de fertilizantes. Por ser um município com essas características, pode-se considerar natural que haja uma presença considerável de trabalhadores assalariados urbanos entre os candidatos.

Damin e Rebello (2009) ressaltam que a profissão é uma das mais importantes características dos candidatos, pois por meio dela é possível saber quais os segmentos sociais estão representados nos partidos políticos. Norris (1997) chama a atenção para a importância da carreira política no processo de recrutamento. Segundo a autora, são privilegiadas para acessar a carreira as profissões de classe média que tenham status social, promovam oportunidade de contatos políticos, ofereçam mais flexibilidade em relação a horário e férias, garantam estabilidade financeira e independência profissional, além de mais proximidade com habilidades úteis para política.

A literatura nacional aponta que as listas partidárias para os cargos de deputado estadual e federal têm uma presença destacada de advogados, empresários, funcionários públicos, médicos, engenheiros, professores e políticos profissionais

¹⁴ Foram consideradas na categoria assalariados urbanos as seguintes ocupações: comerciário, motorista de transporte coletivo, trabalhadores de serviços de contabilidade, de caixa e assemelhados, vigilante, auxiliar de escritório e assemelhados, secretário e datilógrafo, porteiro de edifício, ascensorista, garagista e zelador, industrial, agente de saúde e sanitário, supervisor, inspetor e agente de compras e vendas, agente administrativo, vendedor em comércio varejista e atacadista, telefonista, empacotador, embalador e assemelhados, bancário e economiário, gerente, vendedor, caixista, caixeiro-viajante e assemelhados, padeiro, confeitoiro e assemelhados, empregado doméstico e recepcionista.

¹⁵ Foram considerados trabalhadores autônomos: despachante, corretor de imóveis, cabeleireiro e barbeiro, motorista de veículos de transporte de carga, músico, artesão, trabalhador da construção civil, estofador, estivador, atleta profissional, artista plástico, fotógrafo, taxista, alfaiate e costureiro, escritor e crítico, motoboy, manicure e maquiladora, faxineira.

(CARNEIRO, 2009; BRAGA, VEIGA, MIRÍADE, 2009; PERISSINOTO; MIRÍADE, 2009; DAMIN; REBELLO, 2009; FERREIRA, 2012).

Em relação aos eleitos, Rodrigues (2002), ao pesquisar sobre a composição da Câmara dos Deputados, destaca que a classe política advém, basicamente, de quatro segmentos: setor empresarial, profissionais liberais tradicionais, alto funcionalismo público e magistério.

Perissinoto e Bolognesi (2010), nas eleições de 1998, 2002 e 2006 para deputado federal, chamam atenção para a presença destacada de médicos, economistas, engenheiros e políticos profissionais.

Na eleição para vereador em Rio Grande, os resultados são diferenciados, sobretudo quando se leva em consideração a representação de assalariados urbanos.

Tabela 6 – Ocupação dos candidatos eleitos a vereador nas eleições de 2016, em Rio Grande, em percentuais

Ocupação	%
Profissional de formação superior	23,80
Vereador	19,00
Assalariado Urbano	14,30
Funcionário Público	9,50
Professor	9,50
Trabalhador Autônomo	4,76
Profissional de formação técnica	4,76
Comerciante	4,76
Produtor Agropecuário	4,76
Outros	4,76
Total	100

Fonte: TSE

Entre os candidatos que conseguiram se eleger, há uma sobrerrepresentação, principalmente, de profissionais de formação superior e políticos. Enquanto entre os aspirantes havia 9,53% de profissionais de formação superior, essa proporção passa para 23,8% entre os eleitos.

Há, ainda, uma sub-representação relevante de empresários e comerciantes e de aposentados. Os primeiros representavam 10,7% do total de candidatos, mas são apenas 4,76% dos eleitos. Já os segundos correspondiam a 8,56% dos candidatos e não estavam entre os bem-sucedidos eleitoralmente.

Quanto aos vereadores, apenas oito dos 18 candidatos que tentavam a reeleição declararam a vereança como sua atividade profissional. Desses oito, 50% (4 casos) conseguiram obter sucesso eleitoral, representando 19% do grupo dos

eleitos. No total, 12 dos 18 vereadores conseguiram a reeleição. O restante dos vereadores eleitos – 9 – iniciaram o primeiro mandato. Mesmo havendo uma renovação importante na Câmara em 2016, o fato de já estar inserido no legislativo municipal e ser um político – ainda que exerça outra atividade profissional em paralelo ou a prefira indicar como aquela que o identifica – parece ter aumentado as chances de vitória nas urnas em 2016.

O resultado é semelhante ao de outras pesquisas. Cervi, Costa, Codato e Perissinoto (2015) demonstraram que nas eleições de 2010 para deputado federal 52% dos eleitos eram políticos profissionais (o que não significa que estivessem disputando reeleição, pois há políticos vindos de outros cargos eletivos). Braga, Veiga e Miríade (2009) afirmam que os políticos que concorreram para a Câmara de Deputados em 2006 correspondiam a, aproximadamente, 20% das candidaturas e a de 40% a 50% dos eleitos. Na disputa ao legislativo estadual no Rio Grande do Sul em 2010, os políticos eram 14,7% dos aspirantes ao cargo e corresponderam a 52,7% dos eleitos (DAMIN; REBELLO, 2009). Até mesmo no legislativo de Maringá, cidade do interior do Paraná, os políticos profissionais são uma classe representativa entre os vereadores, ainda que em percentuais mais baixos. Nas legislaturas de 1997 a 2012 no município, 25% dos políticos declaravam a vereança como sua atividade profissional (VALENCIANO, 2011).

Braga, Veiga e Miríade (2009) argumentam que essas pessoas possuem apelo eleitoral, entendido como uma maior habilidade de falar e de lidar com a população. Além disso, alguém que já teve um mandato possui mais contatos políticos, é mais conhecido pela população por participar das sessões legislativas e por ter exposição nos canais de comunicação – tanto na imprensa comercial quanto no próprio canal legislativo. Tem, também, a estrutura do gabinete, com seus assessores, o que possibilita um alcance de parcelas maiores da população, ou seja, mais possibilidade de ampliação da base eleitoral. A experiência de já ter ganho uma eleição pode gerar, ainda, mais apoio do partido à candidatura.

Em relação à ocupação, importante salientar que há possibilidade de sub-representação de algumas categorias. Por exemplo, alguns candidatos – eleitos e não eleitos – trabalham em meios de comunicação, no comando de programas de rádio, mas não consideram essa a sua atividade profissional. Isso também acontece com religiosos. Na listagem dos candidatos, dois concorreram com a alcunha de Pastor ou Irmão e estão registrados na categoria profissional outros, embora haja possibilidade

de identificar-se como tal perante os TREs. Além disso, um dos entrevistados pela pesquisa – apesar de pastor da igreja quadrangular – identifica-se como administrador. Embora as situações citadas acima não tenham grande relevância ao se olhar o universo total de candidatos, elas ajudam a perceber que sempre haverá algum grau de imprecisão nos dados colhidos.

Essa imprecisão, no entanto, revela uma escolha. A declaração por uma ou outra profissão na ficha de candidaturas representa o modo como o concorrente decide se identificar perante a Justiça Eleitoral. Bordignon (2013) ressalta que as categorias profissionais são classificações com significados sociais, que, a depender do contexto em que se inserem, podem render capital político na concorrência eleitoral. Pode-se pensar, por exemplo, que o pastor que opta por se declarar como administrador tem a intenção de destacar a sua formação escolar. Esse candidato em especial, em sua entrevista para pesquisa, deixa explícito que quer ser um representante dos evangélicos na Câmara dos Vereadores e isso é explorado em sua campanha. No entanto, além de ser visto como pastor, principalmente, por seu segmento religioso, ele se declara administrador. A intenção pode de ser a de se identificar como alguém qualificado, atraindo eleitores interessados em sua formação escolar. A sua qualificação profissional pode, assim, denotar capacidade para exercício do cargo pretendido. Como já foi visto, alto nível de escolaridade, de modo geral, é um recurso altamente valorizado nas disputas eleitorais.

As ocupações dão um panorama de quais são as classes sociais representadas no pleito. Nas eleições de 2016 em Rio Grande, a participação das camadas populares – representadas pelos trabalhadores assalariados urbanos – foi a mais expressiva, com 19,07%. Ainda assim, categorias como a de empresários/comerciantes (10,76%) e profissionais de formação superior (8,53%), estiveram presentes em quantidades relevantes em relação às demais.

Entre os eleitos, chama atenção a um aumento da proporção de profissionais de formação superior (23,8%) e a presença significativa de políticos (19%). Os assalariados urbanos conseguiram obter a terceira maior representação na casa, com 14,3%.

3.3 Atributos políticos: tempo de filiação partidária e participação em eleições anteriores

Os candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande tinham uma trajetória consistente no partido pelo qual concorreram? Há espaço para candidatos recém-filiados na disputa à vereança? Há experiência político-partidária entre os candidatos? E entre os eleitos? O tempo de filiação partidária dos candidatos pode trazer pistas para responder a essas questões e demonstrar quais as características da trajetória política e quais os vínculos partidários dos aspirantes a vereador.

Esse trabalho se limitará a trazer os dados referentes ao tempo de filiação dos candidatos nos partidos pelos quais eles concorreram em 2016, sendo assim, não serão analisados dados referentes a filiações anteriores. As informações trazidas terão como base a data de filiação que consta na Justiça Eleitoral, acessadas por meio do aplicativo FiliaWeb disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral¹⁶.

A disputa eleitoral de 2016 teve uma significativa mudança no que se refere à filiação partidária. Nas eleições anteriores, um dos pré-requisitos para ser candidato era ser membro de um partido político há, pelo menos, um ano. Em setembro de 2015, a Lei 13165, conhecida como minirreforma eleitoral, alterou essa regra, determinando que o candidato deve ter a filiação deferida pelo partido, no mínimo, seis meses antes da eleição.

Em Rio Grande, houve presença expressiva de candidatos que estavam a menos de um ano nos partidos, uma filiação que, possivelmente, está atrelada à vontade de se lançar na disputa. Foram 38,34% (156) dos candidatos nessa situação. Ao se incluir as candidaturas que tinham de seis meses a menos de dois anos, essa proporção pula para 71,5% (291). Ou seja, a maioria dos aspirantes a vereador não possuíam trajetórias sólidas nos partidos pelos quais concorreram em 2016. Quase dois terços dos candidatos possuíam vínculos formais muito recentes com o partido pelo qual concorreram, vínculos esses que não se estendiam nem até a eleição anterior.

¹⁶ Os dados de dois candidatos a vereador não foram encontrados por meio do programa FiliaWeb. Sendo assim, as informações trazidas se referem a 407 dos 409 candidatos.

Tabela 7 – Tempo de filiação dos candidatos a vereador nas eleições de 2016, em Rio Grande, em percentuais

Tempo de filiação	%
6 meses a menos de 2 anos	71,5
2 a menos de 6 anos	11,3
6 a menos de 11 anos	6,14
11 a menos de 16 anos	4,18
16 a menos de 20 anos	2,46
20 anos ou mais	4,42
Total	100

Fonte: FiliaWeb – TSE

O tempo médio de filiação dos candidatos é de 3 anos e oito meses. Embora não seja o foco da presente pesquisa, é importante notar que esse tempo varia muito quando olhamos para cada um dos partidos separadamente. Algumas agremiações se organizaram na cidade recentemente, disputando pela primeira vez as eleições municipais em 2016. Por isso, os candidatos que se lançaram na corrida eleitoral possuíam o tempo mínimo, ou pouco mais que isso, de filiação¹⁷. Esse é o caso de partidos como REDE, PEN, PSDC, PTdoB, PMN, PROS, PSD e SD. Já partidos como PT, PCdoB, PSDB e PMDB, mais tradicionais e atuantes na política local, apresentaram candidaturas com mais tempo de laços partidários.

¹⁷ Isso não significa que os candidatos são todos novatos, já que há o período das migrações partidárias. No entanto, as filiações anteriores fogem do escopo desse trabalho.

Quadro 5 – Tempo médio de filiação dos candidatos por partido nas eleições de 2016 em Rio Grande

Partido	Tempo médio de filiação (anos, meses)	% candidatos com menos de 1 ano de filiação
PT	8,0	6,7
PSDB	7,2	14,8
PCdoB	6,10	15,4
PMDB	6,7	6,9
PP	6,0	10,5
PSB	4,8	4,2
PPS	4,2	19,3
PDT	3,2	40,9
PSOL	2,9	50,0
PTB	2,8	47,0
PRB	2,2	23,3
PV	2,0	66,7
SD	2,0	12,5
PSC	1,2	25,0
PR	1,0	38,5
PSD	0,11	16,7
PROS	0,10	70,4
PTdoB	0,9	50,0
PMN	0,7	100,0
PEN	0,7	100,0
Rede	0,6	100,0
PHS	0,6	100,0
PSDC	0,6	100,0

Fonte: FiliaWeb – TSE

Além de demonstrar lealdade e compromisso partidário, o tempo investido pelo candidato na participação em um partido político pode significar mais experiência de militância e em campanhas eleitorais (MARENCO DOS SANTOS, 2000; FERREIRA, 2012). Essa participação, se atuante, tende a proporcionar um convívio e uma aproximação maior com a política partidária, até mesmo com aqueles que já ocupam cargos legislativos.

Quanto aos partidos, as informações colhidas nesse estudo de caso corroboram afirmações de outros trabalhos que tem demonstrado a tendência do PT em apresentar candidaturas com maior tempo de militância, valorizando o tempo de filiação e o envolvimento com a instituição (MARQUES, 2007; ALTMANN, 2010; FERREIRA, 2012).

A partir dos dados trazidos, é possível afirmar que a maioria dos candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande não possuía uma socialização forte dentro do partido pelo qual concorreu. Além disso, o fato de ser uma disputa para o cargo de vereador explica a falta de um grau mais elevado de profissionalização

política. As pesquisas têm demonstrado que o tempo médio de filiação partidária entre os candidatos cresce à medida que se eleva a hierarquia do cargo legislativo. A seleção se torna mais rigorosa e, por esse motivo, os candidatos tendem a apresentar um currículo mais elaborado, com mais trabalho junto ao partido e às bases e, conseqüentemente, mais tempo de vínculo com a instituição partidária (NOLL; LEAL, 2008).

Altmann (2010) demonstrou que o tempo médio de filiação dos candidatos na eleição municipal de Pelotas em 2008 foi de 5,1 anos. Já na eleição para o legislativo federal, em 2010, no Rio Grande do Sul, essa média ficou em 11,6 anos (FERREIRA, 2012).

Alguns relatos colhidos durante as entrevistas realizadas para essa pesquisa demonstram que muitos candidatos se filiam a um partido apenas para poderem concorrer ao pleito, sem grandes vínculos partidários ou afinidades ideológicas. Outro movimento comum é a busca feita pelas instituições partidárias, já que alguns candidatos relatam terem sido convidados a participar da disputa. Luciano Figueiredo, que concorreu em 2016 pelo PMDB, conta que já havia concorrido pelo PSDB em 2012. Migrou para o PP em 2014 e depois foi para o PMDB próximo às eleições para buscar mais chances eleitorais.

No PSDB eu continuei até 2014, aí eu fui pro PP. Aí depois, no PP, nós estávamos criando um grupo, eu era um dos cabeças, pra montar uma nominata, porque tem esse quebra-cabeças de tu, no mínimo, fazer a votação de uma cadeira, enfim, e eu era um dos cabeças. [...] Eu fui sair, assim, no apagar das luzes, porque eu achei que no partido eu teria chance zero, entendeu? Achei que faria uma votação boa, mas que não teria legenda pra um vereador. Aí foi uma questão pessoal, assim, matemática, vamos dizer. Porque as ideologias desses três partidos que eu te falo são todas elas, no meu modo de ver, parecidas. São a mesma linha, assim, mesmo lado, e aí eu fui pro PMDB (FIGUEIREDO, Luciano, informação verbal)¹⁸.

Outro candidato que transparece uma visão bem pragmática na escolha partidária é Sargento Edisnei Rodrigues, do PP.

É, eu era filiado, fazia uns dois anos que eu era filiado. Eu me filiei no partido porque hoje, pra tu concorrer a algum cargo, tens que ter partido. Eu mesmo, eu estou no Partido Progressista hoje, tá? Mas eu estou praticamente porque tu és obrigado a estar num partido. [...] Então, eles fazem o que? Os partidos chamam os candidatos, só que eles escolhem a dedo. Hoje o candidato esperto, inteligente, ele tem que ir pro partido que tenha os candidatos com a

¹⁸ O candidato Luciano Figueiredo, do PMDB, obteve 1239 votos, mas não conseguiu se eleger. A diferença entre ele e a vereadora Laurinha, a última eleita pelo partido, foi de 32 votos.

mesma pretensão de votos que ele tenha, entendesse? Eu tenho que estar no partido que os meus colegas, que estão concorrendo comigo, tem que fazer na base de 700, 800 votos. E eu tenho que brigar com eles pra me eleger. Já tem partidos que já sabem que os vereadores fazem 1.500 votos, 1.400 votos, então eles vão escolher candidatos que tenham menos.[...] Um conselho que eu dou pra todos os pré-candidatos a vereadores em 2020, analisem bem o partido que vai ir, porque eu tenho dez partidos que me querem. Dez, todos querem chegar pra mim: -Ah! Vem pro partido-. Só que eu tenho que analisar qual o partido que eu tenho chance de entrar, entendesse? Por quê? Porque o partido forte, ele já tem os quatro, cinco candidatos fortes dele, e aí ele quer trazer os outros pra ajudar a eleger os candidatos deles, entendesse? Então a gente tem que ser esperto e procurar. Não deve cair de paraquedas no primeiro e se iludir, né? (RODRIGUES, Edisnei, informação verbal)

Já André de Sá, vereador reeleito em 2016 pelo PSD, explica que mais importante que o vínculo com o partido é o trabalho desenvolvido na Câmara.

Hoje eu sou do PSD, mas eu costumo dizer que se eu tiver que me manter aqui e pra me manter eu tiver que trocar de sigla novamente, não tem problema nenhum, porque eu sei o trabalho que eu faço na casa, eu sei a maneira que eu trabalho. Eu não trabalho em prol apenas do meu gabinete, ou de alguma coisa que eu possa fazer em benefício próprio, meu trabalho é sempre em torno das pessoas [...]. Na política hoje a sigla partidária é necessária pra tu se candidatar, pra defender uma ideologia, hoje tá difícil até alguém ter ideologia, é que tu necessita do partido, mas depois do período eleitoral, todos os vereadores têm que se unir em torno de um bem maior, que é buscar qualidade de vida para as pessoas (SÁ, André de, informação verbal).

Em comparação com os candidatos que não obtiveram êxito eleitoral, os eleitos apresentam uma média de filiação bem mais elevada. O tempo médio de vínculo oficial com o partido é de 8 anos e 11 meses. Sete eleitos, 33,33%, possuem menos de dois anos de filiação. Três vereadores (14,28%) têm de 3 anos a 5 anos e 11 meses de filiação, quatro deles (19,04%) têm de 6 a 10 anos e 11 meses e sete (33,33%) possuem mais de 14 anos de vínculo partidário.

Um dos motivos que podem explicar esse aumento do tempo de filiação partidária entre os vereadores é a conquista da maioria das vagas pelo PT e pelo PMDB, partidos que apresentaram tempo médio de filiação elevado em relação à maioria, além de pouca presença de candidatos filiados com menos de um ano.

Quadro 6 – Tempo de filiação dos candidatos eleitos vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande

Vereador	Partido	Tempo de filiação (anos, meses)
Giovani Moralles	PEN	0,7
Tia Déia	PEN	0,7
Rafa Ceroni	PPS	6,0
Rogério Gomes	PPS	15,6
Flávio Vigilante	SD	3,0
João da Barra	PRB	1,0
Claudio de Lima	PSB	1,0
Jair Rizzo	PSB	9,8
André Batatinha	PSD	0,6
Repolhinho	PSDB	14,5
Laurinha	PMDB	1,7
Vavá	PMDB	5,0
Filipe Branco	PMDB	8,0
Charles Saraiva	PMDB	17,4
Júlio Cesar Pereira da Silva	PMDB	23,0
André Lemes	PT	1,3
Benito Metalúrgico	PT	5,11
Professora Denise	PT	9,0
Claudio Costa	PT	17,0
Rovam Castro	PT	17,10
Spotorno	PT	24,6

Fonte: FoliaWeb – TSE

Marengo dos Santos (2000), ao estudar o recrutamento de deputados federais por 14 legislaturas, destaca dois tipos de ingresso nessa atividade. No padrão endógeno, o ingresso legislativo depende de um treinamento prévio – vida partidária, cargos públicos – o que geraria uma classe política estável e com perfil homogêneo. Por outro lado, há, também, a entrada de indivíduos com pouca experiência política e com compromissos partidários descontínuos, o que revelaria a não profissionalização da carreira e vínculos precários com as organizações políticas. Ao se observar os eleitos a vereador em Rio Grande, constata-se que mais da metade deles (11) tem, no mínimo, seis anos de filiação partidária. Isso demonstra que são, em sua maioria, socializados nos partidos pelos quais concorrem, demonstrando algum tipo de compromisso partidário. No entanto, também há espaço para aqueles que não possuem fortes vínculos com as organizações partidárias, já que sete vereadores não têm, ao menos, dois anos de filiação.

Tomando emprestada a definição de Marengo dos Santos (2000), parece haver espaço tanto para o recrutamento lateral quanto para o recrutamento endógeno na Câmara de Vereadores de Rio Grande.

Interessante notar, ainda, que os vereadores André Batatinha, Giovani Moralles, Tia Déia e Flávio Vigilante participam pela primeira vez de uma eleição com a sigla partidária da qual faziam parte em 2016, mesmo sendo vereadores reeleitos. Esse dado denota que o compromisso de lealdade partidária não é determinante para vitória eleitoral. A visibilidade pessoal dada por mandatos anteriores, nesses casos, parece superar afiliações ideológicas ou militância partidária.

Quanto à participação anterior em eleições, é uma das informações que podem trazer pistas sobre os atributos políticos dos candidatos a vereador em 2016 em Rio Grande. Por meio dela, é possível saber se o candidato já possui experiência em disputas eleitorais ou se é um novato. Para analisar esse aspecto, foram consideradas a participação tanto em eleições legislativas municipais quanto nas estaduais e federais que ocorreram a partir de 2004.

Apenas 17 candidatos a vereador em 2016 haviam participado das eleições para os cargos de deputado estadual ou federal e nenhum deles conseguiu êxito. Interessante notar que Lima e Barreto (2013) ponderam que a tentativa de assumir cargos mais altos nem sempre tem por objetivo a vitória eleitoral. Segundo os autores, a candidatura de vereadores ao legislativo estadual/federal cumpriria duas finalidades principais:

Essa candidatura, então, cumpre outros objetivos. Um deles segue a lógica de interesses do partido, visa a atender a uma solicitação do partido ou da coligação, com vistas a propiciar a formação de “dobradinhas” para os candidatos competitivos e uma base de apoio mais sólida na cidade/região do vereador. Outro objetivo segue a lógica de interesses do próprio candidato, mas não é necessariamente conflitante com o anterior, aliás, muito provavelmente seja complementar: ele visa a garantir a divulgação do nome do vereador e a de mantê-lo em destaque, o que pode ser valioso com vistas a futuras eleições, especialmente a próxima eleição municipal, quando vai tentar renovar o mandato ou pretende concorrer ao executivo (LIMA; BARRETO, 2013, p. 110-111).

Ao todo, 72,6% (297) dos aspirantes a vereador nunca haviam participado de uma disputa eleitoral legislativa, portanto, não tinham nenhum tipo de experiência político-eleitoral prévia¹⁹. Essa proporção foi maior que a encontrada nas eleições de 2008 em Pelotas, que teve índice de 55,4% de concorrentes novatos (ALTMANN, 2010). Em Rio Grande, 16,14% (66) dos concorrentes tinham participado de uma

¹⁹ Um dos candidatos havia concorrido ao cargo de vice-prefeito na cidade em 2012. Pela natureza distinta da disputa, essa experiência não foi contabilizada.

eleição anterior, 5,4% (22) participaram de duas disputas anteriores e aqueles que participaram de três ou mais eleições anteriores totalizaram 5,9% (24).

Tabela 8 – Participação dos candidatos a vereador de Rio Grande, em 2016, em eleições anteriores

Participação	%
Nenhuma	72,6
Uma	16,14
Duas	5,4
Três ou mais	5,9
Total	100

Fonte: TSE

Em relação aos eleitos, apenas quatro candidatos nunca haviam disputado uma eleição. Outros cinco disputaram apenas a eleição anterior para vereador, em 2012. Três haviam disputado duas eleições municipais e os outros nove disputaram ao menos três eleições.

O que se percebe, portanto, é que há uma inversão de proporção em relação à lista partidária. 72,6% (297) dos aspirantes a vereador nunca foram testados nas urnas, dos quais apenas quatro (19,04%) conseguiram êxito eleitoral. Por outro lado, 42,86% (9) dos eleitos haviam participado de, pelo menos, três outras campanhas eleitorais, contabilizando as disputas para vagas de deputado, enquanto apenas 5,9% (24) do universo total de candidaturas tinha essa bagagem.

Tabela 9 – Participação dos eleitos vereador de Rio Grande, em 2016, em eleições anteriores

Participação	%
Nenhuma	19,04
Uma	23,8
Duas	14,28
Três ou mais	42,86
Total	100

Fonte: TSE

A prévia participação dos eleitos em disputas eleitorais corrobora os achados de Marques (2007) relativos ao município de São Carlos para as eleições de 2000 e 2004. Apesar do número expressivo de candidatos estreantes nos partidos que analisou (PT e PSDB), a vitória eleitoral também foi, majoritariamente, daqueles que já haviam se candidato, ou seja, que já tinham experiência em eleições anteriores.

Os resultados apresentados por Valenciano (2011) sobre Maringá também mostram que a vitória eleitoral é reservada, majoritariamente, àqueles que já haviam

disputado eleição anterior. Dos vereadores de quatro legislaturas analisadas, 56,2% se elegeram depois de disputar pelo menos uma eleição.

O que se pode notar é que há uma diversidade de perfis entre os que se candidatam. Em relação à profissão e à escolaridade, ainda que haja uma distribuição relevante em diferentes categorias, existe uma leve predominância daqueles que possuem ensino médio e são assalariados urbanos. Já entre os eleitos, mais da metade possui o ensino superior completo e as profissões mais recorrentes são as de formação superior, a de vereador e a de assalariados urbanos. Quanto ao gênero, à raça e à idade, tanto entre os eleitos quanto entre os não eleitos, a maioria é homem, branco, com idade entre 40 e 60 anos.

Em relação aos atributos políticos, mais de 70% dos candidatos não tem experiências em eleições e nem vínculos duradouros com os partidos pelos quais concorreram. Já entre os eleitos, há maior tempo médio de filiação partidária e mais candidatos que já haviam participado de outras disputas eleitorais. Posto isso, agora o trabalho irá se dedicar a análise das entrevistas, na tentativa de aprofundar os conhecimentos a respeito dos atributos sociais e políticos dos candidatos.

4 Quem são os candidatos a vereador?

Vencida a etapa de analisar os indicadores sociais de gênero, raça idade, escolaridade, ocupação e os atributos políticos relativos ao tempo de filiação e à participação em eleições anteriores dos candidatos, o capítulo 3 analisa as entrevistas realizadas com 52 deles.

A seguir, será apresentada a trajetória de cada um dos entrevistados. Como salientado, esses relatos ajudam a construir um melhor panorama sobre quem são aqueles que se lançam no pleito para vereador, desvendando informações sobre suas experiências e trajetórias. Por fim, o capítulo faz uma análise das informações trazidas pelos candidatos.

4.1 Trajetórias, experiências e recursos sociais dos candidatos

A partir das entrevistas com candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande, tem-se por objetivo conhecer mais profundamente os seus atributos sociais e políticos. Quais são as trajetórias daqueles que se lançam a uma vaga na Câmara municipal? Há espaço para os que nunca desempenharam nenhuma atividade política? Os candidatos possuem vínculos associativos, experiência em funções públicas? São engajados em alguma causa social?

Altmann (2010) mapeou, por meio de entrevistas, quais os diferentes tipos de recursos sociais das candidaturas a vereador nas eleições de 2008 em Pelotas. O trabalho identificou diversas formas de fazer política que estão na origem das candidaturas lançadas pelos partidos políticos, são elas: vinculação a comunidades ou grupos comunitários, participação em grupos religiosos, popularidade advinda da inserção na mídia, a atuação profissional em categorias mais valorizadas pela sociedade e a ocupação de cargos públicos (ALTMANN, 2010, p. 177). A pesquisadora ressalta que nem sempre essas trajetórias estão diretamente ligadas à política, mas servem como uma espécie de ponte para a entrada na atividade.

Como ressaltado no capítulo teórico, segundo Coradini (2001), recursos e capital de relações sociais acumulados são transformados em capital político e em trunfos eleitorais. Ao analisar as candidaturas das eleições gerais de 1998 no Rio Grande do Sul, o autor citou os recursos sociais mais comuns reconvertidos para a

política: relações estabelecidas no exercício do uso profissional; sindicalismo; organizações de empresários; igrejas e organizações filantrópicas; e os cargos públicos anteriormente.

Em seu estudo sobre o município gaúcho de Nova Palma, Coradini (1998) constatou que mesmo os candidatos novatos possuíam envolvimento anterior com atuação política ou em outras áreas sociais, reconvertíveis como recurso eleitoral. Além dos já detectados nas eleições gerais de 1998, outros recursos sociais foram encontrados: relações de parentesco, identidade étnica, de vizinhança e afinidades pessoais.

Ao pesquisar a trajetória dos deputados estaduais do Espírito Santo, Pratti (2013) avaliou a participação destes em associações politicamente relevantes. Para a autora:

A participação em instituições diversas torna-se importante à medida que socializa o indivíduo na experiência da vida pública e nas funções burocráticas. Além disso, confere aos aspirantes ao legislativo a oportunidade de projetar suas carreiras. Podem-se considerar duas dimensões de participação: a primeira implica experiência, profissionalização e oportunidades conferidas ao indivíduo; a segunda diz respeito aos vínculos com grupos de interesses e a defesa de propósitos determinados (PRATTI, 2013, p. 69-70).

Em sua pesquisa, a autora avaliou a participação prévia dos deputados em movimentos religiosos, sindicais, estudantis, organizações/associações de classe e entidades civis. Além disso, fez a análise da experiência desses parlamentares em cargos da administração pública, o que, de acordo com ela, forneceria ao indivíduo melhor conhecimento sobre funcionamento das instituições e sobre as vias do processo burocrático. Essa prática agregaria, então, mais qualidade para a carreira política (PRATTI, 2013, p. 71). Os resultados mostram que 34,8% dos deputados estaduais do Espírito Santo, da 11^a a 17^a legislaturas, tinham participação em associações relevantes antes de chegar ao mandato e 43,55% deles tinham experiência em gestão, seja em nível municipal, seja estadual.

Leal (2008), em pesquisa realizada sobre os vereadores do Rio Grande do Sul eleitos em 2004, demonstrou que a maioria fazia parte de alguma associação social seja religiosa, seja de bairro ou de classe.

Outro modo importante de construção de capital político dos vereadores identificado pela autora foi a passagem por cargos no executivo, principalmente secretarias municipais.

Já Valenciano (2011) demonstra que 63,2% dos vereadores de Maringá possuíam vínculos com instituições. Os vínculos mais frequentes eram com entidades assistenciais e clubes de serviço, associações classistas e sindicatos, entidades religiosas e clubes de futebol.

Marques (2007), ao estudar a seleção de candidatos a vereador no município de São Carlos, em São Paulo, afirma que, apesar de o cargo ser o mais baixo na carreira política brasileira, pode existir treinamento político prévio à iniciativa de ingresso na vereança. Esse treinamento ocorre por meio de trabalhos comunitários, assessoria política, campanhas filantrópicas, participação partidária.

Dessa forma, não se sustenta a ideia de que o cargo de vereador é, geralmente, ocupado por pessoas sem ou com pouca experiência política não eletiva. “A carreira de vereador, assim como qualquer outra carreira brasileira, estará sujeita ao patrimônio que o aspirante a candidato possa estar oferecendo para valer-se de uma tentativa de candidatura” (MARQUES, 2007, p. 48).

Kuschnir (2000) analisou a campanha e as candidaturas a vereador no Rio de Janeiro. A autora destaca alguns tipos de candidatos a vereador, como, por exemplo, aqueles que se sobressaem pela vinculação a uma determinada comunidade, os que ganham notoriedade por suas profissões outros que são lançados por serem cabos eleitorais ou terem experiência em assessoria. Igualmente, os que têm notoriedade advinda da sua profissão, da associação ou do parentesco com políticos famosos e os que têm contatos e facilidade de trânsito na política.

4.2 Os perfis oriundos das entrevistas

As 52 entrevistas analisadas nesse trabalho têm a intenção de identificar as trajetórias percorridas por esses candidatos, enfatizando os vínculos associativos e sociais, além da militância partidária e da experiência no exercício de cargos públicos. Sem a intenção de esgotar o assunto, servem como uma forma de trazer mais detalhes sobre os atributos sociais e políticos daqueles que almejam uma vaga no legislativo municipal. O objetivo aqui não é apresentar dados estatísticos, mas, sim,

fornecer informações qualitativas sobre os personagens que fazem parte da política no município de Rio Grande.

As informações dos candidatos foram retiradas das entrevistas. Para enriquecer a análise, optou-se por transcrever alguns relatos. Entre os que participaram da amostra, estão 12 eleitos e 40 não eleitos.

O que se pode perceber é que há uma diversidade de trajetórias e poucos são aqueles que se lançam na disputa sem nenhum tipo de experiência prévia. Essa experiência, porém, não provém necessariamente da política partidária ou da ocupação de cargos político, mas do envolvimento em trabalhos voluntários e filantrópicos, na comunidade e em associações de diferentes áreas sociais.

O envolvimento com associações de bairro é uma das trajetórias comuns a candidatos a vereador. A agente de saúde Margarete Cavalheiro mora no bairro Santa Rosa, localizado na zona oeste da cidade, há mais de trinta anos. A comunidade periférica é uma área de vulnerabilidade social e extrema pobreza. Natural de São Pedro do Sul, desde que se mudou para Rio Grande, Margarete passou a trabalhar por conta própria em prol da comunidade. Transformou-se em agente comunitária de saúde da Unidade Básica do bairro e desde 2013 lidera a associação de moradores. Filiada desde 2013 no PT pela afinidade ideológica, mas sem participar ativamente das atividades, foi convidada para se lançar a vereadora em 2016.

Em junho de 2014 eu estava com a secretaria de serviços urbanos aqui no bairro e estava com o prefeito aqui no bairro e aí o que eu fiz? Vou aproveitar que o homem está aí e vou levar ele no foco da necessidade. Aí eu convidei pra sair a caminhar comigo. Quando chegava, entra aqui, resolve esse pepino aqui, e aí eu fui botando ele dentro das casas pra ver a realidade. Nesse percurso, uma senhora apertou a mão dele e disse assim: eu quero ela de vereadora. Isso em 2014. Eu fiquei que não sabia onde enfiar a cara, porque nunca me passou pela cabeça, nunca, nunca. Era filiada desde 2013 no PT. [...] O que aconteceu? O prefeito Alexandre fez o convite pra eu vir. Isso aconteceu em junho eu acho que em agosto veio o convite. Tem que ver se é filiada, quer vir com a gente? Não sei, não vou dizer nada porque é uma coisa que tem que pensar, não é meu caminho. Não esquentei. O que aconteceu? Outro partido me convidou pra vir [...]. Aí eu entrei em contato com o prefeito, isso em 2015. Estou recebendo convite pra vir de vereadora pelo partido, assim, assim e ele: ué não vai vir com a gente? Eu digo: eu não levei a sério seu convite. Não, tu estás com a gente. Qualquer partido tem que ter aqueles 30% de mulheres pra passar na convenção, aquela coisa toda. Não é por causa da Margarete, é porque estão precisando, é porque estão precisando do 30% (CAVALHEIRO, Margarete, informação verbal).

Conhecida por seu trabalho social, Margarete decidiu concorrer pela primeira vez ao mandato de vereadora e obteve 443 votos, sem ser eleita.

Manoel Nunes é outro candidato que se destaca pelo trabalho junto ao bairro onde reside, São Miguel. Ocupou a presidência da associação de bairro por doze anos, além de ser presidente do conselho gestor da unidade de saúde da localidade. Nesse cargo, Manoel lutou pela construção de um novo prédio para a unidade, pois o antigo funcionava em uma casa alugada e estava com vários problemas estruturais. Apesar de toda a sua trajetória de trabalho social e voluntário, a decisão de concorrer só foi tomada com o intuito de auxiliar o partido, PSDB.

Depois de uma passagem pelo PDT, está filiado no PSDB há nove anos. Somase à trajetória de representante do bairro a militância partidária e o trabalho na assessoria de campanhas para o executivo municipal e o legislativo estadual. Em sua primeira experiência na disputa eletiva, fez 109 votos, sem conseguir se eleger.

Sobre o seu desempenho, acredita que a questão financeira e a falta de apoio do partido são os principais empecilhos para obtenção de sucesso eleitoral.

Pelo que eu vejo, o que eu estou acostumado a ver é que aquelas pessoas que tem poder aquisitivo são as que têm mais condições [...]. Acontece que não tem apoio a princípio. Por exemplo, precisa de dez mulheres e vinte homens, eles não querem nem saber, colocam todo mundo lá e depois não ajudam ninguém [...]. Chegou na campanha é cada um por si. Valoriza mais aquele que tem mais chance, o que tem mais condição financeira e tal e coisa, fica de vir verba pra ajudar e não vem. Eu mesmo coloquei som na minha caminhonete porque um amigo me emprestou som pra botar [...]. Qualquer ajuda o seu fulano lá que já foi vereador, que está concorrendo ao segundo mandato ou aquele lá que tem mais condições. Então o cara fica de fora (NUNES, Manoel, informação verbal).

Geovane Peraço entrou para a política com 16 anos por meio do ex-prefeito Wilson Mattos Branco. Em mais de 20 anos de caminhada pelo PMDB, foi presidente da associação do bairro Hidráulica e da União Riograndina das Associações de Bairro. Em 2015, participou da organização do PR²⁰ na cidade e se candidatou pela primeira vez no ano seguinte.

Eu já estou há 22 anos na vida pública e, assim, eu fui do PMDB durante 21 anos e aí por uma perda de ideologia a gente saiu fora. Um grupo do partido, não só eu. E a gente trouxe o PR pra Rio Grande [...]. Em 2015 começamos o trâmite e em 2016 lançou o partido [...]. Eu entrei até mesmo pra acrescentar na nossa nominata, porque seria mais um nome, porque 21 anos participando de política partidária, [...], não é bem um interesse em concorrer, mas uma ajuda pra completar a nominata (PERAÇO, Geovane, informação verbal).

²⁰ O Partido da República (PR) já havia lançado candidatos em outras eleições municipais. Entretanto, o partido funcionava na cidade por meio de Comissão Provisória, com prazo de vigência e, geralmente, constituída para escolha dos candidatos nas proximidades do pleito. Em 2016, foi constituído, finalmente, o diretório municipal do PR em Rio Grande.

Geovane foi convidado pelo partido e, apesar de ter feito apenas 210 votos, sem se eleger, ele avalia que cumpriu o seu objetivo na eleição.

Existe dentro do partido um candidato que é o puxador de votos. Tipo assim, eu queria somente bater o quociente que era de 135 votos, porque a gente tinha o nosso puxador de votos que o partido todo, parte do partido ou pelos menos a cúpula, trabalha em prol dele, a gente já quer que ele entre, até mesmo porque precisa de mais de cinco mil votos e um candidato só não tem como fazer isso. É bem difícil, às vezes tu olha e a cada três ruas tem um candidato, é bem complicado. E aí tu chegas pra pessoa: vota em mim. Ah, não, o meu tio é candidato, meu irmão é candidato, meu vizinho. Então, é bem dividido. A eleição de vereador é bem difícil (PERAÇO, Geovane, informação verbal).

O artesão João Júlio, conhecido por João da Barra, obteve sua primeira vitória eleitoral na eleição de 2016, na sua quarta tentativa. Desde 1998, João é líder comunitário da Barra, comunidade pesqueira que fica próxima ao Porto de Rio Grande.

Eu trabalhei no porto durante vinte anos, depois sai, e aí comecei a trabalhar no artesanato, e no artesanato sempre sobrava um tempinho, e aí um senhor que era presidente do bairro me procurou. Um que era presidente de bairro antes me convidou pra ser presidente. [...] A comunidade não tinha absolutamente nada. Um bairro que nasceu sem planejamento urbano, nasceu em cima de área de expansão portuária, patrimônio da União [...]. É uma área de pesca, alguns pescadores portugueses ficaram ali e nasceu a comunidade da Barra. [...] A povoação começou a crescer, barraco virou casa, foram desmanchando as dunas que tinham na área e construindo casas. Aí os filhos casavam, pessoas de Santa Catarina vinham pra cá, foi formando a comunidade, pessoas de Rio Grande, de São José do Norte. A povoação cresceu sem a infraestrutura necessária. O bairro foi se desenvolvendo com a luta dos líderes daquela época. Saiu algumas ruas, depois colocaram água potável, energia elétrica, foi crescendo e quanto mais crescia, mais investimento foi tendo dos governantes. Depois quando eu cheguei, nos últimos vinte anos, começou a surgir a escola Maria da Graça, que a gente conseguiu com o Porto o terreno. (...) Conseguimos uma praça com os brinquedos que eu ganhei da Ecobrás (empresa), depois a firma não investiu mais na praça, [...] fiz uma parceria com a prefeitura, ganhei alguns brinquedos e fui desenvolvendo esse trabalho. [...] Alguns colegas me ajudaram na construção dos primeiros abrigos de ônibus, a gente fez de alvenaria. E todo esse trabalho era gratuito. (...) Bom, aí eu comecei a me candidatar (JÚLIO, João, informação verbal).

Em 2012, ao concorrer pelo PMDB, João da Barra chegou a ficar como suplente e assumiu a cadeira na Câmara. Entretanto, decidiu sair do partido. Para concorrer em 2016, filiou-se ao PRB, obtendo 1.635 votos, concentrados no bairro em que faz trabalho comunitário.

A trajetória de Mariza Mirapalheta é construída tanto na política institucional como por meio do trabalho comunitário. A participação política começou junto ao ex-marido, quando ambos militavam no PMDB. Depois, já divorciada, foi convidada para

trabalhar como assessora de um deputado federal em um escritório regional na cidade, o que a fez migrar para o PSDB. A primeira eleição que concorreu foi em 2012, por esse mesmo partido, com a única finalidade de auxiliar no preenchimento do número mínimo de mulheres para compor a lista partidária. Migrou, junto ao grupo político do deputado, para o Partido Progressista, pelo qual se candidatou em 2016 também com o objetivo de auxiliar a sigla. Nessa eleição, ela fez 148 votos.

A primeira vez eu trabalhava de assessora de um deputado federal e nós tínhamos um escritório regional aqui em Rio Grande. Como sempre a dificuldade de ter mulheres para completar aqueles 30%, eu coloquei meu nome à disposição para poder ajudar o partido. Sem a pretensão de ganhar, porque realmente é muito difícil. [...] Depois assim, migrou muita gente do PSDB pro PP e aí novamente eu me coloquei na situação de ajudar o partido por conta da dificuldade que nós temos em conseguir mulheres para concorrer (MIRAPALHETA, Mariza, informação verbal).

Mariza, em 2016, fazia parte da executiva municipal do PP e ocupava o cargo de segunda secretária. Ela também tem uma trajetória voltada ao trabalho comunitário e voluntário. Fez parte do Comitê de Cidadania na luta contra a fome e a miséria, participou da liderança da associação de bairro onde morava, além de ter sido presidente da União Riograndina de Associações de Bairro (URAB). Para ela, a experiência de estar próxima às necessidades da população é essencial para a disputa do cargo de vereador.

Tem gente que nunca meteu o pé no barro dentro de uma vila pra saber como é a vida das pessoas, aí depois vem com aqueles discursos. [...] As pessoas que querem concorrer, eu particularmente acho, que elas precisavam chegar mais próximo da população pra poder, realmente, saber o que as pessoas precisam. [...] O pessoal nunca entrou em uma vila, não sabe o que é, nunca foi em um posto de saúde [...]. Acho que ajuda muito tu chegar perto dessa realidade e acho que tem o seu valor. Aliás, acho que qualquer trabalho voluntário, seja onde for, todo mundo tinha que fazer um pouquinho. [...] Aí quando tu chega mais perto, eu acho que te sensibiliza e te ajuda a entender certas coisas. Até a ação das pessoas, porque é fácil tu falar, mas tu não conhece a realidade. No momento que tu vê, que tu conhece a vida das pessoas, tu vê com outros olhos as coisas, o discurso muda (MIRAPALHETA, Mariza, informação verbal).

Eduardo Feijó, o Cazuzo, é outro candidato que se destaca tanto pela participação na política partidária quanto em trabalhos sociais. Possui 30 anos de militância, tendo passado por diferentes partidos (PDT, PTB, PMDB). Em 2004, foi o fundador da associação de moradores do bairro Centro e presidente por dois mandatos. Técnico em meio-ambiente, apresenta um programa de rádio sobre o tema

e, em 2013, fundou a ONG Laguna Sul Ambiental, que trabalha com educação ambiental e oficinas de sustentabilidade. A trajetória lhe rendeu convite para integrar o Partido Verde na cidade, que foi por onde participou da sua terceira disputa ao legislativo municipal, conquistando 115 votos.

Sou técnico em meio-ambiente, sou radialista de um programa de rádio sobre ecologia e agora mesmo estou concluindo o curso de administração e a minha tese do TCC é sobre logística reversa, também um tema muito identificado com a questão do meio-ambiente. Pensei, aceitei o convite, comuniquei ao presidente do partido que eu estaria me desligando e fui para o Partido Verde. Aí concorri nas últimas eleições. [...] Foi um convite para integrar a direção do partido e, conseqüentemente, concorrer (FEIJÓ, Eduardo, informação verbal).

Mas o trabalho social de candidatos não se dá apenas por meio de organizações/associações. Há, também, aqueles que têm uma trajetória marcada pelo trabalho assistencial feito de maneira individual ou coletiva, mas não institucional. É o caso de Renata Negalho, advogada, que realiza campanhas filantrópicas por meio das redes sociais.

Teve uma chuva de granizo aqui em Rio Grande, aquelas pessoas todas precisando de ajuda, daí eu digo: Meu Deus, eu tenho que fazer alguma coisa. O que eu vou fazer? Como advogada, eu fazia o máximo que eu podia pra ajudar as pessoas, mas era pouco até então. Aí eu pensei, o que é preciso pra fazer campanha? Gente, preciso de ajuda. [...] Quando eu vi, a minha casa, minha garagem, estava lotada de coisas, e eu digo: Meu Deus, o que eu vou fazer agora? Reuni um grupo de pessoas, botamos aquelas botas de chuva e fomos para aqueles lugares realmente necessitados, levamos roupa, alimento, aí eu falava assim, eu preciso de alimento, preciso disso, preciso daquilo, as pessoas começaram a ajudar. Eu achei aquilo tão fantástico, tão bárbaro, que eu disse: poxa, já que eu consegui fazer isso, vou fazer uma festinha para as crianças também. Aí eu consegui fazer a festinha de Natal naquele ano para quinhentas crianças. [...] Aí eu segui fazendo minhas festinhas, aí uma moça ano retrasado disse assim: Renata, eu estou com câncer na cabeça, eu preciso de ajuda. Eu não tenho dinheiro pra fazer a cirurgia, pra me manter. E eu digo: E agora, o que é que eu faço? Fui pro *Face*, gente, eu preciso de ajuda. Daí um rapaz que faleceu, também estava com câncer disse: Renata, faz um jantar beneficente, tu vai conseguir arrecadar pra ela. Eu digo, vou fazer. Conseguimos arrecadar, acho que foi seis mil e pouco no jantar, e eu digo: é possível, eu vou fazer, vou mobilizar as pessoas (NEGALHO, Renata, informação verbal).

Depois de uma passagem pelo Solidariedade e pelo PSDB, em 2016, Renata se filiou ao PTB com o intuito de se candidatar e dar continuidade ao trabalho social que vinha desenvolvendo. A candidata, que obteve 329 votos, comentou sobre as dificuldades durante a campanha e a prática de venda de voto - ainda presente no

comportamento do eleitor riograndino, de acordo com grande parte dos candidatos entrevistados.

Eu digo, agora sim, eu candidata, com projetos, vou conseguir efetivamente ajudar as pessoas. Eu sei aonde está o problema, como fazer. Foi, então, a minha decepção. Chegar nas pessoas, ah tu é candidata, que legal, vou votar em ti, me dá R\$50,00. E eu digo como? Não senhor, eu vou explicar de novo, eu tenho projetos, pra fazer isso, fazer aquilo. E as pessoas : não, só se tu me der uma cesta básica, se tu pagar minha conta de luz, eu até voto em ti, te dou até meu título pra tu ver como eu vou votar. Se tu pagar, não sei o que, pro meu filho, eu voto em ti. [...] Eu via que eu não comprava voto, mas tinha candidato que comprava. Faziam aqueles jantares, almoço, pagavam realmente uma cesta básica, ou então davam R\$50,00 para o gás. Aí eu comecei a ver que eu não ia chegar até lá, mas eu ia seguir com as minhas propostas, com as minhas ideias, e não ia entrar naquele sistema. Porque tem um sistema né, ou tu tá dentro ou tu tá fora. Então eu prefiro estar fora do sistema, mas acreditado que é possível mudar, do que tu entrar no sistema já comprometido. E aí foi isso, fiz trezentos e poucos votos, não consegui me eleger, mas eu fiquei tranquila. Os votos que eu fiz foram de pessoas que realmente acreditaram, confiaram no que eu estava dizendo (NEGALHO, Renata, informação verbal).

O servidor público Leandro Luiz se filiou ao PMDB para poder participar da sua primeira eleição, em 2016, quando somou 219 votos. A vontade de disputar uma cadeira no legislativo municipal nasceu pelo envolvimento na luta por melhorias na rua onde mora. Na época da votação do orçamento participativo, ele mobilizou os moradores a participar e escolher a demanda de escoamento pluvial e de calçamento da via. No entanto, o projeto não se concretizou. A frustração o levou a querer participar ainda mais do processo político, segundo ele, para fiscalizar o uso do dinheiro público e pressionar para que os mecanismos de participação não funcionem apenas como instrumento eleitoral.

Eu acabei procurando o partido, porque na verdade, assim, eu não tenho ninguém na família nessa parte política. O que me puxou, realmente, pra esse lado da política, é que hoje eu sou delegado do orçamento participativo na região onde eu moro. Pela frustração dos projetos de 2015 e de 2014 não terem saído do papel, eu entendi que a melhor forma seria participar mais ativamente. Porque eu entendo que o legislador não só faz as leis, mas ele fiscaliza onde o dinheiro público está presente, então foi por isso que eu optei em procurar um partido porque somente com um partido hoje tu pode concorrer (LUIZ, Leandro, informação verbal).

Antônio Hebling, o Alemão Xuxa, foi candidato pelo PEN. Conhecido por seu comércio na cidade há 26 anos, além do seu envolvimento com o esporte amador e o trabalho social, ele obteve 643 votos, conseguindo a terceira suplência do partido. Ele migrou do PTB para o PEN, fundado para participar das eleições em 2016.

Eu sempre gostei da política e nos últimos tempos a gente vinha tendo uma preferência muito grande das pessoas pelo trabalho social que a gente faz. As pessoas começaram: porque tu não te candidata? Aí como eu já gostava da política, eu tive um convite pra filiar a um partido. Eu era filiado, mas aqui estava meio desligado do partido, que era o PTB, era filiado desde 1992. Aí fui convidado por um partido novo, o Pen, pra participar das reuniões, aí gostei das reuniões deles e acabei me filiando ao partido. [...] Foi por aí, mais ou menos, como eu já tinha um trabalho social muito grande, eu me candidatei a vereador. [...] Eu faço parte da liderança do grupo Solidariedade, abraço essa causa. [...] Ontem nós tivemos o encontro, separando roupas da campanha pra 159 pessoas necessitadas. A gente tem um cadastro de famílias, pessoas que precisam de ajuda, outras que não tem renda, ou baixa renda, aí que é meu envolvimento com a parte social. Desde 2006, cresceu muito de 2012 pra cá (HEBLING, Antônio, informação verbal).

Pessoas que são já conhecidas pelo seu trabalho social, geralmente, são convidadas por partidos políticos para se candidatar à vereança. Um dos interesses das instituições partidárias é o de agregar votos, já que é necessário alcançar o quociente eleitoral (QE) para conquistar cadeiras no legislativo. Jeferson Bonilha, conhecido por Lary, candidato pelo PR, participou de sua segunda eleição para vereador em 2016, convidado pelo partido. Com 1.105 votos, foi o 12º mais votado na disputa, mas não conseguiu se eleger porque a instituição não atingiu a quantidade mínima para conquistar cadeira. A expressiva votação é fruto de um trabalho social que realiza no Bairro Getúlio Vargas há, pelo menos, 15 anos.

O que eu faço é a questão do esporte, a questão de internação de usuário de droga, o pessoal me procura, eu levo, a gente ajuda, arruma com amigos sacolão pra levar pra entidade pra onde se leva. Fiz muito esse trabalho no projeto Neemias, na Quitéria, com o pastor André. Então é esse o meu trabalho. Na realidade, eu não sou ligado a nada. Eu sou um voluntário que faço trabalho social. Faço esporte com as crianças, principalmente aquelas que tem pai preso, tem pai usuário de droga, principalmente crack, que é uma coisa que está devastando as famílias. [...] A gente tem muito conhecimento, entendeu? As pessoas: Que, tu vais vir? Bah, que legal, então eu vou contigo, tu tens um trabalho, a gente vê. Foi isso. Muitos se surpreenderam. Se eu tivesse em qualquer outro partido, eu já tinha entrado, já estava lá há horas, entendesse? (BONILHA, José, informação verbal).

Há também aqueles que utilizam o esporte para realizar projetos sociais. Samir Santos é atleta profissional, lutador de boxe, e há dez anos desenvolve um projeto que ensina a luta para crianças em vulnerabilidade social. A falta de apoio financeiro e de uma sede para o projeto são dificuldades presentes no dia a dia do atleta, levando-o a aceitar o convite do PEN para se candidatar a vereador, com o intuito de viabilizar a continuidade do seu trabalho (informação verbal). Samir fez 464 votos.

Outro concorrente que também se aproximou da política da mesma forma é Cristiano Rocha, o Mestre Cristiano. Ele tem um projeto de artes marciais na cidade há, aproximadamente, 20 anos. As aulas de taekwondo são ministradas em bairros periferia e o objetivo é afastar os jovens da marginalidade e da drogadição. Cristiano foi convidado pelo PRB poucos meses antes do prazo final de filiação e decidiu concorrer pela primeira vez, obtendo 369 votos (informação verbal). Os dois utilizaram a possibilidade da candidatura como uma maneira de promover o projeto que desenvolvem.

O trabalho social que deu visibilidade à Miguel Degani é o de reabilitação de dependentes químicos. Ex-viciado, Miguel hoje tem uma comunidade terapêutica, chamada Esquadrão da Vida, que oferece tratamento totalmente gratuito a usuários de droga. O espaço físico funciona há sete anos. No entanto, o trabalho de Miguel nessa área é mais antigo. Em 1998, foi internado em uma comunidade para fazer o seu próprio tratamento por nove meses. Depois, tornou-se monitor nesse local por dez anos, além de fazer palestras sobre dependência química e uso de drogas para escolas e empresas. Também tem um envolvimento significativo na igreja católica, onde desenvolve, principalmente, um trabalho com casais. Por ter amizade pessoal com um político local – vereador Giovani Moralles – era filiado ao PTB. Quando o vereador migrou para o PEN, Miguel fez o mesmo movimento. Em 2016, foi convidado para se candidatar pela primeira vez e aceitou com o intuito de trabalhar com políticas públicas para dependentes químicos e no auxílio a comunidades terapêuticas. Miguel obteve 811 votos e ficou na primeira suplência do partido.

Eu faço parte hoje de uma comunidade terapêutica, sou o presidente e o coordenador, a comunidade lá é totalmente gratuita. Desde que ela fundou, já passou mil pessoas por lá e nunca ninguém gastou um real. [...] Muitos dos meus irmãos, amigos, que estão sempre comigo, a gente fundou isso aí, bah, cara porque tu não te candidata? [...] Com que dinheiro eu vou fazer isso, se eu não tenho dinheiro? [...] Vai, que a gente vai te apoiar. Tá, eu vou, mas eu não tenho dinheiro. Inclusive quem me ajudou em toda a campanha foi um dos meninos que há sete anos, quando a gente começou a trabalhar, foi o segundo a iniciar o tratamento na fazenda, terminou o tratamento de nove meses. Hoje ele está lá em Santa Vitória do Palmar e está abrindo um esquadrão da vida. Ele disse: eu vou fazer pão e rapadurinha e nós vamos fazer a campanha. E aí a gente começou a fazer a campanha (DEGANI, Miguel, informação verbal).

A experiência sindical ou a representação de associação de trabalhadores serve, em muitos casos, como porta de entrada para a carreira política. A vereadora

Denise Marques, conhecida como professora Denise, que disputava a reeleição em 2016, começou a sua trajetória no Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Rio Grande (Sinterg), onde ficou por três mandatos na coordenação, de 2000 a 2009. Filiada ao PT desde 2007, ela disputou a primeira eleição em 2008.

Eu vinha do movimento sindical e a gente sente necessidade de ocupar os espaços. Enquanto sindicalista do Sinterg, participamos de vários conselhos, de educação, de saúde, de previdência, que era regional, e a gente percebe que pra poder alterar ou defender a ideia de uma educação libertadora, mais popular, a gente tem também que estar inserido nesse espaço, porque constrói a política. Então, pensando nisso é que eu coloquei o nome à disposição. Na verdade, me filiei, me candidatei, porque tinha essa possibilidade, a categoria via em mim uma pessoa que poderia agregar. Concorri a primeira vez em 2008 e lá em 2008 foi uma campanha bem difícil. [...] Na época, eu fui a única mulher de esquerda do PT a colocar o nome à disposição pra concorrer, os outros 12 candidatos eram homens. Eram 13 candidatos que a gente teve na época (MARQUES, Denise, informação verbal).

Após essa experiência, Denise assumiu o cargo de secretária-adjunta da 18ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) no governo estadual Tarso Genro (PT)²¹. Em 2012, foi convidada a se candidatar novamente, obtendo a vitória. Nas eleições de 2016, conquistou a reeleição com 1.165 votos e, além da luta dos trabalhadores em educação, incorporou mais fortemente as questões relacionadas ao movimento de mulheres em sua campanha.

Jeferson Valadão é motorista de transporte de carga e participa do Sindicato dos Caminhoneiros. Apesar de não fazer parte da diretoria, atua como membro do sindicato desde a sua fundação e é ativo nas greves, junto a outros familiares também do ramo. Fora isso, nunca teve outro tipo de envolvimento com a política. Em 2016, foi convidado pelo PP para se integrar à lista partidária e se lançou na disputa, conseguindo 165 votos (entrevista por escrito).

O técnico agrícola Glauber Guerreiro disputou sua primeira eleição em 2016, também convidado pelo PP. Ele obteve 71 votos. Além de participar do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul, faz parte do Sindicato dos Produtores Rurais do estado há, aproximadamente, dez anos. Decidiu aceitar o desafio de se candidatar com o intuito de ajudar o trabalho dessas duas entidades e de defender o setor primário.

²¹ Tarso Genro (PT) foi governador do Rio Grande do Sul de 2011 a 2014.

Na realidade, foi a convite de um amigo político, faltavam algumas pessoas pra completar a listagem, pra poder acertar a parte do partido. [...] Essa pessoa me disse quem sabe aí está a oportunidade de tu desenvolveres um trabalho. Eu me formei, sou técnico agrícola, sou gestor em agronegócio, sou leiloeiro rural também, e sou um apaixonado pelo setor primário, eu amo a minha profissão. Então, a vida da gente, diariamente, vive de política, aí eu acabei aceitando, resolvi aceitar o convite pra esse desafio aí. Não era filiado a partido nenhum. Dentro de sindicato não existe partido, tem que desenvolver um trabalho pra categoria, defendendo a categoria. Então, por exemplo, eu faço parte do Sindicato de Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul, faço parte do Sindicato dos Produtores Rurais do estado, da nossa cidade aqui, então, tudo envolve o setor primário. Quando surgiu a oportunidade de ir pra política, seria uma forma de ajudar essas duas entidades, no caso (GUERREIRO, Glauber, informação verbal).

O vereador Flávio Maciel, o Flávio Vigilante, foi eleito para um segundo mandato na Câmara em 2016 com 921 votos. A sua aproximação com a política se deu tanto pela liderança comunitária quanto pelo movimento sindical. A primeira vez que concorreu foi em 2008, pelo DEM.

O que fez eu me aproximar da política foi justamente o movimento comunitário. Eu era líder comunitário no bairro onde eu morava, que era lá na Quinta, e tinha muita demanda, muitos problemas. Um bairro que não tinha calçamento, não tinha posto de saúde, não tinha telefone, não tinha internet, muitas ruas não tinham rede elétrica e a gente começou a trabalhar na construção do bairro praticamente. Na época a gente viu a necessidade de fundar uma associação de moradores, que ali não tinha. [...] A Vila da Quinta é muito grande, tem vários bairros, então a gente decidiu fundar uma associação específica lá pro bairro Santo Antônio e Quintinha, que são bairros lindeiros divididos apenas pela linha férrea. Aí depois da fundação da associação, que nós fundamos em 2005, em 2006 teve eleição pra diretoria no sindicato (dos vigilantes), foi aí que eu participei como membro da executiva, nós ganhamos a eleição no sindicato e começamos a caminhada no movimento sindical. Então, mais precisamente a minha força no movimento sindical foi de 2007 em diante. A gente assumiu como membro da executiva, não era presidente, mas era da executiva, e coordenei toda a mudança no sindicato naquela época (MACIEL, Flávio, informação verbal).

Em 2012, foi eleito, já pelo PSB. O termo “vigilante” no nome marca o trabalho no sindicato como propulsor da candidatura. Compôs, ainda, a Federação dos Vigilantes do Rio Grande do Sul e a Federação Nacional de Trabalhadores em Segurança Privada. Além das eleições municipais, Flávio também concorreu ao cargo de deputado estadual em 2010 e em 2014.

A participação em mais corridas eleitorais, certamente, ajuda na visibilidade do candidato na campanha municipal. Quando se reelegeu em 2016, já estava no Solidariedade, partido que fundou na cidade e preside desde 2014. Apesar de não fazer mais parte da direção do Sindicato dos Vigilantes há quatro anos, ampliou a sua

luta, ocupando a executiva nacional da Força Sindical, abrangendo a representação de outras categorias. De acordo com ele, durante o primeiro mandato, pautou questões relacionadas à segurança pública e aos direitos trabalhistas de algumas categorias, como guardas municipais, agentes de saúde e de proteção a endemias.

André de Sá, o Batatinha, vem de uma família de militantes do PT. Desde cedo, participou de passeatas e comícios e também se envolveu na associação de moradores do seu bairro, filiando-se ao PT no início dos anos 2000. Mas foi por meio da sua atividade profissional que começou a pensar na possibilidade de se candidatar, em 2008.

Eu fui embarcar, porque eu sou marítimo. Eu embarquei em navio, viajei algum tempo, depois resolvi sair, desembarcar do navio, e fui trabalhar no porto, na área portuária em uma empresa chamada Orion. Ali, nunca pensei em ser candidato a vereador, mas conversava com os trabalhadores e eles diziam: - Batatinha, tu poderia ser nosso representante. A gente precisa de um representante aqui na área portuária pra discutir as nossas questões. Aquilo foi amadurecendo, amadurecendo e eu mesmo assim achava que não seria o momento de ser vereador. Eu até tinha um sonho de chegar a essa casa como assessor, mas fui amadurecendo e resolvi me candidatar. A primeira eleição foi em 2008, eu fiz 1.364 votos. Na época, só tinha treze vereadores. Aí continuei os trabalhos e em 2012 eu concorri e consegui fazer 1.627 votos se não me engano, aí cheguei nessa casa como vereador do PT (SÁ, André de, informação verbal).

Depois da primeira eleição em 2008, ainda ocupou um cargo no Porto de Rio Grande como chefe do setor de embarcações, no governo Tarso Genro. Em 2016, se candidatou à reeleição, já pelo PSD, para onde migrou no final do seu primeiro mandato como vereador. Nessa eleição, conquistou 1203 votos. Apesar de reconhecer que foi por meio do trabalho na área portuária que conseguiu chegar à Câmara, André ressalta que ampliou a sua base eleitoral no primeiro mandato, com vistas à reeleição.

O que me sustentou a chegar nessa casa foi a ajuda dos trabalhadores portuários, eu tenho bem ciência disso. Só que o que acontece? Vai surgindo novas lideranças, a cada ano, a cada três anos, vai surgindo novas lideranças e tu também acaba trabalhando em outras áreas. Quando tu chega aqui na casa tu não pode ficar trabalhando apenas pra uma categoria, tu vai procurar onde tu pode ajudar. [...] Tu começa a ampliar, porque é normal de uma eleição pra outra, tu perder e tu ganhar voto e pra tu te manter tu tem que fazer esse trabalho. Eu não posso trabalhar somente no bairro Santa Tereza, que é o bairro que eu praticamente nasci e me criei, mas por exemplo, se eu dependesse do meu bairro pra ser vereador, nessa última eleição eu fiz cento e poucos votos ali. Então eu fiz mil votos fora do meu bairro, pessoas que acompanharam o meu trabalho e são trabalhos que eu fiz em outros bairros que as pessoas sabiam, conheciam. Pra ter uma ideia, eu busquei emendas parlamentares que foram usadas no BGV, no bairro da Quinta, no bairro Bolaxa, no Cassino, então, eu fui ampliando bases (SÁ, André de, informação verbal).

Rafael Missiunas é servidor público federal, atua como professor do Instituto Federal de Educação e administrador do Hospital Universitário. Ele sempre teve proximidade com as pautas defendidas pelo PT e era militante do partido, mas se filiou apenas no final de 2015 com o intuito de se candidatar à vereança. O convite para concorrer veio pela sua atuação como presidente da Associação dos Servidores Municipais por dois anos. Também tinha envolvimento tanto no sindicato dos professores quanto no dos técnicos-administrativos na Universidade. Em 2016, em sua primeira eleição, Rafael alcançou 572 votos (informação verbal).

Muitas pessoas que se dispuseram a se candidatar em 2016 se aproximaram desse universo por meio da política institucional e/ou partidária, auxiliando em campanhas, ocupando cargos de confiança no executivo ou no legislativo ou, até mesmo, na militância e no envolvimento em cargos dentro dos partidos. Hugo Leonardo Bozzetti – Léo Bozzetti – trabalhou nos bastidores da política durante anos, coordenando campanhas para vereador e deputado estadual. Por 13 anos foi filiado ao PMDB, de 2003 a 2016, mas não tinha nenhuma atuação partidária. Foi assessor de vereador por um ano e meio e, por meio do gabinete, auxiliava pessoas desempregadas a se inserirem no mercado de trabalho. Após discordâncias políticas, pediu exoneração da assessoria.

Em 2016, filiou-se ao PTB, para se candidatar e fez 809 votos. Apesar de ser conhecido no meio político, outra experiência o ajudou a angariar votos. Em 2013, foi eleito presidente da Associação dos Funcionários da empresa Yara, onde atuava como industrial.

A partir dessa pasta do emprego (no gabinete do vereador), eu ganhei alguns amigos e ajudei algumas pessoas. Começaram a procurar o Léo, eu comecei a entrar dentro dos bairros. Na associação da Yara, eu abri a associação. A diretoria da Yara quer me matar por isso. O que eu fiz? Eu fiz a associação da Yara, além de ser dos colaboradores, ser da comunidade, ser da cidade do Rio Grande. Comecei a emprestar pra CTG, pra time de futebol, pra todo mundo que queria fazer projeto social. [...] tudo isso foi o que construiu os meus votos. [...]

Aí tu começa a fazer as pessoas acreditarem em ti. A gente iniciou um trabalho de porta em porta, nos amigos dos amigos, dentro da Yara a gente começou a vender a ideia: olha o trabalho que o cara está fazendo aqui, sério, honesto, mudou a associação pra nós. Então, a gente começou a trabalhar em cima disso, foi onde eu consegui fazer 829 votos (BOZZETTI, Hugo Leonardo, informação verbal).

O vereador Ivair Souza – Vavá – disputou a reeleição em 2016, tendo sucesso ao obter 1.357 votos. A trajetória começou aos 19 anos, trabalhando como assessor de vereador por 16 anos. Depois, foi convidado pela administração do prefeito Janir Branco (PMDB) para assumir o cargo de supervisor da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, onde ficou por três anos. Na gestão Fábio Branco (PMDB), trabalhou por cinco anos como supervisor administrativo da Secretaria Municipal de Saúde. Apesar de ter ocupado cargos políticos, a filiação ao PMDB veio apenas em 2012, para concorrer à primeira eleição.

Na época não me passava pela cabeça ser candidato a vereador, não tinha essa pretensão nenhuma de ser. Muitas pessoas têm, querem ser vereador, eu não, não tinha essa pretensão, mas o partido precisava até para ter número de pessoas candidatas. Graças a Deus, eu consegui com 1.460 votos na primeira eleição. [...] Aí no segundo já vem em uma sequência, porque quando tu entra para vereador, tem alguns que não querem mais ser candidato à reeleição, mas a minha meta agora é ficar enquanto eu puder ficar. Se eu puder bater a meta do ex-vereador Kanelão, que ficou seis mandatos aqui, pra mim será até uma honra (SOUZA, Ivair, informação verbal).

Rogério Gomes é outro candidato que construiu a sua caminhada política por meio da ocupação de cargos públicos. A aproximação com a política se deu, primeiramente, pela candidatura do irmão, Renato Gomes, a vereador em 1992. A família trabalhava nas campanhas eleitorais em apoio ao irmão e, em 1996, quando este se elegeu, Rogério ficou como assessor por dois mandatos. Saiu da Câmara para assumir um posto na prefeitura como funcionário público.

Além de assessor parlamentar, foi secretário da administração na gestão Janir Branco (PMDB). Em 2008, ocupou o cargo de secretário geral de governo por seis meses. Após a eleição de Fábio Branco (PMDB), passou para o comando da Secretaria de Serviços Urbanos, onde permaneceu por quatro anos. Quando Alexandre Lindenmeyer (PT) venceu em 2012, o PPS passou a integrar a base de apoio do novo governo. Nessa administração também ocupou cargo, agora na secretaria do Cassino.

Concomitantemente, acumulava função de dirigente partidário, ocupando postos de tesoureiro, secretário e presidente do partido. Em 2016, quando o irmão saiu do legislativo para ser candidato a vice-prefeito de Alexandre Lindenmeyer (PT), Rogério decidiu concorrer para o seu primeiro mandato, sendo o quarto mais votado do município, com 2.430 votos. Sobre a vitória eleitoral em 2016, ele pontua:

Acho que a passagem pelas secretarias foi marcante, foi boa. Mas também a relação de parentesco, né? Não dá pra desconsiderar, porque eu sempre tive muito ao lado do Renatinho. E eu, pra teres uma ideia, na última eleição que o Renatinho concorreu a vereador, em 2012, ele estava com problema de saúde e eu pedi licença do município, me afastei para me dedicar à campanha dele. Então as pessoas meio que me confundiam, assim, a gente tem o mesmo eleitor, eu e o Renatinho, entendesse? As pessoas votavam no Renatinho por minha causa ou votam em mim por causa dele. Então, esse histórico do Renatinho ter se enveredado pra esse lado há vinte anos, ele me trouxe junto, sabe? (GOMES, Rogério, informação verbal).

Júlio Martins começou a fazer política ainda no movimento estudantil, com 12 anos. Foi integrante dos grêmios estudantis das escolas, além de ser ativo na União Riograndina de Estudantes Secundaristas, a URES, e ocupar a vice-presidência regional da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES). Presidiu, também, o Diretório Central dos Estudantes na Universidade Federal de Rio Grande e depois foi representante de movimento sindical.

Filiado ao Partido Comunista do Brasil desde 1985, candidatou-se pela primeira vez em 1986 para preencher a lista partidária. Em 1992, elegeu-se e se manteve vereador pelo PCdoB por cinco mandatos consecutivos, até 2012, quando concorreu ao executivo municipal. Apesar de vereador por tantos anos, nunca deixou de ter atividade profissional em paralelo, primeiro como ferroviário e depois como advogado (informação verbal).

A tentativa de retornar à Câmara de Vereadores em 2016 não foi bem-sucedida devido ao desempenho do partido, que não atingiu o quociente eleitoral. Mesmo com 1.181 votos, Júlio ficou de fora do legislativo.

Filho de uma militante do PT, Rovam Castro passou toda a infância dentro do PT, participando das reuniões junto com a mãe. Filiado internamente desde os 14 anos e, oficialmente, desde os 16, durante a adolescência, seu envolvimento maior foi com as campanhas políticas, sem uma militância constante ao longo do ano.

Em 2008, ingressou na Universidade Federal de Pelotas, onde se envolveu com o movimento estudantil. Lá foi representante de conselho e, também, do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Após o término do curso de Ciências Sociais, Rovam retornou para Rio Grande e participou da reativação da juventude do PT, tornando-se secretário. Foi, também, presidente da Associação de moradores do bairro Bolaxa, nos anos de 2011 e 2012.

Nas eleições de 2012, sua candidatura representou a juventude do PT e ficou na suplência. Após a escolha de dois vereadores eleitos para compor o secretariado

municipal, Rovani assumiu o mandato na Câmara e ficou por três anos (informação verbal). Em 2016, com essas experiências já acumuladas e com mais visibilidade, em decorrência da atuação no legislativo, conseguiu êxito eleitoral com 960 votos.

Suely Rosales foi filiada ao PCdoB por 15 anos e ocupou cargo de assessora parlamentar por 12 anos. Já após ter se desfilado do PCdoB, foi assessora do então deputado estadual Alexandre Lindenmeyer (PT) na Assembleia Legislativa. Mais tarde se filiou ao PT e, quando o deputado se tornou prefeito, foi convidada para trabalhar em seu gabinete. Em 2016, aceitou o convite do prefeito para disputar uma vaga no legislativo local, somando 153 votos.

Quando teve a proposta do prefeito: Quem sabe tu não vem conosco? eu fiquei pensando, pensei, pensei, o que eu tenho de experiência? Aí eu aceitei. Foi dado o meu nome no partido e foi aceito, uma porque eles estavam precisando de mulheres. Se não fosse eu, sairiam três homens. Tem a proporção dos 30%, se eu falasse que não queria, eram obrigados a tirar mais três homens. Aí tu te torna importante por causa da lei. Infelizmente em todos os partidos que eu conversei é sempre assim (ROSALES, Suely, informação verbal).

Apesar de já terem alguma trajetória política, muitas mulheres, como já visto, são convidadas a se candidatar apenas para preencher as cotas de gênero designadas por lei. Esse parece ser o caso de Isis Ohana, que concorreu pela segunda vez pelo PSDB em 2016. Filha de um membro antigo do partido, ela conta que sempre participou, junto ao pai, desse universo. A candidatura veio por influência dele, pois o partido necessitava de mulheres para concorrer. Filiada há mais de cinco anos, Isis conquistou apenas 18 votos (entrevista por escrito).

De origem humilde, Jaqueline Borges foi ter contato com o universo da política no ensino médio, por meio das aulas de História. Com 18 anos, filiou-se ao PSOL, em 2016, e foi convidada pelo partido para participar da disputa, também pela necessidade da participação feminina. Antes de se filiar, entretanto, já vinha participando das reuniões e conhecendo a sigla. Ela colocou seu nome à disposição, mas, pela falta de recursos e de apoio familiar à candidatura, não conseguiu fazer a campanha e contabilizou apenas quatro votos (Informação verbal).

Reginaldo Rodrigues, o Régis, candidato pela primeira vez em 2016 pelo PPS, participa da política desde o final da década de 1980, quando o pai disputou a eleição para o legislativo municipal. O pai se elegeu pelo PTB em 1988 e faleceu sete anos depois, no cumprimento de seu segundo mandato. Régis era assessor do pai, saiu da

Câmara com a sua morte e voltou para ser assessor de bancada do PL em 1996. Depois, foi também subdiretor da casa, totalizando 12 anos no legislativo. Ocupou, ainda, cargos no executivo municipal, como o de supervisor da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, chefe da equipe de Vigilância Sanitária e do Centro Municipal da Criança e do Adolescente. Depois, candidatou-se a conselheiro tutelar por três vezes consecutivas. Ficou oito anos no cargo, quando decidiu se afastar para concorrer às eleições para vereador, conquistando 597 votos.

Ainda estava faltando alguma coisa. Eu não concordando com a postura de muitos vereadores, eu sei que é uma casa eclética que recebe pessoas de tudo que é jeito, todas as formações. Enquanto a pessoas fogem da política, não querem saber da política porque é podre, eu digo que não, a política não é podre, podre são as pessoas. Existe médico bom e médico ruim, em toda a profissão é assim. Não que eu fosse resolver alguma coisa, mas eu acho que eu poderia dar a minha contribuição.

[...] Eu sai (do conselho tutelar) pra me candidatar. Alguns falaram que eu era louco, tinha mais três anos pela frente. Eram quatro. Mas queria tentar uma coisa diferente, dar um passo diferente, dar uma respirada, porque oito anos no conselho são oito anos de problemas diários (RODRIGUES, Reginaldo, informação verbal).

Luciano Gonçalves foi candidato pelo PT em 2016, mas sua trajetória política foi construída dentro do PMDB e do movimento estudantil. Inicialmente, fez parte do grêmio estudantil no ensino médio, depois participou da reativação da URES e chegou a ser vice-presidente na Zona Sul da União Gaúcha dos Estudantes. A atuação rendeu o convite para ingressar na política partidária. Foi presidente por três vezes consecutivas da juventude do PMDB na cidade, participou da criação de uma coordenadoria regional e foi secretário geral estadual da juventude no partido. Paralelo a isso, trabalhou na Câmara de Vereadores em vários cargos até a ser chefe de gabinete e conquistar um cargo administrativo da casa. Em 2012, participou da primeira eleição para vereador, já no PPL, fundado a partir de uma ala mais à esquerda do PMDB, chamada Movimento Revolucionário 8 de outubro. O PPL foi aliado do PT em 2012 na cidade.

Após as eleições, com a vitória do PT para o executivo, Luciano foi convidado para trabalhar na prefeitura, onde ficou por quatro anos. O PPL parou as atividades durante um período na cidade e, apesar disso, Luciano continuou no governo mesmo sem filiação. Ele migrou, por fim, para o PT, onde concorreu pela segunda vez ficando como segundo suplente, com 654 votos (Informação verbal).

Sandro da Silva era filiado ao PSB em Rio Grande e, no primeiro mandato do PT no executivo municipal, ajudou a costurar a aliança que resultou na indicação do vice-prefeito para a chapa. Ainda nesse partido, ocupou o cargo de superintendente do Departamento Autárquico de Transporte Coletivo (DATC), mas saiu seis meses após divergências com a administração. O desentendimento com o PSB na cidade o levou a se desfiliar no final de 2015. Migrou para Rede e se candidatou para ajudar o partido a ter uma representação, obtendo 160 votos (informação verbal).

Joelma Costa também se candidatou em 2016 por um partido que estava nascendo na cidade, o PSDC. Mas a trajetória política começou em 1990, quando foi assessora de um vereador do PDT. Após essa experiência, teve passagem pelo PT e pelo PCdoB, mas sem ocupar nenhum cargo por indicação dessas instituições. Em 2016, decidiu se desfiliar do PCdoB e ingressar no PSDC, onde ocupou o cargo de presidente do setor de mulheres e desenvolveu alguns projetos dentro de bairros. Apesar disso, ela conquistou apenas 15 votos (informação verbal).

Hoje vice-presidente do PSB em Rio Grande, Rubilar Junior, o Juquinha, iniciou sua vida política em 2007. Sem nenhuma experiência prévia, ingressou no partido já com o intuito de concorrer às eleições de 2008. Paralelamente às disputas eleitorais, Juquinha foi construindo sua trajetória política internamente. Foi diretor da juventude do PSB por dois mandatos, teve cargo de confiança no Porto durante o mandato Tarso Genro (PT), coordenou uma campanha para deputado estadual, e depois da disputa em 2012, passou a integrar o gabinete do então vice-prefeito Eduardo Lawson (PSB). Também concorreu à eleição para deputado estadual em 2014. Por fim, em 2016, conquistou 844 votos, ficando como primeiro suplente do partido (informação verbal).

A trajetória de Luciano Figueiredo, o Luka, é semelhante. Passou a se envolver com a política, quando decidiu se filiar para se candidatar em 2012, sem ter nenhum envolvimento anterior com qualquer tipo de movimento ou associação.

Até então nunca tinha ocupado cargo público, nada, nada, nada. Aí, em 2012 eu trabalhava no segmento de transporte rodoviário, no qual estou até hoje, e o pessoal começou, meus amigos: Tu conhece um monte de gente, porque tu não te candidata? Tu tens o perfil, és um cara comunicativo. Eu sou filho de caminhoneiro, também senti a demanda deles, que faltava representante. Fora isso, joguei futebol, eu tinha muito conhecimento no meio do futebol. Aí eu decidi concorrer (FIGUEIREDO, Luciano, informação verbal).

Em 2014 migrou para o PP e ocupou um cargo de confiança no Porto, em 2015, na gestão Sartori (PMDB)²². A migração para o PMDB ocorreu na data limite para a candidatura de 2016, já com a pretensão de aumentar as chances eleitorais.

Luka também traçou uma estratégia para aumentar a base eleitoral, aproximando-se da associação do bairro onde morava, trabalhando politicamente para auxiliar na resposta a demandas dos caminhoneiros e do transporte rodoviário. Com isso, conseguiu aumentar significativamente a votação em 2016, obtendo 1.239 votos e ficando como segundo suplente do PMDB.

Antes de se candidatar a vereador, Giovani Morales já havia ajudado em campanhas políticas de outros candidatos. Convidado para concorrer, filiou-se ao PTB em 1995 e disputou o cargo pela primeira vez em 1996. Em 2000, concorreu novamente, agora pelo PFL, e conquistou a primeira suplência chegando a assumir por determinado tempo o mandato em 2001. Depois da passagem pelo PLF, Giovani retornou ao PTB, concorrendo em 2004 e, novamente, ficando na suplência.

Como técnico em contabilidade, foi convidado ocupar um cargo na Secretaria da Fazenda, de 2005 a 2008. Foi apenas em 2008 que conseguiu se eleger pela primeira vez e, em 2012, conquistou a reeleição, também pelo PTB. Devido a divergências com a direção estadual do PTB, Giovani foi afastado da presidência do partido no município em setembro de 2015. Com o grupo de aliados político, fundou o PEN na cidade para poder concorrer à eleição em 2016, quando conquistou o terceiro mandato com 2589 votos.

Giovani conta que, apesar de nunca ter sido atuante em nenhum movimento organizado, é bem conhecido no seu bairro, onde tinha um escritório de contabilidade que atendia à população. Ele acredita que as reeleições são fruto de um trabalho desenvolvido por meio do gabinete.

É, a gente, claro, evidentemente quando tu, tu, quando tu passa a ocupar um gabinete, isso também te abre outros espaços porque as pessoas vêm a tua procura. Mas nós temos, nós temos um atendimento que a gente tem uma extensão do gabinete, né, onde a gente atende todas, todas as comunidades. A gente tem um trabalho que se faz também de encaminhamento de benefícios, essa coisa toda, né? E uma das coisas que às vezes eu faço questão de falar também, porque as pessoas pensam que o fato de tu muitas vezes atender, escutar o último grito de socorro de uma pessoa, tira o teu foco de vereador, de legislador. Não, se tu examinar aí tu vai ver que uma das últimas leis aprovada foi minha, agora a semana passada, entendesse? Então, eu tenho várias leis no município. [...] Ah, o Giovani é assistencialista.

²² José Ivo Sartori foi governador do Rio Grande do Sul na legislatura 2015-2018.

Não, a gente está na figura de vereador e nós temos aí o pronto socorro da comunidade, dificilmente uma pessoa bate na porta de um deputado, ela bate na porta do vereador, que é o pronto socorro, né? E nós muitas vezes, muitas vezes auxiliamos as pessoas em alguns direitos que elas têm e que elas não sabem [...].

Quando eu me elegi eu transformei a minha estrutura de casa num escritório lá no Parque Marinha e fui morar nos fundos. Desde o primeiro mandato. Eu tinha um escritório e uma garagem. Eu me elegi, daí eu já tratei de, de me readequar pra atender a comunidade. Todas as comunidades. Pra tu ter uma ideia eu já atendi até gente de fora da cidade. Por indicação, veio. Então a gente atende todas as comunidades. [...] Através desse trabalhosinho que a gente foi fazendo, formiguinha, né, tu vai trazendo conhecimento. Uma pessoa vai dizendo pra outra: Ah, fui lá no Giovani e ele me resolveu tal coisa (MORALLES, Giovani, informação verbal).

O vereador José Antonio da Silva, conhecido como Repolhinho, elegeu-se pelo PSDB para o terceiro mandato em 2016. Antes da experiência na Câmara, nunca havia se envolvido com política. Por praticar esporte amador e ser conhecido na Vila da Quinta, bairro onde nasceu e cresceu, ele foi convidado para ajudar na campanha do deputado estadual Adilson Troca (PSDB) e, depois, para se filiar ao partido.

O Adilson Troca deputado me convidou. Eu jogava futebol, lá na Quinta, participava muito ali e ele me convidou pra ajudar na campanha dele pra deputado. Eu ajudei, trabalhei, fizemos a campanha dele. Depois: vamos filiar? Eu digo não, eu não vou me filiar ao PSDB porque eu não gosto de política, não quero saber de política. [...] Um dia eu estou no cassino, teve uma convenção do partido no Hotel Atlântico e ele me convidou. Eu estou com a minha filha e eu venho vindo pela avenida, no Hotel Atlântico, e subi porque a governadora estava lá. [...] E quando eu vou espiar, ele estava na mesa da executiva do PSDB e me chamou: Olha, nós temos o nosso candidato, líder da quinta e foi o dia que ele me filiou. Eu fiquei com uma vergonha, num vermelhão, e aí me deu a palavra pra falar na executiva, nunca tinha falado no microfone. Eu trabalhava no Guanabara (supermercado) há vinte anos, era açougueiro, aí me filiei.

[...] Isso foi em 2003, porque eu fui concorrer em 2004. [...] Não tinha experiência, nada. [...] Quando foi em 2004 eu estava todo empolgado pra ir e realmente fui. O que aconteceu? Eu fiz 876 votos, não me elegi, acho que fiquei em 16º ou 17º suplente, eu não quero mais (SILVA, José Antônio da, informação verbal).

Depois da primeira disputa, Repolhinho conta que não participou ativamente do partido e continuou trabalhando como açougueiro. Já para 2008, por conta da boa votação que havia feito, foi procurado novamente pelo partido para se candidatar e ajudar a compor a nominata. A votação anterior expressiva facilitou a formação de uma equipe de trabalho para a campanha. Em 2008, ele conseguiu se eleger com 1.761 votos. A trajetória foi basicamente construída a partir dos mandatos. A base eleitoral é o bairro onde mora, que foi um dos principais focos de sua atuação na

Câmara. Depois da primeira eleição, houve a ampliação dessa base, e, em 2016, conquistou 2.780 votos.

Cláudio de Lima também não tinha nenhuma proximidade com o universo da política, mas a sua caminhada até chegar ao legislativo municipal em 2016 foi mais demorada. A convite de um amigo participou de reuniões do PSB e decidiu se filiar no início dos anos 2000. Claudio conta que tinha uma popularidade muito grande dentro da empresa que trabalhava como motorista de transporte coletivo, o que fez pensar em se candidatar em 2004. Por conta da diminuição do número de vereadores de 21 para 13, não concorreu naquele ano, participando da sua primeira disputa eleitoral em 2006 para o cargo de deputado estadual. Em 2008 se candidatou a vereador, mas o PSB ficou sem representação na Câmara. Migrou para o PTB em 2010 e, mais uma vez, tentou a vaga para a Câmara em 2012, quando ficou como primeiro suplente e assumiu por 50 dias. Voltou para o PSB e conseguiu se eleger nas eleições de 2016, com 967 votos. Claudio reconhece que uma mudança importante em sua vida contribuiu para o êxito eleitoral: o ingresso em uma comunidade cristã evangélica.

Hoje eu tenho um nicho eleitoral, eu estou falando da minha igreja, hoje eu tenho apoio. A minha igreja é a Assembleia de Deus Ministério Palavra da Fé, é uma igreja oriunda da Assembleia de Deus original, mas é um ministério independente. Hoje eu tenho o apoio de 80%, 90% da igreja e muito pontualmente eu encontro apoio em mais uma ou duas igrejas da cidade. E em 2016 a igreja já teve, sim, uma participação, ainda pequena diante dos 967 votos que eu fiz. Eu acredito que talvez 200, 250 tenham vindo da igreja. [...] Um voto faz a diferença, imagina 200? (LIMA, Cláudio, informação verbal).

Bispo da Igreja do Evangelho Quadrangular, Euclides Cunha se candidatou com o intuito de ser um representante dos evangélicos na política local. Natural de São Paulo, vem de uma família de políticos do PMDB. Dentro da igreja, sempre lidou com política, auxiliando na eleição de candidatos da instituição. Quando veio para o Rio Grande do Sul, tornou-se bispo e, depois de ter auxiliado muitas pessoas em suas campanhas, decidiu trilhar o caminho da própria candidatura.

Quando eu vim pro Sul, eu estou aqui há 15 anos, e aqui em Rio Grande estou há 7, eu vi que aqui no Rio Grande do Sul essa visão da igreja está muito arcaica, muito retrógrada. O crente da igreja aqui no estado ainda tem aquela coisa que política é do diabo. Ele não consegue entender, ele não consegue inserir a sociedade evangélica como um cidadão normal. [...] Eles não conseguem discernir que independente da religião que professa, são cidadãos como qualquer outro. Prestam contas, pagam impostos, são cidadãos como qualquer outro. Lá em São Paulo isso já evoluiu há 30 anos. Aqui no Sul ainda não. Então eu vi a necessidade de me candidatar também

pra mudar essa mentalidade e também porque eu cansei de apoiar pessoas que, tipo “ah, eu vou entrar lá eu vou fazer tal coisa, eu vou trabalhar em prol da sociedade”, e no fritar dos ovos ninguém faz nada, né? (CUNHA, Euclides, informação verbal).

Segundo ele, a igreja que pertence tem um projeto político, tanto a nível nacional quanto na região Sul, lançando candidaturas. Como seu representante, conseguiu angariar 758 votos e ficou na terceira suplência do PMDB.

Os católicos têm seus representantes, os umbandistas têm, o espírita tem, todo mundo tem. Os animais têm, então os evangélicos têm que ter também, né? Porque aí é uma representatividade social, no nosso caso, sócio religiosa, né? E também porque algumas coisas que estão sendo colocadas a nível social, eu entendo que diferem os princípios de um ser e da família. Então a ideia é combatê-los, entendeu? Porque eu acredito que o estado sendo laico, democrático e de direito, todo mundo tem o seu espaço, isso é inegável, não somos contra isso. Mas algumas coisas que são colocadas estão extrapolando um pouquinho, né? Então eu acho que eu tenho que estar lá pra combater. Não combater de uma forma negativa, mas combater de uma forma sadia (CUNHA, Euclides, informação verbal).

O uso da atuação profissional como principal bandeira para candidatura também está presente. O policial militar Edisnei Rodrigues (Sargento Rodrigues) decidiu ingressar na carreira política após a aposentadoria. Filiou-se ao Partido Progressista por volta de dois anos antes da eleição de 2016, já com o objetivo de se lançar na disputa. A pauta que mobilizou a sua candidatura foi a da segurança pública. Com 683 votos, o Sargento alcançou uma votação expressiva, ficando como terceiro suplente na coligação SD/PP (informação verbal).

Já a vereadora Andréia Westphal, a Tia Déia, que disputava a reeleição em 2016, aproximou-se da política partidária pelo trabalho que desenvolveu como diretora em uma escola de educação infantil da periferia da cidade.

Na escola eu comecei a desenvolver tudo o que eu podia. Tudo o que eu via nas outras escolas, sejam elas particulares, eu levei pra minha escola. Era a Escola Municipal de Educação Infantil Tia Luisinha, no bairro São João. E ali eu via que as crianças chegavam com dificuldades, com problemas, observando tu vias, muito quieta, muito agitada, muito agressiva. [...] Então eu comecei a puxar, as mães, a família, no geral, pra escola. Então, buscando parcerias não teve o que a gente não tenha conseguido fazer com o grupo de professores. Curso de espanhol, curso de português, tinha ginástica, tinha *taekwondo*, tinha curso de informática, passeios pra conhecer a nossa cidade, pra saírem daquele universo, então, tudo. [...] E nisso vieram dois representantes de dois partidos na escola, me convidando, já que eu tinha todo esse trabalho social porque que eu não me candidatava? Eu digo “olha, eu não entendo nada de política, nesse sentido”. Todo o ser humano é um ser político né, mas essa coisa de partido, de siglas, não tenho essa história, nunca tive. [...] Aí eu fiquei no PTB, eu busquei Getúlio Vargas, me achei

naquela linha trabalhista e nisso eu me filiei (WESTPHAL, Andréa, informação verbal).

Tia Déia se elegeu já na primeira campanha, em 2012. Migrou com seu grupo político do PTB para o PEN, partido pelo qual concorreu em 2016, obtendo a reeleição com 815 votos.

A inserção nos meios de comunicação também é uma forma de construir capital político. Surama Santos foi vereadora em 1996, 2000 e 2004, pelo PFL e pelo PP, e voltou a disputar uma vaga na Câmara em 2016 pelo PPS. Sua trajetória iniciou como radialista, comandando programas de rádio populares, onde fazia campanhas para causas sociais, como a de doação de fraldas geriátricas. Por meio do rádio, montou um grupo chamado Luluzinhas que faz trabalhos sociais no asilo, em orfanatos e promove jantares beneficentes.

A popularidade como radialista e as ações assistencialistas promovidas deram visibilidade para Surama, que foi procurada pelo antigo PFL para concorrer em 1996, sendo a segunda candidata mais votada do pleito. Depois do exercício de três mandatos parlamentares, seguiu como radialista e foi assessora parlamentar do vereador Renatinho, do PPS, que se elegeu vice-prefeito em 2016. Foi por um pedido pessoal dele, a fim de auxiliar na construção da nominata do partido, que Surama se filiou ao PPS e concorreu em 2016, conquistando a primeira suplência com 660 votos (Informação verbal).

Outro candidato que teve a sua vida pautada pela comunicação é o jornalista Edson Costa, também ex-vereador. No entanto, a trajetória também soma experiências no movimento estudantil, em grêmios e na União Riograndina de Estudantes, e no movimento sindical, primeiro como delegado sindical do sindicato dos trabalhadores em televisão e radiodifusão do RS representando a rádio que atuava, depois como delegado regional e diretor estadual. Começou a atuar em rádios na cidade no final da década de 1970, no esporte amador, onde também teve participação como atleta. Foi a carreira na comunicação que o aproximou da política partidária.

Eu entrei na comunicação, e aí fui fazendo carreira, fui trabalhando em vários veículos, e como eu te disse eu sou produto da comunicação, aí veio a questão da popularidade, da visibilidade. A partir disso surgiu a ideia de filiação a um partido político por convite, no início, eu não tinha a mínima intenção de disputar uma eleição, mas veio a eleição. Eu disputei três eleições pra vereador, na terceira fui eleito com muita sobra de votos, só pra

teres uma ideia de onde eu venho. Eu vim dessa questão estudantil, fui forjado também no esporte, na lide sindical, na comunicação social, fazendo sempre programas jornalísticos, sempre comentários, e aí desenvolvi a coisa que eu tenho até hoje que é a do jornalismo investigativo, eu gosto de investigar, eu sou um policial da comunicação. [...] Eu tenho disputado várias eleições pra vereador, quando não me elegi, eu acabei ficando sempre entre os três primeiros suplentes, sempre, todas as vezes, porque eu nunca consegui fazer uma campanha com a ostensividade no território municipal. Isso demanda recurso pra deslocamento, combustível, eu sempre fui muito pobre. [...] Esse foi o preâmbulo assim, até que cheguei nessa última eleição municipal (COSTA, Edson, informação verbal).

Edson Costa teve envolvimento, também, com a questão ambiental, sendo um dos fundadores do Centro de Estudos Ambientais, uma ONG ainda em funcionamento, que foi criada na década de 1980, em Rio Grande. Essa luta ecológica foi levada, ainda, para o rádio. O seu mandato como vereador veio em 1992 pelo PDT. Depois de, aproximadamente, 12 anos no PDT, migrou para o PTB, onde ficou por 10 anos. Nesse período, assumiu o cargo de diretor da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE) na região sul no governo estadual de Germano Rigotto²³. Saiu do PTB e, em 2012, disputou as eleições, agora pelo PCdoB, ficando na primeira suplência e assumindo por três vezes o mandato na Câmara. Em 2016, voltou para o PTB, que estava passando por uma reformulação na cidade, e disputou mais uma vez as eleições, conquistando 612 votos (Informação verbal).

Vinícius Gonçalves, conhecido como Vinny Deniro, sempre se interessou por política, participando, primeiramente, de movimentos de rua e de protestos na adolescência. Esse envolvimento gerou a decisão de se aproximar da política partidária. Filiou-se ao PCdoB em 2002, onde ficou por dez anos. Depois, foi para o Partido Verde, com o intuito de ajudar na reestruturação da instituição na cidade. Por causa de um problema interno, deixou o partido. No final de 2015, foi convidado pelo PTB para se candidatar a vereador em 2016.

Apesar de já ser relativamente conhecido pelo meio político por sua passagem em diferentes partidos, o convite foi fruto da visibilidade que Vinny recebeu após criar, em 2012, um grupo de debates políticos na internet (Informação verbal). Com mais de 60 mil membros, o grupo de facebook Rio Grande Atento discute a política riograndina. Vinny é um dos moderadores, incitando os debates, gravando vídeos sobre temas polêmicos e fazendo denúncias e críticas a figuras políticas. Isso alavancou a sua

²³ Germano Rigotto, do PMDB, foi governador do estado do Rio Grande do Sul entre 2003 e 2006.

candidatura que, mesmo com uma propaganda feita apenas pela página pessoal do facebook, obteve 572 votos.

O movimento estudantil e as pautas em defesa da juventude são a porta de entrada de muitos na política partidária. Essa é a trajetória de Joice Eslabão, que concorreu pela primeira vez à vereadora pelo PCdoB.

Eu já desde muito jovem já tinha interesse por política. No início, quando eu tinha 14 anos, eu me tornei vegetariana e comecei a militância mais na causa animal. Mas com 15 anos, a galera da União da Juventude Socialista (UJS) foi até a minha escola pra fundar um grêmio estudantil. A gente montou um grupo pra disputar a chapa, me colocaram como presidente, eu já conhecia a UJS. Então, foi aí que eu comecei a minha militância no movimento estudantil. E foi aí que eu conheci o PCdoB. A princípio não me filiei, mas militava bastante com a galera. Quando eu fiz 17 anos eu me filiei ao partido, porque eu queria organizar a conferência de juventude do partido aqui em Rio Grande. Então eu me filiei, mas eu já militava desde os 15, sempre votei desde o meu primeiro voto eu votei em pessoas do PCdoB, sempre tive uma identificação muito grande e aí foi que começou a minha caminhada. Quando eu entrei na universidade, comecei a militar no movimento estudantil universitário (ESLABÃO, Joice, informação verbal).

Militante da UJS, Joice afirma que sua candidatura foi uma decisão coletiva. Ela foi escolhida como representante do movimento dentro do partido, tendo como principal bandeira as políticas públicas para a juventude, e obteve 185 votos.

Chendler Siqueira também iniciou sua trajetória na política por meio da participação em grêmios estudantis e da militância na União da Juventude Socialista. Filiado ao PCdoB, foi assessor de vereador na Câmara. Além disso, passou a militar, também, nas pautas relacionadas aos povos tradicionais de matriz africana e na promoção da igualdade racial. Ele participou da primeira disputa eleitoral em 2016, conquistando 230 votos.

Teve o convite do partido, a manifestação do partido de me questionar se eu não teria essa vontade de me candidatar [...]. Então, foi um pouco dos dois. Eu já tinha uma vontade pessoal, justamente porque nos dois últimos anos que antecederam essa eleição que eu participei, eu estava mais inserido nas pautas dos povos tradicionais de matriz africana. Então, eu já vinha com uma caminhada no movimento de juventude, no movimento partidário como um todo e nesse segmento de promoção de igualdade racial dos povos tradicionais, que é um setor que não tem representatividade hoje, nem na Câmara de Vereadores, nem na Câmara de Deputados. É uma parcela significativa da sociedade, que não consegue ter eleito uma representação sua para tocar essas demandas. Então, vi o cenário oportuno, vi a minha trajetória me dando capacidade para estar à frente desse processo. [...] Eu vinha com as demandas do movimento negro, atreladas às demandas da juventude e dos povos tradicionais de matriz africana. Esse foi o recorte que eu tentei trazer e dar representatividade nessa candidatura a vereador (SIQUEIRA, Chendler, informação verbal).

A militância em movimentos sociais marca a história de Karina Rocha (Karina da Moradia), filiada ao PT desde 1996. Foi por meio da pastoral da juventude da Igreja Católica que ela conheceu o partido. Mas, em 2016, a sua candidatura veio para representar o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, do qual é coordenadora em Rio Grande. A sua participação no movimento começou na época de construção de um projeto habitacional do Minha Casa Minha Vida Entidades, quando entrou para militância e foi uma das beneficiadas com a moradia, entregue em 2013.

Nessa trajetória dentro do PT, desde 1996, a gente até se confunde, algumas pessoas pensam que eu sou professora, sou dos metalúrgicos, porque a gente está sempre envolvida, onde tem uma luta do trabalhador, a gente está. E isso também engloba a reforma urbana, porque a luta pela moradia não é uma luta somente pela casa. Tu tem que ter a casa, mas tu tem que ter toda infraestrutura, tem que ter a escola, tu tem que ter trabalho, tudo na volta da onde tu vai ter moradia. Isso é um direito que a gente tem, a gente sempre vai lutar por isso. Todas as pautas dos sindicatos, a gente está envolvido, sempre tem representação do movimento. Inclusive a gente participou do encontro mundial dos movimentos populares, eu estive na Bolívia, foi um encontro que o papa chamou, foram todos os movimentos sindicais, foram todos pra Bolívia e nós estávamos lá. Isso tudo antes de eu ser candidata a vereadora. Quando tu te filia a um partido e faz parte de uma luta, conseqüentemente, é natural ser candidata. E aí chegou o momento que o coletivo pediu que tinha que ter representação. Na época não seria eu, seria outra pessoa, só que essa outra pessoa desistiu, aí a gente se reuniu e chegamos à conclusão que teríamos que ter uma representação na Câmara de Vereadores, foi quando eu surgiu candidata a vereadora (ROCHA, Karina, informação verbal).

Antes dessa disputa, Karina também teve uma experiência como assessora parlamentar por um ano e meio e uma passagem curta como superintendente da Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária no primeiro mandato do prefeito Alexandre Lindenmeyer. Na eleição, conquistou 653 votos e ficou na terceira suplência do PT.

A causa animal foi o que impulsionou a primeira candidatura e a vitória eleitoral de Laura Fagundes, a Laurinha. Conhecida por sua luta em defesa de políticas públicas para os animais, candidatou-se com o intuito de ser uma representante dessa causa no legislativo municipal. Atuou por meio de coletivos de protetoras de animais em lutas que resultaram no fechamento do canil, na criação da lei do cão comunitária e de uma coordenadoria para os animais e na compra de um castramóvel para iniciar uma política de castração na cidade. Apesar de filiada ao PMDB, não possuía proximidade com o grupo político e nem participava das atividades da instituição. Por meio da visibilidade que ganhou pela atuação em defesa dos animais – por,

aproximadamente, seis anos – foi convidada pelo partido para concorrer em 2016, elegendo-se com 1.271 votos (informação verbal).

Já André Leitzke quis dar visibilidade às lutas dos deficientes físicos. Cadeirante, ele é membro da Fraternidade Cristã de Deficientes, uma associação que auxilia essas pessoas a se integrarem à sociedade, realizando visitas e grupos de apoio. A filiação no PTdoB foi realizada apenas para poder se candidatar, sem maiores vínculos com a instituição partidária. Na sua primeira eleição, André conquistou 51 votos.

Não tinha nenhum representante que fosse deficiente físico e como tenho um amigo que era deficiente físico e não ia se candidatar, eu decidi pra representar e pelo menos saber um pouco como era. O que eu conhecia de política era dos bastidores, mas não na candidatura. Ele me falou algumas coisas sobre as vezes que ele se candidatou e ele nunca conseguiu uma quantidade de votos significativa. Aí, eu queria saber também como era se candidatar e ver como era o processo. [...] O PTdoB ia começar a representação aqui em Rio Grande, era um partido novo, já não teria alguns vícios, que era o que eu pretendia, aí eu me filiei a esse partido. Como um amigo já estava trazendo pra RG esse partido, eu quis saber como era. Eu me filiei no partido exatamente pra poder me candidatar (LEITZKE, André, informação verbal)

Há, ainda, espaço para aqueles que não possuem nenhum tipo de vinculação com a política, partidária ou não, e nem com projetos sociais. Maicon da Silva (Maicon Jacaré) é ambulante há 12 anos e vende bebidas em eventos da cidade. Ele conta que a ideia de se candidatar surgiu dos amigos. Por conhecer um membro do PV, procurou o partido e se filiou já no prazo limite para a candidatura. Maicon obteve 125 votos.

Na verdade, eu não ia concorrer, mas vários amigos meus ficavam falando para eu ir. Eu sou muito conhecido, né? E na verdade o salário é bom. Seria por isso, quase. Na verdade, eu queria meio que ajudar as pessoas. [...] E aí eu queria entrar pra ver se eu tentava fazer alguma coisa. [...] O cara que vira vereador, ele é um dos mais conhecidos pela cidade, né? Então, por isso, por eu ser conhecido, que eu queria (SILVA, Maicon da, informação verbal).

Leandro Canary trabalhava como porteiro na Câmara de Vereadores e decidiu ser candidato por acreditar que a política precisa de mudanças e de novas ideias. Ele procurou o PRB, filiou-se no prazo estipulado e concorreu às eleições, obtendo 175 votos (entrevista por escrito). Outro candidato que se sentiu estimulado a entrar na disputa pelos amigos foi Ricardo Esteves, o Ricardinho da São Miguel. Motorista da empresa TECON, foi incentivado pelos colegas de trabalho a se lançar na política.

Sem conhecer praticamente nada, procurou um amigo que prestava serviço para Câmara e pediu ajuda para escolher um partido. A filiação ao PSDB veio dois dias antes de encerrar o prazo final.

Eles queriam que alguém da empresa entrasse para eles ter suporte. Eu achava que ia ajudar, eles achavam que tendo alguém conhecido dentro da política ajudaria o bairro deles (ESTEVEVES, Ricardo, informação verbal).

Ricardinho obteve 304 votos e ficou como suplente do partido. Diferentemente dos outros candidatos sem experiência e que demonstraram desinteresse em prosseguir nesse mundo, Claudio Alexandre parece ter iniciado uma trajetória na eleição de 2016. Mesmo sem nenhum treinamento prévio, ele procurou o PSDC, filiou-se e se lançou na disputa, conquistando 124 votos.

Na verdade, eu sempre tive o interesse na política e em me candidatar, mas não era filiado a nenhum partido. Vontade eu sempre tive, mas não tinha oportunidade, principalmente a financeira, porque tu sabe que não é só ir lá se candidatar e simplesmente dizer que tu quer, tem que ter financeiramente o suporte. Aí eu consegui, vi que tinha condição de concorrer e corri atrás de um partido por ter sido a minha primeira vez. Agora, por ter interesse de continuar, outros partidos já me procuraram. Mas como foi minha primeira vez, eu que corri atrás, eu que tive o interesse. Eu fui candidato pelo PSDC. [...] O partido precisava de candidato e eu queria me candidatar, eu procurei o partido e, como eles estavam precisando, abriram as portas pra mim. Mas por não concordar muito com a filosofia e como o jeito que foi, eu resolvi não continuar e procurei outro partido, que graças a Deus, como foi a minha primeira vez e eu pude me mostrar, outros partidos tiveram interesse. Eu tive três partidos me procurando, que mostraram interesse, e eu praticamente já acertei com um que vou vir na próxima (ALEXANDRE, Cláudio, informação verbal).

Caminho parecido está trilhando Uélington Garcia (Ton Garcia). A filiação ao PDT, entretanto, não veio, inicialmente, pelo interesse em se candidatar, mas pela vontade de conhecer mais a política. Militar reformado e advogado, enxergou na filiação uma possibilidade de auxiliar as pessoas e de melhorar a qualidade das lideranças políticas. Ele obteve 305 votos.

Estava no último ano da faculdade e resolvi me filiar num partido [...] porque eu não entendia nada de política, eu não conhecia nada de política mesmo, eu não me envolvia, não tinha tempo, cheguei a trabalhar em três empregos [...]. Eu já sabia que quando eu terminasse a faculdade, eu ia estar num melhor momento pra ajudar as outras pessoas também, porque eu ia ter minha tranquilidade financeira, minha tranquilidade de vida, minha maturidade também. Eu já estava com 31 anos, então eu pensei: porque não procurar um partido que eu ache interessante, que eu tenha alguma simpatia, que realmente me agrade? Falei com uma pessoa, falei com outra, falei com

meu vizinho e ele me falou do PDT, aí eu comecei a dar uma olhada no PDT [...]. O PDT me agradou, aí eu comecei a acompanhar as reuniões pra entender, pra ver o que acontecia mesmo. Quando chegou a época da convenção municipal, eu fui lá pra assistir, aí faltou candidato pra fechar a legenda. [...] E aí eles disseram por que tu não concorre? [...] Pra minha surpresa eu fiz 305 votos e olhando pra outros, o cara mais votado fez três mil e poucos votos, eu nunca fui uma figura política, nunca tive sindicato, nunca tinha cargo público, nem faço questão de ter [...]. Eu penso que eu passei trabalho, mas eu não quero ver as pessoas passando o mesmo trabalho que eu. Se puder evitar (GARCIA, Uélinton, informação verbal).

4.3 Considerações sobre as entrevistas

4.3.1 Candidatos

Os relatos trazidos pelas entrevistas mostram diferentes tipos de atributos sociais e políticos que impulsionam as candidaturas à vereança. Em resumo, identificam-se trajetórias delineadas a partir de relações de parentesco, da militância partidária, da política institucional – principalmente por meio da ocupação de cargos políticos, em movimentos sociais, movimento estudantil, sindicatos/associações de trabalhadores ou atuação como representante de categoria, movimentos religiosos, inserção em meios de comunicação, associações de bairro, trabalho social voluntário em diferentes áreas – com vínculos institucionais ou não –, destaque na atuação profissional (educação e segurança pública) e militância na causa animal. Ademais, é possível notar que muitos dos candidatos somam diversos atributos e experiências, ainda que alguns tenham mais destaque em suas trajetórias.

Apesar dos vínculos partidários não serem fortes entre a maioria dos candidatos nas eleições de 2016, os entrevistados demonstram que há uma série de recursos sociais, experiências e trajetórias que os levam até a decisão de disputar o pleito. Aqueles que possuem uma trajetória mais destacada, com visibilidade nas áreas identificadas, são os que alcançam, em regra, as melhores votações, mesmo que não sejam eleitos. Os entrevistados que conquistaram mais de 350 votos (30 ocorrências) estão nessa condição. É importante ressaltar que essa votação foi alcançada por apenas 71 ou 17,4% do total de 409 candidatos.

Para exemplificar essa afirmação, é possível observar alguns dos candidatos não eleitos que foram entrevistados e receberam mais de 350 votos. Apesar de já terem tido suas experiências apresentadas anteriormente, algumas delas serão

destacadas mais uma vez com o intuito de ilustrar o que está sendo dito. Nesse grupo, por exemplo, encontra-se a ex-vereadora por três mandatos Surama Santos, do PPS, que se aproximou da vida política devido a sua inserção na mídia como radialista, onde realizava ações filantrópicas. Também estão inseridos Samir Santos, do PEN, e Mestre Cristiano Rocha, do PRB, dois lutadores que possuem projetos sociais já antigos e conhecidos na cidade. Há o candidato Sargento Rodrigues, do PP, que construiu sua candidatura baseada na longa carreira de policial militar ou Margarete Cavalheiro, do PT, líder comunitária com extenso trabalho em prol da comunidade.

Outra informação que merece ser lembrada é a de que os candidatos mais bem votados não são, necessariamente, eleitos, devido aos cálculos relativos ao quociente eleitoral e partidário. Entre os 21 concorrentes mais bem votados, sete não se elegeram. Entre esses setes, estão quatro vereadores que buscavam a reeleição e um ex-vereador que tentava retornar à casa, ou seja, a maioria possui experiência política.

Como já visto, a disputa para o legislativo municipal garante, também, espaço para os que não possuem nenhum tipo de engajamento social ou político. Ao olhar a trajetória de alguns vereadores eleitos ou de candidatos que se projetaram por meio da política partidária e pela ocupação de cargos públicos, pode-se notar que muitos iniciaram sua atividade política a partir da primeira candidatura, o que parece ser o caso de alguns dos estreantes em 2016. Além disso, o que se constata é que um candidato sem um trabalho destacado na cidade ou alguma vivência dentro do partido, que não tenha vínculos associativos, geralmente, não obtém votação expressiva, a menos que tenha algum tipo de popularidade²⁴.

As entrevistas demonstram que não existem grandes barreiras para que uma pessoa se torne candidata, pois os partidos necessitam de pessoas dispostas a concorrer para compor suas listas. É comum, por isso, que os candidatos, em muitos casos, sejam convidados para disputar, com destaque para as mulheres, pela necessidade de cumprimento da legislação de cotas. Muitos aceitam o desafio com a consciência que estarão apenas ajudando o partido, a fim de que as instituições consigam somar mais votos e alcançar o quociente eleitoral.

²⁴ Um exemplo é o vereador Repolhinho, eleito para o segundo mandato em 2016. Açougueiro em supermercado, ele conta ter se eleito pela primeira vez por ser conhecido no bairro onde morava e por se envolver no esporte amador, sem ter trajetória político-partidária e nem trabalho social ou vínculo associativo. Ainda assim, sua eleição veio na segunda disputa eleitoral que participou.

4.3.2 Eleitos

Entre os eleitos, há diferenças a serem consideradas. Como já observado anteriormente, tanto a média de tempo de filiação partidária quanto a participação em eleições anteriores são maiores nesse grupo. Enquanto 71,15% do universo total de candidatos tinham de seis meses a menos de dois anos de filiação, 52% dos eleitos tinham 6 anos ou mais de filiação ao partido pelo qual concorreram. Já a respeito da participação em eleições, 72,6% dos candidatos nunca haviam disputado um cargo eletivo, enquanto 81% dos eleitos haviam disputado pelo menos uma eleição.

O perfil traçado no capítulo anterior demonstra que, apesar da maior diversidade entre os candidatos a vereador em relação a outros cargos legislativos, os eleitos ainda são, em sua maioria, homens, brancos, com ensino superior completo e com idades entre 41 e 50 anos – a corroborar o que a literatura identifica em relação a deputados. E, ao se olhar para a trajetória, também se notam diferenças entre o grupo de eleitos e não eleitos. As entrevistas com 12 vereadores eleitos em 2016 – 57,14% deles – mostram que todos possuíam algum tipo de treinamento prévio antes de obter uma cadeira na Câmara.

De todos os eleitos, 12 já eram vereadores, ou seja, foram reeleitos. Interessante notar que, mesmo na vereança, existe uma certa profissionalização da carreira, já que muitos continuam nela por longos anos. Cinco vereadores conquistaram a sua primeira reeleição. Entretanto, há três eleitos em 2016 que iniciaram o quinto mandato, um que iniciou o quarto e os outros três se elegeram para a terceira legislatura.

De acordo com Barreto (2008), apesar de não haver estudo definitivo sobre o tema, a carreira de vereador parece mais longa e estável que a de deputado, devido às possibilidades e aos custos envolvidos em cada uma. Uma das razões que pode explicar a permanência na Câmara Municipal são as opções limitadas que se apresentam a um vereador.

As perspectivas de um vereador são mais limitadas, pois raramente ele é nomeado para algum cargo de alto valor estratégico na escala federal e praticamente não tem opções de postos políticos eletivos de menor expressão. Logo, o que ele pode pretender é permanecer no cargo e, em caso de se tratar de progressão na carreira, tornar-se prefeito, deputado federal ou estadual; ser nomeado para alguma secretaria ou órgão administrativo estadual, e secretaria municipal (BARRETO, 2008, p. 134).

Lima e Barreto (2013) demonstram que grande parte dos vereadores do Rio Grande do Sul que se lançaram nas disputas para deputado estadual ou federal – de 2002, 2006 e 2010 – não possuíam uma candidatura competitiva. Para os que pretendem continuar na carreira política, a tentativa de reeleição a vereador passa a ser a opção com mais possibilidade de êxito. Para a maioria dos vereadores, o cargo no legislativo municipal será o único posto eletivo exercido.

Daqueles que tentaram a reeleição em 2016 – 18 ou 85,7% dos vereadores – seis não foram bem-sucedidos. Ou seja, 66,6% dos candidatos que se lançaram à reeleição lograram êxito. Além dos que buscavam se reeleger, seis ex-vereadores tentavam retornar à casa depois de já terem saído, mas nenhum deles conseguiu ter sucesso.

Nove vereadores foram eleitos para o primeiro mandato, o que significa uma renovação de 42,8%. Barreto (2008) chama atenção, porém, para a possibilidade de se considerar aqueles que assumiram como suplentes em mandato anterior. Ao decidirem disputar uma nova eleição, esses suplentes que assumiram os cargos são identificados pelos eleitores como parlamentares em busca da reeleição (BARRETO, 2008, p. 127). Quatro – dos nove novos vereadores – já haviam assumido a suplência no mandato anterior. Dois a assumiram em definitivo, exercendo o mandato até o final da legislatura. Outros dois, ocuparam a vaga por determinados períodos durante o mandato. Então, pode-se considerar que já eram conhecidos do eleitorado e, por isso, não seriam contabilizados na taxa de renovação da Câmara. Desse modo, a renovação ficaria em 23,8%.

A reeleição é um atributo valorizado na disputa. Aqueles que já ocuparam uma vaga na Câmara Municipal se tornam mais conhecidos diante do público e aumentam as possibilidades de atuação dentro da cidade. Em muitos casos, a melhora da situação financeira gera mais capacidade de investimento em campanhas eleitorais. A estrutura do gabinete, com os assessores, significa mais pessoas para trabalhar em prol do mandato e, conseqüentemente, mais pessoas que podem vir a ser cabos eleitorais. O candidato Edson Costa, do PTB, acredita que o fato de estar vereador auxilia na vitória eleitoral.

A máquina por si só acaba gerando votos, gerando apoios e gerando condições para as pessoas que disputam a eleição possam angariar quórum mais representativo no universo eleitoral da sua cidade. São duas coisas inegáveis. Há o desgaste? Sim, há o desgaste. Mas a máquina, o assessoramento, o trabalho de uma equipe paga com os cofres públicos, que

acaba, em período de reta final de eleições, sendo posta a serviço de uma candidatura [...]. Então, o povo acaba pagando campanhas para reeleição e por isso é tão difícil combater a máquina eleitoral (COSTA, Edson, informação verbal).

Júlio Martins, do PCdoB, foi vereador de 1993 até 2012 e tentou voltar à Câmara em 2016. Para ele, ser vereador é uma vantagem sobre os demais candidatos.

Tu estás na Câmara, tu tem todo o tempo pra fazer campanha. É diferente do outro lá que é candidato pela primeira vez, que é presidente de associação de moradores e tem que trabalhar a semana inteira no serviço dele e durante o fim de semana, fora do horário, ele cuida da associação de moradores, com toda uma cobrança dos moradores achando que ele é prefeito [...]. Então, assim, não consegue ter a mesma visibilidade do outro que é vereador. E nem o reconhecimento da comunidade (MARTINS, Júlio, informação verbal).

O vereador José Antônio da Silva – Repolhinho – do PSDB, eleito para o terceiro mandato, não possuía uma trajetória anterior antes de começar a tentar ser vereador em 2004. Inicialmente, foi a popularidade no bairro em que cresceu, a Vila da Quinta, e o envolvimento com o esporte amador, que impulsionaram a sua candidatura e garantiram a primeira vitória em 2008. Repolhinho, porém, reconhece como o mandato foi determinante para seguir na Câmara.

Quando tem uma base eleitoral como a tua profissão, vamos supor assim, ou que tu seja presidente de sindicato, presidente de associação de moradores ou tu és um médico ou alguma coisa que tenha de onde tirar votos, fica muito mais fácil. [...] Só que têm muitos vereadores que não tem base nenhuma. Como eu, eu não tenho base nenhuma, a minha base era a Vila da Quinta e o futebol. Aí, depois que tu te elege, tu começa a ter uma base, tu começa um trabalho. Queira ou não queira, só em tu estar na Câmara, tu já começa a poder fazer uma base pra ti, e vamos indo. Vamos ver até onde Deus quer que eu chegue (SILVA, José Antônio da, informação verbal).

Quanto à trajetória dos eleitos, pode-se perceber que entre os que nunca haviam estado na Câmara – nem como suplentes – existe uma caminhada que deu projeção a eles e possibilitou que alcançassem a vitória eleitoral.

Filipe Branco, do PMDB, é da família que ficou no poder durante 16 anos na cidade. Os Branco têm uma presença muito forte no município e o sobrenome carrega um grande peso político. O vereador, que obteve 2.016 votos é irmão do ex-prefeito por dois mandatos Fábio Branco, que foi também deputado estadual eleito em 2014²⁵

²⁵ Fábio Branco (MDB) foi reeleito como deputado estadual em 2018 e exerce, atualmente, o mandato na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

e secretário do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do governo estadual Sartori em 2015. Além do parentesco, Filipe foi presidente da juventude do PMDB por dois mandatos e coordenador desse setor na região sul do Rio Grande do Sul.

Outro vereador eleito para primeiro mandato em Rio Grande foi Benito Metalúrgico. Com 3.248 votos, foi o mais votado do município. Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Rio Grande e São José do Norte, Benito representava os trabalhadores do Polo Naval de Rio Grande. A crise que atingiu o setor, deixando milhares de pessoas desempregadas, alavancou a sua candidatura, pela promessa de lutar pela retomada dessa indústria²⁶.

André Lemes, vereador pelo PT, havia sido Secretário de Educação no primeiro mandato do prefeito Alexandre Lindenmeyer (2013-2016). Além disso, é servidor público da Universidade Federal do Rio Grande, tendo exercido o cargo de Diretor de Extensão da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, e é professor da rede pública municipal²⁷.

A vereadora Laurinha, como já apresentado na parte de análise de entrevistas, elegeu-se por sua luta em defesa da causa animal. Rogério Gomes, que também teve sua trajetória comentada acima, é filiado ao PPS há mais de 18 anos, fez campanhas para o irmão, que era vereador, e ocupou, durante três diferentes gestões, cargos políticos no executivo municipal.

Ainda que a disputa para o cargo de vereador admita a participação de candidatos sem nenhum tipo de experiência política e ações relevantes na comunidade, a obtenção do sucesso eleitoral fica quase sempre reservada aos que possuem algum tipo de engajamento social e/ou político no município ou aqueles que possuem uma trajetória interna dentro dos partidos políticos. Essas experiências ajudam a estabelecer uma rede de relações sociais e dão visibilidade eleitoral aos candidatos. O candidato e ex-vereador Júlio Martins corrobora essa constatação.

As pessoas não se dão conta, não é? Mas se tu pegar, quase todos tem uma trajetória. A gente pode gostar, pode não gostar, mas se tu pegar todos eles, eles vêm de algum lugar, no geral, eles não aparecem do nada, não é? Porque quem aparece do nada geralmente não se elege. Eu mesmo, eu fui uma série de coisas antes de ser vereador. [...]

²⁶ Sobre a crise do setor naval no município, mais informações em: Época Negócios, 2015; Confederação Nacional dos Metalúrgicos/CUT, 2015.

²⁷ As informações sobre as trajetórias dos vereadores Filipe Branco, Benito Metalúrgico e André Lemes foram retiradas do site da Câmara municipal de Rio Grande.

[...] Às vezes, alguns, os novos se elegem, eu sempre digo assim, quando muda 30%, 40% da Câmara é uma festa. Aí tu pega quem são os que mudaram. Todos eles têm uma história de um bom tempo, ou sendo candidato e não se elegendo, ou participando de alguma coisa na comunidade. Ou, às vezes, são patrocinados ou mantidos por algumas entidades, né? Também tem isso. [...] Movimento sindical, tem alguns dos setores do movimento sindical que apoiam, pega todo um setor do movimento sindical, o camarada tem aquela bengala ali, dali ele vai pra frente (informação verbal).

Flávio Maciel, vereador reeleito pelo Solidariedade também ressalta a importância da caminhada para a vitória eleitoral.

Eu acho que para se eleger tem que ter um trabalho. Obviamente que se o cara tem um trabalho e tem uma facilidade de inserção, é melhor. Mas sem o mínimo de trabalho eu não vejo. Simplesmente a pessoa ser legal, ser simpática, eu não vejo. E não adianta ter propostas, porque propostas todo mundo tem. Vou melhorar a saúde, a educação, isso é proposta de todo mundo, tem que já ter feito alguma coisa (informação verbal).

Eleito em 2016, com 2.430 votos em sua primeira tentativa, Rogério Gomes reconhece que o histórico familiar e a ocupação de diferentes cargos públicos no município foram determinantes para a sua vitória.

Assim ó, eu penso, tu tem que ter base, entendeu? Tu tens que ter uma base. Eu acho que a pessoa que não tem uma base, não tem um trabalho comunitário, simplesmente contar com os amigos não é fácil. Não é fácil. Eu acho que a pessoa tem que ter uma base. Por exemplo, no meu caso, esse histórico político familiar, o trabalho em cargos públicos, com certeza, acho que tu concorres, vamos dizer assim, numa condição mais favorável que daquela pessoa que não teve a oportunidade de mostrar o trabalho no cargo público, a pessoa que não teve a oportunidade, né, de estar à frente duma associação, eu acho que facilita muito. Ajuda, né? (informação verbal)

É possível notar, portanto, que por mais aberta que seja a eleição para o legislativo local, com a admissão de uma diversidade de perfis e trajetórias, o sucesso eleitoral é reservado a políticos em reeleição ou a candidatos que se notabilizaram por seu engajamento social em diferentes áreas de atuação ou, até mesmo, pela sua ligação com políticos importantes e tradicionais da cidade. Outro ponto importante de ser ressaltado é que, entre os entrevistados, aqueles que não tinham nenhum tipo de engajamento – seja partidário, seja na comunidade – eram a minoria mesmo entre os não eleitos.

5 Considerações finais

Durante as campanhas eleitorais, são os candidatos que se apresentam ao eleitorado pedindo votos aos eleitores, como representantes de partidos políticos. Se os estudos sobre as agremiações políticas, seu modo de funcionamento, seus processos de recrutamento e métodos de seleção de candidatos, são de extrema importância, também é importante conhecer melhor quem são as pessoas que se lançam na disputa aos cargos eletivos públicos. É desse grupo que serão escolhidos aqueles que estarão em diferentes esferas de poder político, legislando, fiscalizando e administrando a coisa pública.

Essa dissertação teve como objetivo central de pesquisa os candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Como já dito, as análises de Ciência Política brasileira sobre candidatos, sobretudo a respeito do legislativo local, ainda são restritas. A maior parte delas é sobre os parlamentos estaduais e federal e se dedica a investigar os métodos de seleção de candidatos no interior dos partidos políticos, principalmente a partir dos modelos de Norris e Rahat e Hazan. Além disso, os estudos costumam trazer o perfil dos candidatos, demonstrando quem são aqueles que ocupam as vagas nas listas partidárias, muitas vezes, fazendo apenas a descrição das características encontradas.

A proposta desse trabalho foi diferente: fazer um estudo com o intuito de identificar os atributos sociais e políticos dos candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Rio Grande, comparando eleitos e não eleitos. E mais do que descrever, o intuito é refletir sobre esses atributos e os analisar por meio do que há disponível na literatura sobre o tema e dos resultados obtidos.

Investigar os candidatos ao legislativo municipal pode parecer pouco relevante, mas a política realizada nas cidades influencia, diretamente, o dia a dia da população. Os municípios, como entes federados, junto à União e aos estados, desempenham um importante papel político. Por meio de autonomia concedida pela Constituição de 1988, as administrações são encarregadas de, por exemplo, oferecer serviços de saúde e educação para os seus habitantes, além de infraestrutura para a cidade, contribuindo com a qualidade de vida dos seus cidadãos. Nesse contexto, os vereadores, ainda que não sejam tão valorizados quanto outros cargos políticos, têm

um papel relevante de legislar sobre assuntos da cidade e sobre políticas públicas, e de fiscalizar os atos do executivo.

O senso comum pode apontar para a ideia de que a carreira do vereador é a porta de entrada para vida política, com o objetivo de ascensão para outros cargos mais prestigiados. No entanto, essa não parece ser a realidade. Esse cargo, considerado o mais baixo na hierarquia da carreira política brasileira (MIGUEL, 2003), na maioria das vezes, é a única função política a ser exercida pelo vereador, pelas dificuldades e exigências maiores apresentadas pelas disputas a assembleias legislativas e a Câmara dos Deputados (MALUF, 2006; LIMA; BARRETO, 2013).

A pesquisa não fez a investigação sob viés partidário, mas buscou compreender a totalidade dos aspirantes ao cargo. Para isso, optou por não só construir um perfil dos 409 postulantes ao legislativo local, por meio dos indicadores de gênero, raça, idade, escolaridade, ocupação, filiação e participação em eleições anteriores, mas por entrevistar o máximo possível de candidatos para compreender, em mais profundidade, seus atributos sociais e políticos.

Para o desenvolvimento dessa empreitada, foram diversas as fontes que serviram como suporte teórico, apresentadas no capítulo 1 da dissertação. São pesquisas sobre seleção de candidatos, recrutamento de eleitos, perfil de candidatos e eleitos, trajetórias e carreiras políticas sobre os legislativos municipais, estaduais e federal. Ainda que nenhum dos trabalhos apresentados no referencial teórico tenha exatamente os mesmos objetivos, métodos ou objetos dessa dissertação, as análises se concentram em investigar a formação de elites políticas e, por isso, se interseccionam e dialogam entre si, como demonstrado no percurso até aqui.

Após essa etapa, o capítulo 2 se propôs a ressaltar o contexto político de Rio Grande, principalmente dados referentes à eleição de 2016. Em Rio Grande, no pleito de 2016, o PT conquistou a vitória eleitoral sobre o PMDB na disputa para o executivo municipal. No legislativo, 23 agremiações partidárias apresentaram 409 candidatos para concorrer a 21 vagas. Primeiramente, foram analisados os atributos sociais e políticos dos candidatos eleitos e não eleitos por meio dos indicadores selecionados, a saber: gênero, raça, idade, ocupação, escolaridade, tempo de filiação partidária no partido pelo qual o candidato concorreu e participação em eleições anteriores.

Assim, como em todas as esferas de poder político no Brasil, as mulheres são minoria, tanto como candidatas, quanto como eleitas, no legislativo municipal de Rio Grande. A participação delas nas eleições, desde 1996, tem aumentado em

decorrência das leis de cotas. Nas eleições de 2012 e 2016, essa participação chegou ao patamar dos 30%, devido à Lei 12.034/2009 que passou a obrigar os partidos políticos a reservarem, no mínimo 30%, e no máximo, 70% das vagas para cada sexo. Em 2016, as mulheres corresponderam a 33% do total de candidaturas, o maior número obtido até então.

No entanto, ao se verificar o grupo dos eleitos, apenas 14,28% são vereadoras (3 dos 21). Ou seja, apesar da legislação de cotas resultar em aumento da participação de mulheres nas corridas eleitorais, essa maior participação não gerou aumento do espaço reservado a elas na Câmara Municipal. Essa constatação corrobora com os achados de diferentes pesquisas sobre o tema (ARAÚJO, 2009; BOHN, 2009; MIGUEL, 2009; BOLOGNESI, 2012; PINTO, MORITZ; SCHULZ, 2013; SILVA, 2014; PEIXOTO; GOULART; DA SILVA, 2016, 2017; ANDRADE; MACHADO, 2017). Foi possível perceber, ainda, que mais de 40% das candidatas não possuíam expressividade eleitoral, obtendo menos de 30 votos. Sete mulheres, inclusive, não computaram nenhum voto nas urnas. Essa situação pode indicar a inclusão de candidatas nas listas partidárias apenas para cumprimento da legislação eleitoral, o que foi relatado por alguns candidatos entrevistados.

Quanto à raça, as pesquisas apontam para a baixa representatividade de negros e pardos na política. Majoritariamente, a elite política brasileira é branca, até mesmo em legislativos subnacionais (JOHNSON III, 2000; UNINEGRO, 2011; CAMPOS; MACHADO, 2004a, 2004b). Ao comparar a proporção de não brancos na população riograndina com a proporção desses candidatos presentes na eleição de 2016, porém, não há indícios de sub-representação. A porcentagem de negros e pardos no pleito é quase a mesma que a da população. Devido à falta de dados disponíveis, já que a raça passou a ser informada pelo TSE apenas em 2014, não foi possível fazer o comparativo com outros pleitos para saber se essa é uma tendência que se repete ou um ponto fora da curva.

A proporção de candidatos não brancos eleitos, também, mantém-se quase igual. A Câmara de Vereadores de Rio Grande, portanto, parece apresentar uma representação legislativa de negros e pardos proporcional ao que é encontrado na cidade. Porém, quando a raça se intersecciona com o sexo, o quadro se altera. Os homens são a maioria entre os candidatos não brancos (69,5%), enquanto as mulheres desse grupo são maioria populacional na cidade (50,85%). Entre os eleitos

não brancos, não há nenhuma mulher. A dupla opressão sofrida pelo racismo e pelo sexismo retira as mulheres negras dos espaços de poder.

No que se refere à idade, os candidatos estão concentrados na faixa etária de 41 a 50 anos (28,12%) e de 51 a 60 anos (28,12%). Enquanto isso, os jovens, de 18 a 30 anos, representam apenas 10,3% do total dos que participaram da corrida eleitoral. Em relação à população, há uma sub-representação da juventude e uma sobrerrepresentação das demais faixas etárias no pleito. Entre os eleitos, a juventude tem ainda menos espaço, representando 4,76% dos vereadores. Já a faixa etária de 41 a 50 anos representa 42,86% do parlamento, seguida por 23,8% de vereadores entre 31 e 40 anos e 23,8%, entre 51 e 60 anos.

A literatura aponta algumas das chaves interpretativas para entender o porquê da concentração dos candidatos e eleitos na faixa dos 40 anos ou mais. Isso estaria atrelado ao acúmulo de experiência política prévia (CARNEIRO, 2009; BOLOGNESI, 2009, 2013; DAMIN; REBELLO, 2009; PRATTI, 2013; MASSIA, 2013) ou a uma vida mais estável e madura, com mais disponibilidade para a atividade política (MARQUES, 2007).

Os dados relativos à escolaridade demonstram que há uma diversidade de níveis entre os candidatos a vereador em Rio Grande, desde aqueles que não completaram o ensino fundamental até os que são formados no ensino superior. Porém, é maioria os candidatos que possuem o ensino médio completo (39,85%). Já entre os eleitos, há sobrerrepresentação de vereadores com ensino superior completo (52,38%). A escolaridade foi um recurso político importante nas eleições em análise, ainda que a concentração de eleitos com nível alto de escolaridade fique aquém da encontrada no parlamento federal (PERISSINOTO; MIRÍADE, 2009).

A diversidade de ocupações também esteve presente no pleito para vereador de Rio Grande, em 2016. Além das carreiras já tradicionais de serem encontradas em corridas eleitorais para os legislativos estadual e federal – funcionários públicos, empresários e profissionais liberais –, a presença de candidatos de classes populares foi significativa. A maioria dos candidatos a vereador é de trabalhadores assalariados urbanos (19,07%), seguidos por empresários/comerciantes (10,76%) e profissionais de formação superior (9,53%).

Entre os eleitos, a classe mais bem representada é a de profissionais com formação superior (23,8%), seguida pelos vereadores (19%) e pelos assalariados urbanos (14,3%). Esses últimos, ainda que em menor proporção, conseguem uma

participação expressiva no legislativo local, o que não é comum nos parlamentos estaduais e no federal.

No que se refere aos atributos políticos, os achados desse estudo exploratório demonstram que os candidatos a vereador de Rio Grande em 2016 não tinham vínculos partidários fortes nos partidos pelos quais concorreram: 71,5% deles não possuem, ao menos, dois anos de filiação partidária. O tempo médio de filiação dos candidatos é de três anos e oito meses e apresenta diferenças em relação aos partidos. Enquanto PT, PSDB, PCdoB, PMDB, PP, PSB e PPS têm de quatro a oito anos de tempo médio de filiação, os outros 16 partidos têm de seis meses a três anos.

Aqueles que obtiveram êxito eleitoral, no entanto, apresentam vínculos partidários mais sólidos com os partidos pelos quais concorreram. O tempo médio de filiação entre eles passa para oito anos e 11 meses. Embora 52,37% dos vereadores tenham pelo menos seis anos de filiação partidária, 33,33% deles eram filiados há menos de dois anos. Os dados demonstram que, nessa eleição, houve espaço tanto para o recrutamento lateral quanto para o recrutamento endógeno dos políticos (MARENCO DOS SANTOS, 2000).

A experiência de ter participado de uma eleição anterior para um cargo legislativo não é compartilhada pela maioria dos candidatos, já que 72,6% deles nunca haviam sido testados na urna. Entre os eleitos, entretanto, a realidade muda. Apenas 19,04% estavam nessa condição. Os demais vereadores já haviam participado de, ao menos, uma disputa anterior, sendo que a maioria deles (42,86%), participou de três ou mais corridas eleitorais.

Após a análise dos indicadores, o capítulo 3 se dedicou a apresentar as informações trazidas por 52 entrevistas com candidatos a vereador, 40 não eleitos e 12 eleitos. A partir dos relatos, foi possível perceber uma série de recursos e experiências que impulsionam as candidaturas nas eleições de 2016 em Rio Grande. São diversas as trajetórias dos candidatos que, muitas vezes, não possuem relação direta com a política, mas estabelecem redes de contato e vínculos com a comunidade, importantes para serem utilizados na corrida eleitoral.

De modo geral, os candidatos a vereador entrevistados apresentaram trajetórias construídas a partir da militância partidária, da política institucional, principalmente pela ocupação de cargos políticos, da participação em movimentos sociais, movimento estudantil, sindicatos/associações de trabalhadores ou representação de categoria profissional, movimentos religiosos, inserção na mídia,

associação de bairro, trabalho social voluntário, institucional ou não, destaque na atuação profissional e militância na causa animal. Ainda que sejam minoria, pelo menos entre os entrevistados, há aqueles que não possuem nenhum tipo de engajamento social ou político entre os que participaram da disputa.

A intenção das entrevistas não foi a de oferecer dados estatísticos, mas informações qualitativas que ajudassem a compreender melhor quem são as pessoas que se lançam na disputa ao cargo de vereador. Os candidatos, em relação a suas trajetórias e experiências políticas, apresentam perfis bem heterogêneos entre si.

A disputa ao legislativo local de Rio Grande em 2016 se mostrou um espaço diverso, contemplando tanto políticos profissionais, militantes partidários, pessoas com diferentes tipos de engajamento social na comunidade até aqueles que têm pouca ou nenhuma proximidade com a política, seja ela partidária ou não.

Apesar de muitos não possuírem vínculos sólidos com os partidos pelos quais concorreram e de não terem experiência prévia em disputa eleitoral, uma série de recursos, qualificações, engajamentos associativos e comunitários os aproximam do mundo da política e os levam a concorrer ao pleito.

Se a disputa eleitoral é aberta ao ponto de receber pessoas sem nenhum tipo de treinamento prévio, seja, diretamente, na política, seja no exercício de trabalhos sociais e comunitários, o espaço ocupado pelos eleitos não comporta esse perfil.

Mesmo os que nunca haviam estado na Câmara dos Vereadores (nem como suplentes) possuíam relações de parentesco e vida partidária ativa (Filipe Branco), longos anos de ocupação de cargos públicos e no partido (Rogério Gomes), militância social na causa animal (Laurinha), militância sindical (Benito Metalúrgico) e ocupação de cargo público (André Lemes). Esses candidatos, por meio de suas experiências, construíram visibilidade junto à comunidade, o que se reverte em viabilidade eleitoral.

Os demais eleitos ou já haviam exercido a função de vereador como suplentes em dado momento, ou já eram vereadores. Considerando que os suplentes, ao disputarem nova eleição, podem ser identificados pelos eleitores como vereadores (BARRETO, 2008), a taxa de renovação da Câmara cai de 42,8% para 23,8% em 2016. Ser vereador é um atributo valorizado na disputa. A vaga na Câmara garante maior visibilidade frente a população e aumento das possibilidades de atuação na cidade, além de poder significar maior capacidade financeira para campanhas eleitorais.

Em relação às hipóteses apresentadas na introdução, a heterogeneidade de perfis entre os candidatos se confirma. Os dados corroboram, também, para a predominância de postulantes a vereador com ensino médio completo e para presença significativa de assalariados urbanos na disputa, algo incomum nos pleitos para deputado. Quanto à presença reduzida de jovens e de mulheres, essa parece ser a regra das disputas políticas no Brasil. Em relação à presença de negros, não se pode falar em reduzida participação, pois a taxa de participação de não brancos nas eleições e entre os eleitos reflete a proporção em que se encontram na população riograndina. Entretanto, ao se levar em consideração o sexo e a raça, percebe-se que as mulheres negras estão sub-representadas na disputa e não aparecem no grupo dos eleitos.

Foi confirmado, também, que a maior parte dos candidatos não possui experiência em eleições e tem pouco tempo de filiação no partido pelo qual concorreu. Porém, entre os eleitos, há mais experiência política institucional e mais tempo de vínculo com o partido. A partir das entrevistas, foi possível confirmar, ainda, a hipótese de que a maioria dos candidatos a vereador possui diferentes tipos de vínculos associativos, de engajamento político e social.

Desse modo, a pesquisa cumpre o objetivo de identificar os atributos sociais e políticos dos vereadores nas eleições de 2016, fazendo um comparativo entre candidatos eleitos e não eleitos. O estudo exploratório apresenta um panorama daqueles que se lançaram na disputa em análise. Através dele, percebe-se que a corrida eleitoral no legislativo local tende a ser um território político mais diversificado que as disputas estadual e federal. Ainda assim, grupos sociais como jovens, mulheres, principalmente as negras, estão pouco representados nesse contexto. Ao olhar para os vereadores eleitos, suas características e experiências, tem-se um conhecimento de quem são aqueles que representam a população riograndina e quais são os atributos que o diferem dos demais candidatos, apontando para alguns indícios dos motivos que os levam a conquistar o êxito eleitoral.

Essa pesquisa é um estudo de caso e não tem a pretensão de ter seus achados generalizados e utilizados em outros contextos. Apesar dessa circunstância, espera contribuir para que se tenham mais informações sobre as dinâmicas da política nos municípios. Diferentes estudos sobre candidatos aos legislativos municipais podem vir a se acumular, a fim de construir um conhecimento mais sólido acerca do tema. Além disso, a presente dissertação contribui para aumentar o rol de estudos sobre a

cidade de Rio Grande, estimulando que mais pesquisas sejam produzidas sobre a elite política local.

Referências

1 Material Bibliográfico

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; CARNEIRO, Leandro Piquet. Liderança local, democracia e políticas públicas no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 1, maio, 2003.

_____. Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, 2008.

ÁLVARES, Maria Luiza Miranda. **Formação de elites & seleção de candidaturas: o "jardim secreto" da elaboração de listas partidárias**. 31º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2007.

_____. Mulheres Brasileiras em Tempo de Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e Degraus de Acesso aos Cargos Parlamentares. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, 2008.

_____. Recrutamento Político & Seleção de Candidaturas: As Listas e as Lideranças no Jardim Secreto. **V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP)**. Buenos Aires, 2010.

ALTMANN, Cristina. **Política local e seleção de candidatos a vereador: contribuições a partir do caso de Pelotas (RS) em 2008**. Pelotas, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Pelotas.

_____. Aspirantes a vereador: dinâmicas de seleção e perfil de candidaturas partidárias: o caso de Pelotas (RS) em 2008. **27º Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires**. Buenos Aires, 2009.

ANASTASIA, Fátima; CORREA, Izabella; NUNES, Felipe. Caminhos, veredas e atalhos: Legislativos estaduais e trajetórias políticas. In: MENEGUELLO, Raquel (Org.). **O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública**. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2012.

ANDRADE, Denise Almeida de; MACHADO, Mônica Sapucaia. Participação política das mulheres: desafios para equidade. **Revista Jurídica UNI7**, Fortaleza, v. 14, n. 2, jul.-dez 2017.

ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 6, n. 1, 1998.

_____. Analisando estratégias - potencialidades e limites das políticas de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, 2001.

_____. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 2, jul.-dez. 2009.

_____. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9, set.-dez. 2012.

BARBOSA, Erivaldo Moreira; MACHADO, Charliton José dos Santos. Gênese do direito do voto feminino no Brasil: Uma análise jurídica, política e educacional. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n.45, mar. 2012.

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004). **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, jun. 2008.

_____. Como a Ciência Política analisa os que vivem da política no Brasil contemporâneo: tendências, linhas interpretativas e aportes analíticos. **I Congresso Latinoamericano de Teoría Social**. Buenos Aires, 2015.

BRASIL. **Lei 9.100, de 29 de setembro de 1995**. Estabelece normas para realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9100.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019.

BRASIL, Lei 9.504, **de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm>. Acesso em: 26 mar. 2019.

BRASIL, **Lei 12.034, de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.054 de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de julho de 1965 – Código Eleitoral. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm> Acesso em: 26 mar.2019.

BRASIL, Lei. **Lei 13.165, de setembro de 2015**. Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13165.htm>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BOHN, Simone. Mulheres brasileiras na disputa do legislativo municipal. **Perspectivas**, São Paulo, v. 35, jan.-jun. 2009.

BOLOGNESI, Bruno. **Candidatos e eleitos**: o recrutamento político nos partidos paranaenses nas eleições 2006. Curitiba, 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná.

_____. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? **Paraná Eleitoral**: Revista de Direito Eleitoral e Ciência Política, v. 1, n. 2, 2012.

_____. **Caminhos para o poder**: a seleção de candidatas a Deputado Federal nas eleições de 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política). São Carlos, 2013. Universidade Federal de São Carlos.

BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. Candidatos e eleitos: recrutamento e chances de sucesso nas eleições de 1998 e 2010. **Paraná Eleitoral**: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política, v. 2, n. 1, 2013.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; BOLOGNESI, Bruno. Dimensões do Processo de Seleção de Candidatos da Classe Política Brasileira: autopercepções dos candidatos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2010. In: MARENCO DOS SANTOS, André (Org.). **Os Eleitos**: representação e carreiras políticas em democracias. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

_____. Dossiê Recrutamento Político e Seleção de Candidatos nas democracias contemporâneas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, mar. 2013.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PRAÇA, Sergio. Recrutamento partidário: seleção de candidatas à Câmara paulistana. In: KINZO, Maria D'Alva; BRAGA, Maria do Socorro (Org.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas; CNPq, 2007.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes. Eleições 2008: por quem e como são selecionadas as listas partidárias às Câmaras de Vereadores de três capitais brasileiras. **33º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, 2009.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, jun. 2009.

CAMPOS, Luis Augusto. Socialismo Moreno, Conservadorismo Pálido? Cor e Recrutamento Partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas Eleições de 2012. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, 2015.

CAMPOS, Luis Augusto; MACHADO, Carlos. A raça dos (in)eleitos. **Insight Inteligência**, ano XVII, n. 67, out.- dez. 2014.

_____. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.16, abril 2015.

_____. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, mar. 2017.

CARNEIRO, Andrea Rodrigues. **Processo de seleção de candidatos ao cargo de deputado federal no Estado do Rio de Janeiro: Organizando as “peças” do “quebra-cabeça”**. Tese (Doutorado em Ciência Política) Rio de Janeiro, 2009. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

CARVALHO, Celso Luis. **Coalizões no município de Rio Grande/RS e os governos de PMDB/Família Branco (1996-2012): estratégia, formação e administração**. Pelotas, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Pelotas.

CERVI, Emerson Urizzi; COSTA Luiz Domingos; CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato. Dinheiro, profissão e partido: a vitória na eleição para deputado federal no Brasil em 2010. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, jan.- abril 2015.

CORADINI, Odaci Luiz. Origens sociais, mediação e processo eleitoral num município de imigração italiana. In: BARREIRA, Irys; PALMEIRA, Moacir (Orgs.). **Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. **Em Nome de quem?** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 28, jun. 2007.

_____. Representação política e de interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 1, jan.- abril 2011.

_____. Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 41, fev. 2012.

COSTA, Thiago Cortez. **Representação Política Feminina: Modelos Hierárquicos para análise dos Resultados Eleitorais de 2006.** Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais). Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

COUTO, Cláudio Gonçalves; ABRUCIO, Fernando. Governando a cidade? A força e a fraqueza da Câmara Municipal. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade, v. 9, n. 2, abril-jun. 1995.

COUTO, Priscila Alves Juvino. **Mulheres e política: percepções e atuação política das vereadoras de Campos dos Goytacazes.** Campos dos Goytacazes, 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro.

CZUDNOWSKI, Moshe M. Political Recruitment. In: GREENSTEIN, Fred I.; POLSBY, Nelson W. (Org.). *Micropolitical Theory*. **Handbook of Political Science**, v. 2, Reading Massachusetts, Addison-Wesley Publishing Company, 1975.

DAMIN, Cláudio Júnior; REBELLO, Maurício Michel. Perfil dos candidatos à Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul para a 52ª legislatura (2007-2010). **Revistas Estudos Legislativos**, Porto Alegre, n. 3, nov. 2009.

D'AVILA FILHO, Paulo. Assimetria e trocas políticas locais: apontamentos preliminares de uma pesquisa sobre produção legislativa e dinâmica política municipal. **Desigualdade & Diversidade**, n. 2, jan. – jun. 2008.

FERREIRA, Geison da cunha. **Recrutamento à representação político-partidária: o caso das eleições de 2010 no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

GUEDON, Philippe Chaves. Estratégias partidárias e perfil social dos vereadores do Rio de Janeiro: entre o ser e o querer ser. **Almanaque de Ciência Política**, v. 1, n. 2, 2017.

JOHNSON III, Ollie A. Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99). **Estudos Afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 38, dez. 2000.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As Câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, out. 2005.

KUSCHNIR, Karina. **Eleições e representação no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ – Núcleo de Antropologia da Política, 2000.

LEAL, Carine de Souza. Quem faz a política no município? Perfil partidário e municipal dos vereadores do Rio Grande do Sul. **32º Encontro Anual da Anpocs.** Caxambu, 2008.

_____. **Quem faz a política no município?** Perfil social e político dos vereadores do Rio Grande do Sul (2004-2008). Porto Alegre, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LIMA, Milena Guesso Leão de. **A inserção das mulheres negras no mundo político eleitoral:** uma análise sobre sua representatividade nas Assembleias Legislativas dos estados da Bahia e São Paulo. São Paulo, 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia Política). Universidade de São Paulo.

LIMA, Rafael Nachtigall de; BARRETO, Alvaro. A Carreira de vereador e a ambição progressiva: análise a partir do caso do Rio Grande do Sul (2002-2010). **Revista Pensamento Plural**, Pelotas, v. 6, n. 12, jan. – jun. 2013.

LOPEZ, Felix. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 22, jun. 2004.

LOVENDUSKI, Joni; NORRIS, Pippa. United Kingdom. In: PIPPA, Norris (Ed.). **Passages to Power**. Legislative recruitment in advanced democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MALUF, Rui Tavares. **A carreira política na Câmara Municipal de São Paulo**. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo.

_____. Carreiras Políticas no Brasil: Amadores e de passagem nas Câmaras Municipais de SP e RJ. **Ideias**, Campinas, n. 1, 2º sem. 2010.

MARENCO DOS SANTOS, A.; SERNA, M. Por que Carreiras Políticas na Esquerda e Direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 64, 2007.

_____. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente**. Recrutamento Parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998). Porto Alegre, 2000. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MARQUES, José Elias Domingos Costa. **Na busca dos novos líderes: o processo de construção de candidaturas ao legislativo municipal – aspectos teóricos e um estudo de caso**. São Carlos, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos.

MASSIA, Leandro Pribernow. **A Profissionalização política do poder executivo estadual: uma análise do perfil social e da carreira dos governadores brasileiros (1994-2010)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pelotas.

MERLO, Marina. Seleção de candidaturas, disputa intrapartidária e gênero: influência dos partidos políticos na escolha das candidatas. **VI Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP**, São Paulo, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, jun. 2003.

_____. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 2, maio-ago. 2006.

NOLL, Maria Izabel; LEAL, Carine de Souza. A política local na construção da carreira política: o caso dos vereadores (São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre). **6º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Campinas, 2010.

NORRIS, Pippa. Introduction: theories of recruitment. In.: PIPPA, Norris (Ed.). **Passages to Power**. Legislative recruitment in advanced democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. Recrutamento político. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 21, n. 46, jun. 2013.

PEIXOTO, Vitor Moraes; DA SILVA, Gabriel Tisse. Mulheres nas eleições proporcionais municipais de 2016. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 26, n. 3, 2017.

PEIXOTO, Vitor de Moraes; GOULART, Nelson Luis Motta; DA SILVA, Gabriel Tisse. Cotas e mulheres nas eleições legislativas de 2014. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 32, jan. – abril 2016.

_____. Os partidos políticos e as mulheres: a sub-representação eleitoral feminina nas eleições proporcionais municipais de 2012. **Almanaque de Ciência Política**, Vitória, vol. 1, 2017.

PERISSINOTTO, Renato; BOLOGNESI, Bruno. O Recrutamento Político no PT e no PFL paranaenses nas Eleições de 2006: sugestões de pesquisa. **Revista Mediações**, v. 14, n. 1, jan.-jun. 2009.

_____. Electoral success and political institutionalization in the Federal Deputy elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). **Braz. political sci. rev. (Online)**, Rio de Janeiro, v. 5, Selected Edition, 2010.

PERISSINOTO, Renato; COSTA, Luiz Domingos; TRIBESS, Camila. Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, n. 22, jul-dez. 2009.

PERISSINOTO, Renato; MIRÍADE, Angel. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim; MORITZ, Maria Lucia e SCHULZ, Rosangela M. O desempenho das mulheres nas eleições legislativas de 2010 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 10, jan.- abril 2013.

PRATTI, Luana Puppim. **Perfil social, recrutamento e trajetórias políticas**: uma análise dos representantes do legislativo estadual capixaba, 1986-2010. Espírito Santo, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Espírito Santo.

RAHAT Gideon. Candidate Selection: The choice before the choice. **Journal of Democracy**, v. 18, n. 1, jan. 2007.

RAHAT, Gideon; HAZAN, Reuven Y. Candidate selection methods: an analytical framework. **Party Politics**, v. 7, n. 3, may 2001.

RANNEY, Austin. **Pathways to parliament**. Madison and Milwaukee: University of Wisconsin Press, 1965.

RANNEY, Austin. Candidate Selection. In: BUTLER, David; PENNIMAN, Howard R.; RANNEY, Austin (Eds). **Democracy at the polls**: a comparative study of competitive national elections. Washington: American Enterprise Institute, 1981.

RIBEIRO, Elanir de Moraes. **Representação política negra e feminina – candidatas negras em eleições no Rio de Janeiro (2002-2006)**. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: Edusp, 2002.

ROEDER, Karolina Mattos; BOLOGNESI, Bruno; CRUZ, Giovanna Castro. Seleção de candidatos e poder local: estrutura e personalismo nas eleições de 2016 em Curitiba. **9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política. Associação Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP)**. Montevideu, 2017.

SABINO, Maria Jordana Costa; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Igualdade de gênero no exercício do poder. **Revista Estudos Feministas**, vol. 23, n. 3, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Poliarquia em 3D – Notas para uma revisão teórica. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, 1998.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. A participação das mulheres negras nos espaços de poder. Brasília, 2010.

SILVA, Bruno Fernando da; SILVA, Bruna Tays. Perfil social e ideologia partidária: uma análise do recrutamento dos candidatos a vereador em Curitiba. **Revista Mediações**, v. 20, n. 2, 2015.

SILVA, Patrick Cunha. **O poder legislativo municipal: estrutura, composição e produção**. São Paulo, 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de São Paulo.

VALENCIANO, Tiago. As elites políticas de Maringá: Um estudo sobre a Câmara Municipal, 1997-2012. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 2, n. 1, 2011.

UNEGRO. **Balço eleitoral do voto étnico negro e presença dos negros no parlamento. União de Negros pela Igualdade**. Belo Horizonte, 2011.

2 Fontes Consultadas:

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Conheça os vereadores. Disponível em: <http://www.camarariogrande.rs.gov.br/index.php?n_sistema=3033> Acesso em: 31 de mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ECONOMIA. Quantitativo de municípios. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>>. Acesso em: 28 de mar. 2019.

_____. Estimativas de população para 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf> Acesso em: 31 de mar. 2019.

_____. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175>> Acesso em: 31 de mar.2019.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. Indicadores. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/>>. Acesso em: 31 de mar. 2019.

Polo Naval de Rio Grande vive ressaca da lava jato. **Época Negócios**. 08 de nov. 2015. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2015/11/polo-naval-de-rio-grande-vive-ressaca-da-lava-jato.html>> Acesso em: 02 de abril de 2019.

Trabalhadores de Rio Grande fazem manifestação em defesa do polo naval. **Confederação Nacional dos Metalúrgicos**. 13 de fev. de 2015. Disponível em: <<http://www.cnmcut.org.br/conteudo/rio-grande-para-em-defesa-do-polo-naval>> Acesso em 31 de março de 2019.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. DivulgaCand. Disponível em: <<http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/>>. Acesso em 26 mar. 2019.

_____. FíliaWeb. Disponível em: <<http://filiaweb.tse.jus.br/filiaweb/>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

_____. Estatísticas do eleitorado. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo>> Acesso em: 23 dez. 2018.

_____. Estatísticas eleitorais. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>> Acesso em: 23 dez. 2018.

3 Relação de entrevistados

André de Sá (PSD)

André Leitzke (PTdoB)

Andréa Westphal (PEN)

Antônio Hebling (PEN)
Chendler Siqueira (PCdoB)
Claudio Alexandre (PSDC)
Cláudio de Lima (PSB)
Cristiano Rocha (PRB)
Denise Marques (PT)
Edson Costa (PTB)
Edisnei Rodrigues (PP)
Eduardo Feijó (PV)
Flávio Maciel (SD)
Geovane Peraço (PR)
Giovani Moralles (PEN)
Glauber Guerreiro (PP)
Hugo Leonardo Bozzetti (PTB)
Isis Ohana (PSDB)
Ivair Souza (PMDB)
Jaqueline Borges (PSOL)
Jeferson Bonilha (PR)
Jeferson Valadão (PP)
João Júlio (PRB)
Joelma Costa (PSDC)
Joice Eslabão (PCdoB)
José Antônio da Silva (PSDB)
Júlio Martins (PCdoB)
Karina Rocha (PT)
Laura Fagundes (PMDB)
Leandro Canary (PRB)
Leandro Luiz (PMDB)
Luciano Figueiredo (PMDB)
Luciano Gonçalves (PT)
Maicon da Silva (PV)
Manoel Nunes (PSDB)
Margarette Cavalheiro (PT)
Mariza Mirapalheta (PP)

Miguel Degani (PEN)
Rafael Missiunas (PT)
Reginaldo Rodrigues (PPS)
Renata Negalho (PTB)
Ricardo Esteves (PSDB)
Rogério Gomes (PPS)
Rovam Castro (PT)
Rubilar Júnior (PSB)
Samir Santos (PEN)
Sandro da Silva (Rede)
Suely Rosales (PT)
Surama Santos (PPS)
Uélinton Garcia (PDT)
Vinícius Gonçalves (PTB)